

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE DIREITO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANA BEATRIZ KOSLOSKY

A OMC E A SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA LEGISLATIVA BRASILEIRA DE  
DEFESA COMERCIAL: O CASO DOS SUBSÍDIOS

Florianópolis

2014

ANA BEATRIZ KOSLOSZY

A OMC E A SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA LEGISLATIVA BRASILEIRA DE  
DEFESA COMERCIAL: O CASO DOS SUBSÍDIOS

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso  
de Graduação em Direito da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como requisito à  
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Everton das Neves  
Gonçalves

Florianópolis


2014


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A OMC e sua influência na política legislativa brasileira de defesa comercial: o caso dos subsídios**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Ana Beatriz Koslosky**, defendido em **28/11/2014** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 28 de Novembro de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Everton das Neves Gonçalves**  
Professor(a) Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Eduardo Luiz Venturin**  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**Vania Petermann**  
Membro de Banca

## **AGRADECIMENTOS**

A execução de um trabalho nunca é um esforço feito no singular, sempre resulta de um complexo conjunto de situações em que vários fatores são determinantes. Por isso, agradecer aqueles que estiveram presentes nessa montanha-russa de momentos e emoções é sempre indispensável.

Aos meus avós, João e Nilpsy, pela demonstração incondicional de amor em todas as situações.

Aos meus pais, Marco e Ivana, por tudo, sempre! Principalmente pela oportunidade do intercâmbio no Canadá, onde surgiu a ideia para o tema desse TCC.

À minha irmã, Mari, pelas noites de gordices que me deram energia durante a escrita do trabalho.

À 2010.1, minha turma nos primeiros dois anos e meio de curso. Sei que as amigas ali formadas levarei para toda a vida.

À 2011.1, que tão bem me acolheu no retorno do intercâmbio e que hoje sei que posso, também, chamar de minha turma.

À Universidade Federal de Santa Catarina e à Université de Montréal pela estrutura oferecida que permitiram o desenvolvimento das pesquisas necessárias a esse trabalho.

Aos docentes de ambas as instituições que durante esses anos de curso souberam mediar debates críticos e enriquecedores.

Ao professor Everton das Neves Gonçalves que prontamente aceitou me orientar e tão bem exerceu seu papel durante esses meses, sempre muito solícito e atencioso.

À Dra. Vânia Petermann por diariamente compartilhar conhecimentos e experiências tanto jurídicas quanto de vida, lições que terei sempre comigo.

Ao Lucas, por pacientemente me ouvir comentar e reclamar sobre o trabalho, talvez mais o segundo que o primeiro, e constantemente me incentivar e encorajar.

A todos que, de uma forma ou de outra, foram importantes na minha trajetória até aqui, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Ao fazer parte do quadro institucional da OMC, o Estado-membro aceita vincular-se aos conceitos e procedimentos estabelecidos nos acordos multilaterais e às recomendações da organização, o que inclui o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias e as decisões do Órgão de Solução de Controvérsias. Sendo assim, busca-se analisar até que ponto o poder discricionário do governo brasileiro na hora de editar normas que versem sobre a defesa comercial e outros assuntos disciplinados no âmbito da OMC, em especial o tema dos subsídios, é limitado. Na realização do trabalho o método de abordagem utilizado foi o dedutivo e o procedimento, o monográfico. As pesquisas foram realizadas por meio de consultas a obras impressas ou disponíveis na rede mundial de computadores. Ao final, foi realizado um estudo do caso Embraer X Bombardier como forma de exemplificar o desenvolvimento teórico e comprovar a tese levantada de que devem ser respeitados os parâmetros criados na OMC para se ter uma convivência pacífica e harmoniosa entre os países membros.

**Palavras-chave:** Organização Mundial do Comércio. Defesa comercial. Subsídios. Política legislativa. Soberania. Embraer X Bombardier.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ASMC – Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias

BEFIEEX – Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento

Cacex – Carteira de Comércio Exterior

CAMEX – Câmara de Comércio Exterior

Cexim – Carteira de Exportação e Importação

CIRR – Commercial Interest Reference Rates

Concex – Conselho Nacional do Comércio Exterior

CPA – Comissão de Política Aduaneira

CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil/1988

CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica

DECEX – Departamento de Comércio Exterior

DECOM – Departamento de Defesa Comercial

DEINT – Departamento de Negociações Internacionais

DEPLA – Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior

DIP – Direito Internacional Público

DIPP – Defense Industry Productivity Program

EDC – Export Development Corporation

Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica

ESC – Entendimento Relativo as Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – General Agreement on Tariffs and Trades

GPE – Grupo Permanente de Especialistas

IPD – Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutico

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MICT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

MIT – Massachusetts Institute of Technology

NTN-I – Notas do Tesouro Nacional da Série I

OCDE – Organisation de Coopération et de Développement Économiques

OIC – Organização Internacional do Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Órgão de Solução de Controvérsias

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PIB – Produto Interno Bruto

PROEX – Programa de Financiamento às Exportações

RFB – Receita Federal do Brasil

SDI - Société de Développement Industriel du Québec

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SGP – Sistema Geral de Preferências

SISCOMEX – Sistema Integrado do Comércio Exterior

SRF – Secretaria da Receita Federal

SSC – Sistema de Solução de Controvérsias

STF – Supremo Tribunal Federal

TPC – Technology Partnerships Canada

TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 A INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1.1 HISTÓRICO .....	15
1.1.2 PRINCÍPIOS.....	16
1.1.3 OBJETIVOS E FUNÇÕES .....	19
1.1.4 QUADRO NORMATIVO.....	20
1.1.5 QUADRO INSTITUCIONAL.....	21
1.1.6 MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO.....	23
<b>1.2 ACORDO SOBRE SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS – ASMC .....</b>	<b>24</b>
1.2.1 SUBSÍDIOS PROIBIDOS.....	27
1.2.2 SUBSÍDIOS RECORRÍVEIS.....	30
1.2.3 SUBSÍDIOS IRRECORRÍVEIS.....	32
1.2.4 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS .....	33
<b>1.3 ENTENDIMENTO RELATIVO ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS – ESC .....</b>	<b>35</b>
1.3.1 NATUREZA E OBJETIVOS .....	35
1.3.2 CAMPO DE APLICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO .....	37
1.3.3 CONSULTAS .....	38
1.3.4 GRUPO ESPECIAL.....	39
1.3.5 ÓRGÃO DE APELAÇÃO .....	42
1.3.6 ARBITRAGEM RÁPIDA.....	43
<b>2 SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR E DEFESA COMERCIAL .....</b>	<b>44</b>

<b>2.1 HISTÓRICO .....</b>	<b>44</b>
2.1.1 1808 A 1822: COLÔNIA E REINO UNIDO .....	44
2.1.2 1822 A 1889: IMPÉRIO.....	45
2.1.3 1889 A 1930: REPÚBLICA VELHA .....	48
2.1.4 1930 A 1945: ERA VARGAS .....	50
2.1.5 1946 A 1964: REPÚBLICA NOVA .....	51
2.1.6 1964 A 1985: REGIME MILITAR.....	52
2.1.7 1985 A ATUALIDADE: NOVA REPÚBLICA.....	54
<b>2.2 LEGISLAÇÃO PÁTRIA .....</b>	<b>55</b>
2.2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1988 .....	56
2.2.2 LEIS INFRACONSTITUCIONAIS .....	61
<b>2.3 COMÉRCIO EXTERIOR E DEFESA COMERCIAL .....</b>	<b>64</b>
2.3.1 COMÉRCIO EXTERIOR E ÓRGÃOS .....	64
2.3.2 DEFESA COMERCIAL E INSTRUMENTOS.....	66
<b>3 ESTUDO DE CASO: EMBRAER X BOMBARDIER PERANTE A OMC</b> <b>.....</b>	<b>70</b>
<b>3.1 HISTÓRICO DA DISPUTA .....</b>	<b>70</b>
3.1.1 BRASIL E EMBRAER .....	70
3.1.2 CANADÁ E BOMBARDIER .....	71
3.1.3 PROEX .....	72
<b>3.2 ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>74</b>
3.2.1 DS46: BRASIL – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO DE AERONAVES .....	75
3.2.2 DS70: CANADÁ – MEDIDAS RELATIVAS À EXPORTAÇÃO DE AERONAVES .....	81
3.2.3 DS222: CANADÁ – CRÉDITOS À EXPORTAÇÃO PARA AERONAVES REGIONAIS.....	84
3.2.4 NEGOCIAÇÕES.....	85

<b>3.3 CONSEQUÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>
3.3.1 CONTENCIOSO.....	86
3.3.2 ATUAÇÃO BRASILEIRA NO SSC .....	88
3.3.3 IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES.....	89
3.3.4 SOBERANIA.....	93
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no âmbito do Direito Econômico, defesa comercial e Direito da Concorrência. A problemática a ser abordada é se os acordos internacionais e as recomendações exaradas no Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio – OMC possuem influência na política legislativa brasileira na área de defesa comercial e, em caso positivo, até que ponto essa influência ocorre, com enfoque no caso específico dos subsídios.

Tem como premissa que ao tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio o país vincula-se aos acordos multilaterais firmados no âmbito dessa organização, que criam critérios conceituais intergovernamentais a ser implementados pelo país signatário em sua legislação interna, o que é válido também para a legislação sobre o tema dos subsídios.

A relevância do tema justifica-se, pois, atualmente, o Brasil se encontra entre as maiores economias mundiais, dentre as quais é uma das que mais tem crescido no comércio internacional. Esse crescimento, no entanto, vem em um momento de aumento do uso de medidas protecionistas pelo governo pátrio para o mercado interno. As recentes disputas no âmbito da Organização Mundial do Comércio, principalmente aquelas perante o Canadá, mostram o quão importante é o país possuir um sistema de defesa comercial harmonizado com os tratados internacionais, forte para provar seu ponto de vista e defender seus interesses em um mercado cada vez mais globalizado.

A criação e a própria Organização Mundial do Comércio se assenta em valores atinentes ao fenômeno da globalização por meio de uma cooperação econômica e jurídica da comunidade internacional. Em específico, o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias – ASMC é um documento que visa eliminar os incentivos concedidos pelos governos locais às suas indústrias e empresas para facilitar seu acesso a mercados estrangeiros e evitar o desvio de comércio. Estabelecido um conflito interestatal envolvendo o ASMC, os países podem recorrer ao Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias – ESC, que faz parte do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio que representa não só a codificação, mas um desenvolvimento progressivo do direito em um sistema intergovernamental.

A atuação do Estado brasileiro na área econômica está definida na Constituição da República Federativa do Brasil/1988 e em leis infraconstitucionais que são adaptadas segundo

os acordos e tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Sendo assim, o aperfeiçoamento dos mecanismos de comércio exterior brasileiro e a implementação de ações de simplificação da legislação vigente se dão em um contexto de adequação a um ambiente internacional cada vez mais competitivo e flexível segundo ótica neoliberal. Os novos decretos de defesa comercial são feitos de forma compatível com as obrigações do Brasil na Organização Mundial do Comércio e refletem a experiência acumulada nas controvérsias ao longo dos anos.

A necessidade de notificação à Organização Mundial do Comércio quanto à conformidade entre as leis nacionais e os tratados internacionais faz com que através da aprovação de novos tratados ou das recomendações dadas na resolução de controvérsias internacionais perante a OMC tais leis sejam modificadas. No caso da disputa Embraer-Bombardier, essa propiciou para o governo brasileiro subsídios para aprender a lidar com os contenciosos comerciais e a posterior influência desses na legislação brasileira. No caso em estudo, a discussão centrou-se na lei que criou o Programa de Financiamento às Exportações – PROEX que para manter-se vigente sofreu diversas adaptações devido às decisões no âmbito da OMC.

O presente trabalho busca demonstrar que a vinculação de um país aos acordos multilaterais firmados na Organização, mais especificamente o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, geram reflexos na sua política legislativa interna.

Isso se dará por meio de um exame do histórico da Organização Mundial de Comércio e sua evolução em relação à legislação pátria, da definição dos conceitos básicos tratados no Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, além da clarificação do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias da OMC como elemento essencial dos direitos e deveres do comércio multilateral.

Pretende-se a compreensão de como a legislação pátria regula os assuntos ligados à área de defesa comercial, principalmente por meio da atuação brasileira no comércio exterior através de seus diversos órgãos (DECEX, DEINT, DEPLA, SECEX), demonstrando as novas práticas utilizadas pelo Brasil em sua política legislativa para defender os interesses comerciais nacionais.

Para exemplificar os pontos mencionados, foi utilizado o contencioso Embraer-Bombardier como forma de entender a evolução brasileira no meio comercial internacional,

analisando a necessidade da conformidade da legislação nacional à Organização Mundial do Comércio e as modificações aportadas pelo caso à legislação nacional.

Segundo a OMC, o Brasil esteve envolvido em mais de 100 disputas desde a criação da organização. Entre eles estão os três casos em que esteve envolvido contra o Canadá (atuando em um como demandante e em dois como demandado). Nesses, foram as legislações o foco do embate. Questionando a harmonização das leis brasileiras perante o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, os litígios em muito ensinaram o país a como se portar em uma disputa internacional. Porém, mais que isso, ensinou a importância de se ter uma legislação coerente com o sistema internacional, para se evitar questionamentos internacionais sobre a validade de suas atitudes na sociedade internacional.

Ademais, a necessidade de readaptação ao longo dos anos das legislações vigentes pode gerar certa insegurança jurídica para aqueles que já realizaram contratos internacionais sob a vigência de uma lei e que podem ser prejudicados pela sua substituição por uma nova, como foi o caso do PROEX.

Sendo assim, percebe-se que estar inserido em um mundo globalizado gera consequências nos mais diversos âmbitos governamentais, entre eles na política legislativa. Compreender que essa é e deve ser feita não só se olhando para o interno, mas sim considerando que todas as nações estão de algumas formas ligadas, é de suma importância. Busca-se, então, voltar à análise da criação legislativa nacional para o exterior e ver como os acordos internacionais e as controvérsias no âmbito da Organização Mundial de Comércio influenciam os parâmetros legislativos pátrios.

Para a realização do trabalho o método de abordagem utilizado foi o dedutivo; e o procedimento, o monográfico. Ao final, foi realizado um estudo do caso Embraer X Bombardier como forma de exemplificar o desenvolvimento teórico e comprovar a tese levantada. As pesquisas foram realizadas por meio de consultas a obras impressas ou disponíveis na rede mundial de computadores.

Na primeira seção será abordada a Organização Mundial do Comércio – OMC, através de uma perspectiva histórico-principiológica. Serão analisados os objetivos e funções da organização, bem como seu quadro normativo e institucional, além dos membros da organização. Em seguida, far-se-á a análise do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias – ASMC e os principais conceitos desenvolvidos no acordo (subsídios proibidos, recoráveis, irrecoráveis e medidas compensatórias). O último ponto de

concentração do capítulo é sobre o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias – ESC. Serão examinados seus objetivos e sua natureza, o campo de aplicação e sua administração, e as etapas de desenvolvimento do sistema de solução de controvérsias (fase de consultas, grupo especial, órgão de apelação e arbitragem rápida).

A segunda seção trará para discussão o sistema brasileiro de comércio exterior e defesa comercial. Iniciar-se-á com uma digressão histórica do desenvolvimento pátrio no âmbito da defesa e comércio internacional. Após, será examinada a tutela jurídica prestada pela legislação nacional. No âmbito constitucional, o destaque é feito para a evolução, primeiramente, do conceito de soberania e, após, para a política externa por meio da intervenção do comércio internacional. Já com a legislação infraconstitucional, o foco são os decretos que incorporaram os acordos internacionais ao ordenamento jurídico interno. O último ponto desse segundo capítulo são os órgãos do comércio exterior e os instrumentos de defesa comercial.

Na terceira seção será feito o estudo do caso Embraer X Bombardier perante a OMC. Para um melhor entendimento dos casos, começar-se-á com o contexto histórico em que se deu o conflito. A seguir, será realizado um estudo efetivo dos casos (Brasil – Programa de Financiamento à Exportação de Aeronaves, Canadá – Medidas relativas à Exportação de Aeronaves e Canadá – Créditos à Exportação para Aeronaves Regionais) e das negociações. Para encerrar o capítulo, são averiguadas as consequências que os contenciosos trouxeram para (1) a atuação brasileira no Sistema de Solução de Controvérsias, (2) o modo como se entende que deve ser feita a implementação das recomendações quando implicam em modificação da legislação nacional vigente e (3) o conceito de soberania.

# 1 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC

A OMC assenta-se em valores atinentes ao fenómeno da globalização por meio de uma cooperação econômica e jurídica da comunidade internacional, conferindo efetividade jurídica à codificação já existente no GATT (OCTAVIANO MARTINS, 2006, p.2), ao mesmo tempo em que traz estabilidade, segurança e previsibilidade à econômica mundial.

## 1.1 A INSTITUIÇÃO

### 1.1.1 HISTÓRICO

No período pós Segunda Guerra Mundial, três grandes questões necessitavam ser enfrentadas: “a eliminação de desequilíbrios sistêmicos pela interrupção dos pagamentos externos, o auxílio às nações devastadas pela guerra e a ordenação das relações econômicas sob a égide do multilateralismo” (AMARAL JÚNIOR, 2012, p. 195). Visando suplantar essas dificuldades, o Acordo de Bretton Woods instituiu o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD. O primeiro com a função de garantir estabilidade cambial e impedir a criação de restrições ao comércio internacional em tempos de crise no balanço de pagamento dos Estados. O segundo, por sua vez, tem como função primordial a concessão de empréstimos para financiamento de projetos de médio e longo prazo nos países em desenvolvimento. Restava em aberto a instituição que estaria encarregada de ordenar as relações comerciais pondo fim ao protecionismo, algo que era muito comum no período entre as duas Grandes Guerras.

Em 1957, a Conferência de Havana pretendia a criação da Organização Internacional do Comércio – OIC, porém essa jamais entrou em funcionamento, uma vez que dependia da apreciação do Congresso dos Estados Unidos da América, que se recusou, por entender que sua soberania seria comprometida. No mesmo ano, foi firmado por 23 países novo acordo chamado Política Comercial que utilizava por base o Capítulo IV da Carta de Havana. Nascia, então, o *General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT cujo objetivo era a redução e eliminação das tarifas alfandegárias como forma de incentivo ao comércio.

A redução das barreiras comerciais ocorreu por meio de negociações multilaterais, as chamadas rodadas. Segundo Amaral Júnior (2012, p. 196) as rodadas de negociação entre os anos de 1947 e 1994, reduziram as tarifas comerciais de 40% para 5%. As seis primeiras rodadas (Genebra [1947], Annecy [1949], Torquay [1950-51], Genebra [1955-56], Dillon [1960-61], Kennedy [1964-67]) tiveram como objetivo a diminuição das tarifas dos produtos



industrializados. A rodada seguinte, de Tóquio (1973-79), celebrou acordos sobre assuntos específicos, tais quais subsídios, medidas antidumping e a comercialização de aeronaves civis. Salienta-se que nessa época, os Estados não estavam obrigados a participar dos acordos, um dos motivos que levou à fragmentação do GATT. A Rodada Uruguai, iniciada em 1986 em Punta del Este e terminada em 1994 em Marrakesh, teve como ponto alto a criação da OMC.

A expressão GATT/94 nada mais é que as regras elaboradas em 1947 acrescidas das alterações subsequentes feitas pelos resultados das rodadas de negociação e pelos tratados concluídos na Rodada Uruguai, entre eles sobre agricultura, têxteis, serviços, propriedade intelectual e investimentos relacionados ao comércio. Procurou-se equilibrar as reivindicações dos países em relativo desenvolvimento econômico com aquelas dos mais economicamente desenvolvidos. Não há que se falar, portanto, em continuidade entre o GATT e a OMC, mas sim em aperfeiçoamento institucional, uma vez que o GATT/47 foi recepcionado pela OMC como GATT/94.

### 1.1.2 PRINCÍPIOS

A OMC adotou os princípios que inspiraram o GATT, preservando a intenção de liberalização do comércio internacional e combate ao recrudescimento do protecionismo, conforme informações contidas no próprio sítio da internet da Organização.

#### 1.1.2.1 Princípio da Não Discriminação

É considerado o princípio basilar do GATT, pois esse somente logrou êxito no alcance do multilateralismo com a instituição do princípio da Não Discriminação, que estende os benefícios aduaneiros conferidos por um governo a terceiros. O Artigo I do GATT<sup>1</sup> prevê expressamente a Cláusula da Nação Mais Favorecida “segundo a qual toda vantagem, favor, imunidade ou privilégio referentes a direitos aduaneiros deverão ser concedidos aos produtos similares comercializados com as outras partes contratantes” (AMARAL JÚNIOR, 2012, p. 196).

---

<sup>1</sup> Art. I. 1. Qualquer vantagem, favor, imunidade ou privilégio concedido por uma Parte Contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país, será imediata e incondicionalmente estendido ao produtor similar, originário do território de cada uma das outras Partes Contratantes ou ao mesmo destinado. Este dispositivo se refere aos direitos aduaneiros e encargos de toda a natureza que gravem a importação ou a exportação, ou a elas se relacionem aos que recaiam sobre as transferências internacionais de fundos para pagamento de importações e exportações, digam respeito ao método de arrecadação desses direitos e encargos ou ao conjunto de regulamentos ou formalidades estabelecidos em conexão com a importação e exportação bem como aos assuntos incluídos nos §§ 2 e 4 do art. III. [...]

Por sua vez, o Princípio do Tratamento Nacional constante no Artigo III do GATT<sup>2</sup> veda que os países membros utilizem medidas que tratem de forma diferente os produtos nacionais e os importados. A proibição é aplicada a edição de leis e atos administrativos que aumente os preços dos produtos importados ou que dificultem a sua comercialização no mercado doméstico.

#### 1.1.2.2 Princípio da Liberalização do Comércio

Uma das formas mais adequadas de encorajar o desenvolvimento do mercado é reduzir os obstáculos ao comércio. Inicialmente, as negociações, principalmente por meio das rodadas do GATT/47, visavam justamente a redução das taxas alfandegárias aplicadas às mercadorias importadas. Com o crescimento da importância da questão, expandiu-se também a discussão acerca dos obstáculos não tarifários, tais quais as restrições quantitativas. Portanto, o que se quer é a liberalização progressiva dos mercados, para que esses possam se adaptar às mudanças, principalmente no caso dos países em relativo desenvolvimento econômico.

#### 1.1.2.3 Princípio da Previsibilidade

A OMC busca sempre dotar o mercado mundial de previsibilidade e estabilidade para que se possa fazer crescer o volume de transações comerciais. Esse princípio é posto em prática por meio da consolidação das tarifas, da transparência e da proibição das restrições quantitativas.

Trabalha-se atualmente com dois tipos de tarifas que não devem ser confundidas, a tarifa consolidada e a aplicada. A primeira expressa a obrigação que os membros assumem de não ultrapassar o limite determinado, enquanto a segunda é aquela efetivamente praticada, segundo o perfil de política comercial adotado pelo Membro. As negociações comerciais empenham-se em reduzir a tarifa consolidada, cuja efetivação ocorreu com a criação da OMC. Foram definidos em listas específicas os valores máximos de tarifa para cada setor, ou seja, cada país pode impor o imposto de importação que lhe for mais conveniente e interessante, porém não pode exceder o que está contido nas listas anexas ao Acordo.

---

<sup>2</sup> Art. III. [...] 4. Os produtos de território de uma Parte Contratante que entrem no território de outra Parte Contratante não usufruirão tratamento menos favorável que o concedido a produtos similares de origem nacional, no que diz respeito às leis, regulamento e exigências relacionadas com a venda, oferta para venda, compra, transporte, distribuição e utilização no mercado interno. Os dispositivos deste parágrafo não impedirão a aplicação de tarifas de transporte internas diferenciais, desde que se baseiem exclusivamente na operação econômica dos meios de transporte e não na nacionalidade do produto.

A transparência, regra fundamental no GATT e na OMC, determina que todos os membros devem informar de forma ampla o conteúdo da sua política comercial, uma vez que medidas como a concessão de subsídios ou a restrição do ingresso de determinados bens no mercado doméstico, ultrapassam o âmbito interno e tem consequências nas exportações de outros países. Portanto, todas as leis, regulamentos, decisões judiciais e regras administrativas que podem repercutir nos fluxos de comércio internacional, devem ser publicadas. Além disso, por meio do Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais, as políticas comerciais dos países são constantemente supervisionadas.

A proibição das restrições quantitativas, descrita no Artigo XI<sup>3</sup> do GATT proíbe a instituição pelos Estados-membros de qualquer medida não alfandegária estabelecida ou mantida por um estado que é suscetível de ter como efeito restringir as importações, as exportações ou a venda para a exportação de mercadorias.

#### 1.1.2.4 Princípio da Concorrência Leal

Mais que visar o livre comércio, a OMC pretende um sistema de concorrência aberta, leal e isenta de distorções de mercado. Ela busca garantir essa situação por meio do princípio da não discriminação, dos direitos antidumpings e das medidas compensatórias nos casos de subsídios.

#### 1.1.2.5 Princípio do Tratamento Especial e Diferenciado para Países em Desenvolvimento

As regras da OMC não podem ser aplicadas igualmente a todos os países, precisa-se de regras mais favoráveis para os países em desenvolvimento para que eles possam se inserir no contexto de comércio internacional. Para tanto, o Artigo XXXVI, parágrafo 8<sup>4</sup>, do GATT determina que os países em desenvolvimento se beneficiem de um regime derogatório, não há, portanto, reciprocidade entre o que é adotado por um país em desenvolvimento e um desenvolvido.

---

<sup>3</sup> Art. XI. 1. Nenhuma Parte Contratante instituirá ou manterá, para a importação de um produto originário do território de outra Parte Contratante, ou para a exportação ou venda para exportação de um produto destinado ao território de outra Parte Contratante, proibições ou restrições a não ser direitos alfandegários, impostos ou outras taxas, quer a sua aplicação seja feita por meio de contingentes, de licenças de importação ou exportação, quer por outro qualquer processo.  
[...]

<sup>4</sup> Art. XXXVI. [...] 8. As Partes Contratantes desenvolvidas não esperam obter reciprocidade com relação aos compromissos assumidos em negociações comerciais destinadas a reduzir ou suprimir tarifas ou remover, barreiras ao comércio das Partes Contratantes menos desenvolvidas.  
[...]

Cabe salientar que terão direito ao tratamento aqueles países que se autodefinirem como “em desenvolvimento” (regra da autoeleição) e que tal situação não é permanente. Os países em desenvolvimento devem trabalhar um movimento emancipatório buscando se igualar aos demais membros da OMC.

### 1.1.3 OBJETIVOS E FUNÇÕES

A OMC, ao tempo em que foi criada, era um reflexo do fim da bipolaridade mundial, da expansão das empresas globais, do aumento de acordos regionais de comércio e da interconexão das realidades internas e internacionais.

A globalização criou mercado mundial que exige marcos regulatórios para o seu bom funcionamento, uma vez que ao mesmo tempo em que amplia a interdependência dos Estados, relativiza os limites de espaço e tempo para relações econômicas. A institucionalização da OMC visa criar sistema de regras para organizar o mercado mundial, um macromodelo jurídico que define comportamentos lícitos e ilícitos e os mecanismos para garantir o cumprimento das normas que estão sendo criadas.

Conforme preceitua Amaral Júnior (2012, p. 199),

As regras internacionais não são emanções da consciência coletiva, nem refletem de modo direto o poder e interesse dos Estados. Não decorrem, também, de forma necessária, da coincidência dos interesses e não são dados imanes que surgem das necessidades de troca. As regras internacionais resultam de compromissos entre Estados que muitas vezes possuem interesses distintos. Como sistema de normas que disciplina o comércio internacional, a OMC visa reduzir a incerteza, a aumentar o grau de previsibilidade, a estimular a comunicação difundindo, ao mesmo tempo, o conhecimento e a informação sobre o que é aceitável no relacionamento entre Estados.

Portanto, a OMC é importante para a concretização de uma cooperação internacional de projetos comuns. Tem como propósito fomentar a liberalização comercial, reduzir as barreiras alfandegárias e não alfandegárias conjuntamente com o crescimento econômico, a melhoria de renda e o nível de emprego. Busca-se também a maior justiça na distribuição dos benefícios gerados pela globalização por meio da conversão do comércio internacional em fator capaz de assegurá-la.

Uma das fontes de poder da OMC é justamente a possibilidade de autorizar a suspensão de concessões tarifárias quando verificada que houve a violação dos acordos, primando pela eficiência das normas, uma vez que existem mecanismos para garantir seu cumprimento. Pode-se, portanto, exigir que os Estados-membros alterem sua política comercial quando essa se mostra incompatível com as regras estabelecidas pela OMC. Ou

seja, o objetivo é minimizar o poder e influência dos principais Estados, fazendo com que eles cumpram o que foi anteriormente acordado.

Beneficiam-se também da OMC e do sistema multilateral de comércio, os empresários privados. Apesar de não terem participação direta no processo decisional, eles obtêm vantagens conforme seus dirigentes nacionais negociam os acordos, podendo, então, ampliar suas exportações. Além disso, a maior segurança e previsibilidade, objetivos preponderantes da organização, favorecem os agentes econômicos privados em suas transações.

Ou seja, segundo Prince (2012, p.7) a OMC é verdadeira autoridade de regulamentação multilateral, que através de seus mecanismos de solução de controvérsias fazem prevalecer o “Direito da OMC”, “um direito da globalização oponível a todos os Estados”, instituindo uma nova ordem comercial mundial.

As funções da OMC estão definidas no Artigo III<sup>5</sup> de seu acordo constitutivo e incluem a função de administrar os Acordos, de ser sede das negociações multilaterais, de assegurar uma cooperação com outras instituições internacionais, tais quais o FMI e o BIRD.

#### 1.1.4 QUADRO NORMATIVO

Os acordos da OMC conferem direitos aos Estados, excetuando-se o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS que os confere aos indivíduos, e repousam essencialmente nos acordos de Marrakesh, finalizados pela Ata Final, que foi assinada por 111 países, apesar de 123 terem participado das negociações.

Mesmo com a assinatura do Ata, não se teve a implementação automática dos acordos. Foi necessário que ela fosse ratificada internamente por cada membro, segundo seus procedimentos, para então se ter um engajamento ao quadro normativo da OMC. O chamando

---

<sup>5</sup> Art. III. 1. A OMC facilitará a aplicação, administração e funcionamento do presente Acordo e dos Acordos Comerciais Multilaterais e promoverá a consecução de seus objetivos, e constituirá também o quadro jurídico para a aplicação, administração e funcionamento dos Acordos Comerciais Plurilaterais.

2. A OMC será o foro para negociações entre seus Membros acerca de suas relações comerciais multilaterais em assuntos tratados no quadro dos acordos incluídos nos Anexos ao presente Acordo. A OMC poderá também servir de foro para ulteriores negociações entre seus Membros acerca de suas negociações, segundo decida a Conferência Ministerial.

3. A OMC administrará o Entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a solução de controvérsias (denominado a seguir “Entendimento Sobre Solução de Controvérsias” ou “ESC”) que figura no Anexo 2 do presente Acordo.

4. A OMC administrará o Mecanismo de Exame das Políticas Comerciais (denominado a seguir “TPRM”) estabelecido no Anexo 3 do presente Acordo.

5. Com o objetivo de alcançar uma maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial, a OMC cooperará, no que couber, com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e com os órgãos a eles afiliados.

engajamento único é o mecanismo através do qual depois que um membro assinou e ratificou a Ata Final, ele automaticamente assinou o conjunto dos acordos da OMC, com exceção dos acordos plurilaterais, e não pode se furtar das obrigações por eles impostas.

Segundo Miranda (2002, p. 35) os três objetivos fundamentais do quadro normativo da OMC são a livre circulação das correntes comerciais, a gradual e contínua liberalização comercial e o estabelecimento de um mecanismo imparcial de solução de controvérsias, além de auxiliar os produtores de bens e serviços, importadores e exportadores a desenvolverem suas atividades.

Conforme disposto no Artigo II do Acordo Constitutivo da OMC<sup>6</sup>, os acordos que compõe o quadro normativo da OMC são: Ata Final, Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, Anexo 1: Acordos Multilaterais (Anexo 1A: Acordos Multilaterais de Comércio de Bens; Anexo 1B: Acordo Geral sobre Comércio de Serviços e Anexos; Anexo 1C: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), Anexo 2: Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Soluções de Controvérsias, Anexo 3: Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais.

Existe ainda o Anexo 4: Acordos Plurilaterais (Acordo sobre Comércio de Aeronaves Civis, Acordo sobre Compras Governamentais, Acordo Internacional sobre Produtos Lácteos, Acordo Internacional sobre Carne Bovina) dos quais apenas os dois primeiros estão em vigor. Eles também são considerados como parte do sistema da OMC, porém somente os Membros que declararam fazer parte deles através de sua assinatura e ratificação específica é que estão a eles submetidos.

#### 1.1.5 QUADRO INSTITUCIONAL

O GATT havia sido celebrado por 23 países considerados como partes contratantes uma vez que era um tratado multilateral. Já a OMC teve a participação de mais de 100 países e territórios aduaneiros, esses considerados membros, uma vez que a OMC é uma organização internacional, dotada de personalidade jurídica e de instrumentos para o exercício de suas funções.

---

<sup>6</sup> Art. II. [...] 2. Os acordos e os instrumentos legais conexos incluídos nos Anexos 1, 2 e 3 (denominados a seguir “Acordos Comerciais Multilaterais”) formam parte integrante do presente Acordo e obrigam a todos os membros.

3. Os Acordos e instrumentos legais conexos incluídos no Anexo 4 (denominados a seguir “Acordos Comerciais Plurilaterais”) também formam parte do presente Acordo para os Membros que os tenham aceito e são obrigatórios para estes. Os Acordos Comerciais Plurilaterais não criam obrigações nem direitos para os Membros que não os tenham aceitado.

Conforme disposto no Artigo IV do Acordo Constitutivo da OMC<sup>7</sup>, o órgão supremo da OMC é a Conferência Ministerial, da qual fazem parte todos os membros. A representação é feita pelo ministro das Relações Exteriores ou do Comércio Externo de cada Estado-membro. A Conferência, não sendo permanente, é realizada a cada dois anos, no mínimo, e pode decidir sobre qualquer assunto que seja objeto dos acordos.

O Conselho Geral é o órgão diretivo da OMC composto pelos embaixadores dos países-membros em Genebra ou por delegados enviados especialmente para o fim das reuniões que acontecem sempre que se considerar necessário. É também o responsável quando não há a Conferência Ministerial.

O Órgão de Solução de Controvérsias – OSC é o responsável em dirimir as disputas comerciais entre os membros da OMC sendo composto pelos integrantes do Conselho Geral, que atuam com funções específicas.

O Órgão de Revisão Comercial examina as decisões dos membros acerca de questões comerciais para verificar se não houve violação dos acordos celebrados. As investigações são realizadas por meio de várias etapas nas quais os membros fornecem as informações sobre as medidas domésticas que afetam o comércio internacional. O órgão é composto por representantes dos países-membros da OMC ou delegados incumbidos para essa função.

---

<sup>7</sup> Art. IV. 1. Estabelecer-se-á uma Conferência Ministerial composta por representantes de todos os Membros que se reunirá ao menos uma vez cada dois anos. A Conferência Ministerial desempenhará as funções da OMC e adotará as disposições necessárias para tais fins. A Conferência Ministerial terá a faculdade de adotar decisões sobre todos os assuntos compreendidos no âmbito de qualquer dos Acordos Comerciais Multilaterais caso assim o solicite um membro em conformidade com o estipulado especificamente em matéria de adoção de decisões no presente Acordo e no Acordo comercial multilateral relevante.

2. Estabelecer-se-á um Conselho Geral composta por representantes de todos os Membros que se reunirá quando cabível. Nos intervalos entre reuniões da Conferência Ministerial o Conselho Geral desempenhará as funções da Conferência. O Conselho Geral cumprirá igualmente as funções que se lhe atribuíam no presente Acordo. O Conselho Geral estabelecerá suas regras de procedimento e aprovará as dos Comitês previstos no parágrafo 7. [...]

5. Estabelecer-se-á um Conselho para o comércio de Bens, um Conselho para o Comércio de Serviços e um Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionadas com o comércio (denominado a seguir Conselho de ‘TRIPS’) que funcionará sob a orientação geral do Conselho Geral. O Conselho para o comércio de Bens supervisionará o funcionamento dos Acordos Comerciais Multilaterais do Anexo 1A. O Conselho para o Comércio de Serviços supervisionará o funcionamento do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (denominado a seguir ‘GATS’). O Conselho para TRIPS supervisionará o funcionamento do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (denominado a seguir Acordo sobre ‘TRIPS’). Esses Conselhos desempenharão as funções a eles atribuídas nos respectivos Acordos e pelo Conselho geral. Estabelecerão suas respectivas regras de procedimento sujeitas a aprovação pelo Conselho Geral. Poderão participar desses Conselhos representantes de todos os Membros. Esses Conselhos se reunirão conforme necessário para desempenhar suas funções.

6. O Conselho para o Comércio de Bens, o Conselho para o Comércio de Serviços e o Conselho para TRIPS estabelecerão os órgãos subsidiários que sejam necessários. Tais órgãos subsidiários fixarão suas respectivas regras de procedimento sujeitas a aprovação pelos Conselhos correspondentes. [...]

Os Conselhos sobre Comércio de Bens, Comércio de Serviço e Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio cuidam da implementação dos acordos de sua área respectiva. Os Comitês e Grupos de Trabalho são criados pela Conferência Ministerial e atuam sob a supervisão dos Conselhos a que estão vinculados.

Com relação ao seu status, o Artigo VIII<sup>8</sup>, do retro mencionado Acordo estabelece que a OMC possui personalidade e capacidade jurídica, sendo titular de privilégios e imunidades (tanto para si quanto para seus funcionários), podendo realizar “acordo de sede”.

#### 1.1.6 MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

Segundo o Artigo XI<sup>9</sup> do Acordo em questão, são considerados como membros originários aqueles contratantes do GATT/47. No entanto, segundo o Artigo XII<sup>10</sup> outros Estados e territórios alfandegários podem desejar fazer parte da OMC. Para tanto, o Estado ou território candidato passará por um processo de admissão que deverá ser aprovado por 2/3 da Conferência Ministerial.

---

<sup>8</sup> Art. VIII. 1. A OMC terá personalidade legal e receberá de cada um de seus Membros a capacidade local necessária para exercer suas funções.

2. Cada um dos Membros da OMC lhe acordará os privilégios e imunidades necessárias para o exercício de suas funções. 3. Cada um dos Membros abordará à OMC e a seus funcionários assim como aos representantes dos demais Membros as imunidades e privilégios necessárias para o exercício independente de suas funções em relação à OMC.

4. Os privilégios e imunidades acordados por um Membro à OMC, seus funcionários e representantes dos Membros serão similares aos privilégios e imunidades estabelecidos na Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 21 de novembro de 1947.

5. A OMC poderá concluir acordo de sede.

<sup>9</sup> Art. IX. 1. Tornar-se-ão Membros originários da OMC as partes contratantes do GATT 1947 na data de entrada em vigor deste Acordo e as Comunidades Européias que aceitam este Acordo e os Acordos Comerciais Multilaterais cujas Listas de Concessões e Compromissos estejam anexadas ao GATT 1994 e cujas Listas de Compromissos Específicos estejam anexadas ao GATS.

[...]

<sup>10</sup> 1. Poderá aceder a este Acordo nos termos que convencionar com a OMC qualquer Estado ou território aduaneiro separado que tenta completa autonomia na condução de suas relações comerciais externas e de outros assuntos contemplados neste Acordo e nos Acordos Comerciais Multilaterais. Essa acessão aplica-se a este Acordo e aos Acordos Comerciais Multilaterais a este anexados.

2. A Conferência Ministerial tomará as decisões relativas à acessão. A aprovação pela Conferência Ministerial do acordo sobre os termos da acessão far-se-á por maioria de dois terços dos Membros da OMC.

[...]



Por sua vez, sempre que um membro decidir se retirar da OMC, ele deverá notificar sua intenção, para, após seis meses, poder efetivamente sair, conforme disposto no Artigo XV do Acordo Constitutivo da OMC<sup>11</sup>.

## **1.2 ACORDO SOBRE SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS – ASMC**

O Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias foi celebrado durante a Rodada Uruguai em 1994 e “é o mais importante documento no tocante ao tratamento de incentivos concedidos por países a indústrias ou empresas nacionais com vistas a facilitar o acesso a mercados estrangeiros, por vezes causando danos às indústrias e economia do país importador” (FIATKOSKI, 2009, p.3). Seguindo as linhas de ensinamento de Almeida (1999, p. 206), pode-se dizer que é um dos mecanismos mais comumente usados pelos governos, tanto para a promoção comercial quanto para a defesa de seus interesses industriais, protegendo a indústria nacional ou sustentando um setor específico de sua economia, por ser sensível ou ter importância social.

O ASMC possui três funções preponderantes: (1) a definição de um conceito de subsídio, (2) a criação de uma disciplina própria para sua utilização e (3) a regulamentação das medidas que os países poderão usar para fazer frente aos efeitos negativos gerados por esses incentivos, lembrando que as regras definidas no acordo não são aplicáveis aos subsídios agrícolas, que possuem um acordo próprio para regulá-los (Acordo sobre Agricultura). Ou seja, segundo Miranda (2002, p. 88) o ASCM trata de duas questões principais, a concessão de subsídios (normas materiais) e a aplicação de direitos compensatórios (normas materiais e instrumentais).

Quanto ao conceito de subsídio, pode-se considerar que há ocorrência quando existe uma “contribuição financeira por um governo ou órgão público no interior do território de um Membro [...] e com isso se confira uma vantagem” (Artigo 1 do ASMC). Ou seja, existe um subsídio quando três fatores são reunidos: (1) a contribuição financeira (em dinheiro ou qualquer forma de apoio ao faturamento ou preço do produto/serviço), (2) vinda dos poderes públicos (em sentido largo, poder executivo, legislativo, judiciário, governo federal, estadual, municipal, coletividade local, central, sociedade de Estado, etc.), (3) que resultam em um benefício para a empresa que recebeu, havendo, portanto, uma relação de dependência entre o subsídio o benefício.

---

<sup>11</sup> Art. XV. 1. Qualquer Membro poderá retirar-se deste Acordo. Tal retirada aplicar-se-á tanto a este Acordo como aos Acordos Comerciais Multilaterais e terá efeito ao fim de seis meses, contados da data em que for recebida pelo Diretor-Geral da OMC comunicação escrita da retirada.

Cabe salientar que, em que pese Rego (1998, p. 5) sustentar que o ASMC não traz uma definição de vantagem, tampouco do ponto de vista a ser considerado (se do custo para o governo ou da perspectiva comercial), o Órgão de Apelação definiu que a vantagem deve ser analisada sob a ótica do ponto de vista da empresa. Pois devido à concessão do benefício, essa se encontra em uma posição mais vantajosa no mercado do que se não tivesse obtido o apoio<sup>12</sup>.

Além disso, nos moldes do Artigo 2<sup>13</sup>, há a necessidade da identificação da especificidade ou não de um subsídio. A especificidade de um subsídio deve induzir a uma discriminação entre os destinatários, podendo se dar com relação a uma empresa, a uma indústria (determinados setores), a uma região (parte do território), a um subsídio proibido (conforme Artigo 3, ASMC). O critério para a concessão dos subsídios deve estar claramente enunciado na legislação, regulamentação, ou qualquer outro documento oficial que permita a

<sup>12</sup> Canada – Mesures visant l'exportation des aéronefs civils – Rapport d'Organe d'appel (14/04/1999)

9.112 Premièrement, à notre avis, le sens ordinaire du terme "benefit" englobe à l'évidence une forme d'avantage. Nous ne considérons pas que le sens ordinaire du terme "benefit" implique en soi une notion de coût net pour les pouvoirs publics. Comme le Canada lui-même l'a noté, le dictionnaire définit le terme "benefit" comme étant un "avantage" et non un coût net. Pour déterminer si une contribution financière (au sens de l'article 1.1 a) i)) confère un "benefit", c'est-à-dire un avantage, il faut déterminer si la contribution financière place le bénéficiaire dans une position plus avantageuse qu'en l'absence de contribution financière. À notre avis, la seule base logique permettant de déterminer ce que la position du bénéficiaire aurait été en l'absence de contribution financière est le marché. Par conséquent, une contribution financière ne confère un "benefit", c'est-à-dire un avantage, que si elle est fournie à des conditions plus avantageuses que celles que le bénéficiaire aurait trouvées sur le marché.

<sup>13</sup> Art. 2. 1. Com vistas a determinar se um subsídio, tal como definido no parágrafo 1 do Artigo 1, destina-se especificamente a uma empresa ou produção, ou a um grupo de empresas ou produções (denominadas neste Acordo de "determinadas empresas"), dentro da jurisdição da autoridade outorgante, serão aplicados os seguintes princípios:

(a) o subsídio será considerado específico quando a autoridade outorgante, ou a legislação pela qual essa autoridade deve reger-se, explicitamente limitar o acesso ao subsídio a apenas determinadas empresas;

(b) não ocorrerá especificidade quando a autoridade outorgante, ou a legislação pela qual essa autoridade deve reger-se, estabelecer condições ou critérios objetivos <sup>2</sup> que disponham sobre o direito de acesso e sobre o montante a ser concedido, desde que o direito seja automático e que as condições e critérios sejam estritamente respeitados. As condições e critérios deverão ser claramente estipulados em lei, regulamento ou qualquer outro documento oficial, de tal forma que se possa proceder à verificação;

(c) se apesar de haver aparência de não-especificidade resultante da aplicação dos princípios estabelecidos nos subparágrafos (a) e (b), houver razões para acreditar-se que o subsídio em consideração seja de fato específico, poder-se-ão considerar outros fatores como: uso predominante de um programa de subsídios por número limitado de empresas, concessão de parcela desproporcionalmente grande do subsídio a determinadas empresas apenas e o modo pelo qual a autoridade outorgante exerceu seu poder discricionário na decisão de conceder um subsídio <sup>3</sup>. Na aplicação deste subparágrafo será levada em conta a diversidade das atividades econômicas dentro da jurisdição da autoridade outorgante, bem como o período de tempo durante o qual o programa de subsídios esteve em vigor;

2. Será considerado específico o subsídio que seja limitado a determinadas empresas localizadas dentro de uma região geográfica situada no interior da jurisdição da autoridade outorgante. Fica entendido que não se considerará subsídio específico para os propósitos do presente Acordo o estabelecimento ou a alteração de taxas geralmente aplicáveis por todo e qualquer nível de governo com competência para fazê-lo.

3. Quaisquer subsídios compreendidos nas disposições do Artigo 3 serão considerados específicos.

4. Qualquer determinação de especificidade ao abrigo do disposto neste Artigo deverá estar claramente fundamentada em provas positivas.

verificação (são os considerados como *de jure*). Para a não caracterização é necessário que os critérios de eleição para adequação ao benefício e seu montante sejam objetivos. No entanto, a discricionariedade na aplicação do subsídio, apesar de toda a aparência de não especificidade, pode fazer com que esse seja ainda assim considerado como específico (são os chamados *de facto*).

Salienta-se que o conceito de “produção” utilizado no Artigo 2 está definido no Artigo 16<sup>14</sup> como “indústria nacional”, e constitui o conjunto de produtores nacionais de produtos similares ou aqueles entre eles cuja produção conjunta constitui uma produção majoritária da produção nacional total do produto. Em alguns casos excepcionais se pode considerar que existe mais de uma indústria nacional, quando a produção do produto em questão é dividida em vários mercados competitivos. No caso de ocorrência de mercado único, a produção será considerada dentro do conjunto da zona de integração.

Pode-se concluir então, que o ASMC divide os subsídios em três categorias: proibidos (Artigo 3 e Anexo I, ASMC), recoráveis (Artigo 2, ASMC), permitidos/irrecoráveis (Artigo 8, ASMC), onde:

Os subsídios proibidos baseiam-se no desempenho da exportação ou no incentivo ao uso de produtos do mercado doméstico em detrimento dos importados. Os subsídios são considerados recoráveis em função dos obstáculos que causam ao comércio internacional, enquanto os subsídios irrecoráveis são aqueles considerados permitidos pelo acordo. (FIATKOSKI, 2009, p. 4).

Visando combater a utilização dos subsídios pelos países membros, o ASMC criou órgãos especialmente dedicados à questão dos subsídios e estabeleceu duas alternativas: as consultas entre o país que utiliza o subsídio e o que se sente ameaçado (via multilateral) e a

---

<sup>14</sup> Art. 16. 1. Para as finalidades deste Acordo e com exceção do previsto no parágrafo 2, o termo indústria nacional será entendido como o conjunto dos produtores nacionais do produto similar ou como aqueles dentre eles cuja produção conjunta constitua a maior parte da produção nacional total desses produtos, salvo quando os produtores estiverem vinculados aos exportadores ou importadores ou forem eles próprios importadores do produto alegadamente subsidiado ou de produto similar proveniente de outros países, caso em que o termo “indústria nacional” poderá ser entendido como referente aos demais produtores.

2. Em circunstâncias excepcionais, poderá o território de um Membro, para efeitos do produto em questão, ser considerado dividido em dois ou mais mercados competitivos e os produtores no interior de cada mercado considerados indústria independente se: (a) os produtores no interior de cada um desses mercados vendem toda ou quase toda sua produção no interior desse mesmo mercado; e (b) a demanda desse mercado não é suprida em grau significativo por produtores localizados em outro ponto do território. Em tais circunstâncias, caso as importações subsidiadas estejam concentradas num mercado isolado como o descrito acima e, caso estejam causando dano aos produtores de toda ou quase toda a produção daquele mercado isolado, poder-se-á determinar a existência de dano, ainda que a maior parte da produção nacional total não tenha sido prejudicada.

[...]

4. Quando dois ou mais países tiverem atingido tal nível de integração, como previsto no disposto no parágrafo 8(a) do Artigo XXIV do GATT 1994, que adquiram características de mercado único, a indústria contida na totalidade da área integrada será considerada como a indústria nacional mencionada nos Parágrafos 1 e 2.

[...]

imposição de medidas compensatórias, que são tributos especiais (taxas alfandegárias) que neutralizam o valor dos subsídios (via unilateral).

### 1.2.1 SUBSÍDIOS PROIBIDOS

São os considerados “de categoria vermelha”, com uma lista exemplificativa no Anexo I. Conforme disposto nos Artigos 2 e 3 do ASMC<sup>15</sup>, todo subsídio proibido é sempre específico e podem ser divididos em subsídios à exportação e subsídios para a substituição de importações.

O primeiro tipo é aquele no qual o subsídio está vinculado de direito ou de fato ao desempenho exportador. O Órgão de Apelação definiu que um subsídio vinculado de direito ao desempenho exportador é aquele em que há uma ligação de subordinação entre o subsídio e o resultado a exportação, e essa ligação deve ser fundada em uma disposição legal, regulamentação ou instrumento jurídico pertinente.<sup>16</sup> Com relação ao subsídio vinculado de fato, o Órgão de Apelação decidiu que esta condição é satisfeita quando os fatos demonstram que a concessão de um subsídio, sem que tenha sido juridicamente subordinado ao desempenho exportador, é na realidade vinculado às exportações ou às receitas (reais ou previstas) para a exportação.<sup>17</sup> Conforme leciona Fiatek (2009, p. 5), esses tipos de

<sup>15</sup> Art. 3. 1. Com exceção do disposto no Acordo sobre Agricultura, serão proibidos os seguintes subsídios, conforme definidos no Artigo 1:

(a) subsídios vinculados de fato ou de direito <sup>4</sup> ao desempenho exportador, quer individualmente, quer como parte de um conjunto de condições, inclusive aqueles indicados a título de exemplo no Anexo I <sup>5</sup>;

(b) subsídios vinculados de fato ou de direito ao uso preferencial de produtos nacionais em detrimento de produtos estrangeiros, quer individualmente, quer como parte de um conjunto de condições;

2. O Membro deste Acordo não concederá ou manterá os subsídios mencionados no parágrafo 1.

<sup>16</sup> Canada – Certaines mesures concernant l’industrie automobile- AB-2002-2 – Rapport d’Organe d’appel (31/05/2000).

[...] 123. Lorsque nous avons examiné l'article 3.1 a) dans la section VI du présent rapport, nous avons rappelé que, dans l'affaire *Canada – Aéronefs*, nous avons dit que "la connotation ordinaire du terme "subordonné" est "conditionnel" ou "dépendant, pour exister, de[s]" résultats à l'exportation. Ainsi, une subvention est prohibée au titre de l'article 3.1 a) si elle est "conditionnée" par les résultats à l'exportation, c'est-à-dire si elle "dépend, pour exister, des" résultats à l'exportation. En outre, dans l'affaire *Canada – Aéronefs*, nous avons dit que la subordination "en droit" est démontrée "sur la base d'un lien de la législation, de la réglementation ou d'un autre instrument juridique pertinent". (pas d'italique dans l'original) Comme nous l'avons déjà expliqué, cette conditionnalité peut découler nécessairement, par implication, des termes effectivement employés dans la mesure. Nous estimons que ce critère juridique s'applique non seulement à la "subordination" visée par l'article 3.1 a), mais aussi à la "subordination" visée par l'article 3.1 b) de l'*Accord SMC*.

<sup>17</sup> Canada – Mesures visant l’exportation des aéronefs civils – Rapport d’Organe d’appel (14/04/1999)

9.337 À notre avis, il ne faudrait rejeter automatiquement aucun élément lorsque l'on cherche à établir si les faits démontrent qu'une subvention n'aurait pas été accordée en l'absence d'exportations ou de recettes d'exportation prévues. Nous faisons remarquer que la note 4 dispose que les "faits" doivent démontrer l'existence *de facto* d'une subordination aux exportations. C'est de "faits" en général qu'il s'agit dans la note 4, et il n'est à aucun moment suggéré que certaines considérations d'ordre factuel doivent l'emporter sur d'autres. Selon nous, il est

subsídios incluem desde mecanismos de concessão diretos até retenção de divisas, remissões ou estabelecimentos de preços para impostos diretos em exportação, isenções, *drawback*, concessão de garantias de crédito para exportação ou programas de seguro a taxas subsidiadas ou créditos à exportação em taxas mais baixas que as disponíveis no mercado (situação que gerou a disputa entre Brasil e Canadá no caso das aeronaves civis).

Já o segundo tipo é quando a concessão do subsídio deve estar subordinada de direito e de fato à utilização de produtos nacionais em detrimento dos produtos importados. Apesar do artigo não adotar os termos “de direito e de fato” como faz no parágrafo anterior, por uma construção jurisprudencial também deve ser aplicado a este caso. Temos então uma aplicação do princípio da não discriminação por meio do princípio do tratamento.

Por conta do Princípio do Tratamento Especial e Diferenciado oferecido aos países em desenvolvimento, segundo o Artigo 27 do ASMC<sup>18</sup>, aqueles que estiverem contidos no Anexo VII são exonerados das proibições contidas no Artigo 3.1.a), ASMC. Para os outros países em desenvolvimento ou considerados como de menor desenvolvimento relativo, as aplicações do artigo retro mencionado somente passarão a ser aplicados após cinco ou oito anos, respectivamente, da data da entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

Relativamente à lista do Anexo 1 do ASMC, cabe salientar que a letra K<sup>19</sup> trata dos créditos à exportação, o que foi amplamente discutido no caso Embraer-Bombardier. Segundo a letra k, se tem subsídios se os governos:

---

clair, d'après le sens ordinaire des termes utilisés dans la note 4, que n'importe quel fait peut être pertinent dès lors qu'il "démontre" (soit à lui seul, soit en conjonction avec d'autres faits) qu'une subvention aurait ou n'aurait pas été accordée en l'absence d'exportations ou de recettes d'exportation prévues. Nous estimons que cela s'applique à l'activité du bénéficiaire tournée vers l'exportation ou à la raison<sup>630</sup> de l'octroi de la subvention, tout comme cela s'applique à une série d'autres faits qui ont pu entourer l'octroi de la subvention en question. Dans n'importe quelle affaire, l'importance relative de chaque fait ne peut être déterminée que dans le contexte de l'affaire, et non pas sur la base de généralités.

<sup>18</sup> 1. Os Membros reconhecem que subsídios podem desempenhar papel importante em programas de desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento Membros.

2. A proibição do parágrafo 1 (a) do Artigo 3 não se aplicará:

(a) aos países em desenvolvimento Membros arrolados no Anexo VII;

(b) a outros países em desenvolvimento Membros pelo período de 8 anos a partir da data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, desde que obedecidas as disposições do parágrafo 4.

3. A proibição do parágrafo 1 (b) do Artigo 3 não se aplicará aos países em desenvolvimento Membros pelo período de 5 anos e não se aplicará aos países de menor desenvolvimento relativo Membros por período de 8 anos a partir da data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC.

[...]

<sup>19</sup> Anexo I. Lista Ilustrativa de Subsídios à Exportação. (k) A concessão pelo governo (ou por instituições especiais controladas pelas autoridades do governo e/ou agindo sob seu comando) de créditos à exportação a taxas inferiores àquelas pelas quais o governo obtém os recursos utilizados para estabelecer tais créditos (ou que teriam de pagar se tomassem emprestado nos mercados financeiros internacionais recursos com a mesma maturação, nas mesmas condições creditícias e na mesma moeda do crédito à exportação) ou o pagamento pelo governo da totalidade ou de parte dos custos em que incorrem exportadores ou instituições financeiras quando

a) concederem créditos à exportação inferiores àquelas que eles pagam por seu *funding* (ou pagariam se obtivessem esse *funding* nos mercados de capital internacionais); b) pagarem a totalidade ou parte dos custos a que estão sujeitos exportadores ou instituições financeiras quando obtêm créditos, proporcionando uma *material advantage* nas condições do crédito às exportações. (REGO, 1998, p. 7).

Além disso, qualquer crédito à exportação que esteja de acordo com as definições sobre as taxas de juros do *Arrangement on Guidelines for Officially Supported Export Credits* da OCDE, está isento da aplicação do ASMC, segundo a mesma letra K.

“Sempre que um Membro tenha motivos para crer que um subsídio proibido esteja sendo concedido ou mantido por outro Membro, poderá o primeiro pedir a realização de consultas ao segundo” (Artigo, 4.1, ASMC). O procedimento para a verificação se realmente um subsídio está sendo aplicado, segue os ritos discriminados no retro mencionado artigo<sup>20</sup>, é

---

obtem créditos, na medida em que sejam utilizados para garantir vantagem de monta nas condições dos créditos à exportação.

Não obstante, se um Membro é parte de compromisso internacional em matéria de créditos oficiais à exportação do qual sejam partes pelo menos 12 Membros originais do presente Acordo em 1º de janeiro de 1979 (ou de compromisso que tenha substituído o primeiro e que tenha sido aceito por esses Membros originais), ou se na prática um Membro aplica as disposições relativas ao tipo de juros do compromisso correspondente, uma prática adotada em matéria de crédito à exportação que esteja em conformidade com essas disposições não será considerada como subsídio à exportação proibido pelo presente Acordo.

<sup>20</sup> Art. 4. [...] 2. A solicitação de consultas sob o disposto no parágrafo 1 deverá incluir relação das provas disponíveis relativas à existência e à natureza do subsídio em questão.

3. Ao receber solicitação de consulta sob o disposto no parágrafo 1, o Membro que se acredita conceda ou mantenha o subsídio em apreço deverá entabular consultas o mais rapidamente possível. O propósito das consultas será esclarecer os fatos em causa e chegar a solução mutuamente aceitável.

4. Se não se chegar a solução mutuamente aceitável no prazo de 30 dias <sup>6</sup> a contar do pedido de consultas, qualquer Membro delas participante poderá elevar o assunto ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) para imediato estabelecimento de grupo especial, a menos que o OSC decida por consenso pelo não estabelecimento de grupo especial.

5. Uma vez estabelecido, o grupo especial poderá solicitar assistência do Grupo Permanente de Especialistas <sup>7</sup> (GPE) com vistas a determinar se a medida em apreço é um subsídio proibido. Caso lhe seja solicitado, o GPE deverá imediatamente analisar as provas para determinar a existência e a natureza da medida em causa e deverá oferecer ao Membro que aplica ou mantém a medida, a oportunidade de demonstrar que a mesma não é um subsídio proibido. O GPE deverá apresentar suas conclusões ao grupo especial dentro de prazo por este último estabelecido. As conclusões do GPE sobre se a medida em causa é ou não um subsídio proibido deverão ser aceitas pelo grupo especial sem modificação.

6. O grupo especial apresentará seu relatório final às partes litigantes. O relatório deverá ser circulado entre todos os Membros dentro de 90 dias a contar da composição do grupo especial e do estabelecimento de seus termos de referência.

7. Se a medida em análise for considerada subsídio proibido, o grupo especial deverá recomendar ao Membro outorgante que a retire sem demora. A esse respeito, o grupo especial deverá especificar em sua recomendação o prazo em que a medida deveria ser retirada.

8. Dentro de 30 dias da divulgação do relatório do grupo especial a todos os Membros, deverá o mesmo ser adotado pelo OSC, a menos que uma das partes litigantes notifique formalmente o OSC sobre sua decisão de apelar ou que o OSC decida por consenso não adotar o relatório.

9. Quando ocorrer apelação de relatório do grupo especial, o Órgão de Apelação deverá exarar sua decisão no prazo de 30 dias contados a partir da data em que a parte litigante tiver formalmente comunicado sua intenção de apelar. Caso o Órgão de Apelação considere não poder apresentar relatório dentro de 30 dias, deverá informar o OSC por escrito das razões pelas quais prevê o atraso e estimar o prazo dentro do qual apresentará o relatório. Em nenhuma hipótese os procedimentos excederão 60 dias. O relatório da apelação deverá ser adotado pelo

um procedimento semelhante ao aplicado no Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias – ESC, porém mais rápido e com prazos menores.

Inicia-se com uma consulta entre os países-membros para que sejam investigados os possíveis subsídios e se chegue a uma solução mutuamente conveniente. Caso qualquer um dos envolvidos deseje, será aberto um Grupo Especial perante o OSC que poderá solicitar a assistência do Grupo Permanente de Especialistas – GPE. O GPE analisará o caso, ouvindo as partes, e fornecerá um relatório que deverá ser adotado pelo Grupo Especial sem modificações. O Grupo Especial apresentará seu relatório final às partes, com a recomendação de retirada do subsídio e o prazo para tal, quando esse for considerado proibido. O Membro poderá então recorrer ao Órgão de Apelação, que apresentará um relatório que deverá ser adotado pelas partes, quando não for rejeitado por consenso negativo pelo OSC. Se o Membro reclamado não adotar as medidas determinadas, o Membro reclamante poderá solicitar a aplicação de contra medidas (medias compensatórias), que estão sujeitas a arbitragem para comprovar sua proporcionalidade.

## 1.2.2 SUBSÍDIOS RECORRÍVEIS

Os subsídios recorríveis, ou ditos de “categoria amarela”, não são proibidos de ofício, mas podem dar lugar a uma ação para sua retirada quando causam efeitos desfavoráveis aos interesses de outros países membros, ou seja, dano à indústria nacional do importador, anulação ou prejuízo de vantagens conferidas direta ou indiretamente pelo GATT/94 ou grave dano aos interesses de outros membros, nos termos do Artigo 5, ASMC<sup>21</sup>, uma vez que não se destinam a aumentar as exportações, mas sim a sustentar a produção interna.

---

OSC e aceite incondicionalmente pelas partes litigantes, a menos que o OSC decida por consenso não adotá-lo no prazo de até 20 dias após a circulação do relatório entre os Membros <sup>8</sup>.

10. Na hipótese de a recomendação do OSC não ser cumprida dentro do prazo especificado pelo grupo especial, que se começará a contar a partir da data de adoção do relatório do grupo especial ou do relatório do Órgão de Apelação, o OSC autorizará o Membro reclamante a adotar as contramedidas apropriadas <sup>9</sup>, a menos que o OSC decida por consenso rejeitar o pedido.

11. Na hipótese de uma parte litigante requerer arbitragem à luz do parágrafo 6 do Artigo 22 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC), o árbitro determinará se são apropriadas as contramedidas <sup>10</sup>.

12. Para os litígios regidos pelo disposto neste Artigo, serão reduzidos à metade os prazos aplicáveis em obediência ao disposto no ESC acerca dos procedimentos de tais litígios, com exceção daqueles prazos especificamente previstos neste Artigo.

<sup>21</sup> Art.5. Nenhum Membro deverá causar, por meio da aplicação de qualquer subsídio mencionado nos parágrafos 1 e 2 do Artigo 1, efeitos danosos aos interesses de outros Membros, isto é:

(a) dano à indústria nacional de outro Membro <sup>11</sup>;

Conforme disposto no Artigo 15<sup>22</sup>, a determinação dos efeitos danosos será feita embasada em elementos de prova positivos e comportará um exame objetivo do volume das importações subsidiadas e do efeito dessas importações sobre o preço dos produtos similares no mercado interno e da indústria nacional do dito produto. Quer-se verificar a possível ocorrência de um impedimento nas importações do país que subsidia ou um crescimento muito grande de sua parcela no mercado mundial daquele produto, segundo o Artigo 6 do ASMC<sup>23</sup> (GABRIEL, 1999, p. 272).

---

(b) anulação ou prejuízo de vantagens resultantes para outros Membros, direta ou indiretamente, do GATT 1994, em especial as vantagens de concessões consolidadas sob o Artigo II do GATT 1994<sup>12</sup>;

(c) grave dano aos interesses de outro Membro<sup>13</sup>.

[...]

<sup>22</sup> Art. 15. 1. A determinação de dano para as finalidades do Artigo VI do GATT 1994 será baseada em provas positivas e compreenderá exame objetivo

[...]

<sup>23</sup> Art. 6. 1. Ocorrerá grave dano no sentido do parágrafo (c) do Artigo 5 quando:

(a) o subsídio total, calculado *ad valorem*<sup>14</sup>, ultrapassar 5 por cento<sup>15</sup>;

(b) os subsídios destinarem-se a cobrir prejuízos operacionais incorridos por uma indústria;

(c) os subsídios destinarem-se a cobrir prejuízos operacionais incorridos por uma empresa, salvo se se tratar de medida isolada, não recorrente, que não possa ser repetida para aquela empresa e que seja concedida apenas para dar-lhe o tempo necessário para desenvolver soluções de longo prazo e evitar graves problemas sociais;

(d) ocorra perdão direto de dívida, isto é, perdão de dívida existente com o governo, ou ocorra doação para cobrir o reembolso de dívidas<sup>16</sup>.

2. Em que pese o disposto no parágrafo 1, não ocorrerá grave dano se o Membro outorgante do subsídio demonstrar que o mesmo não produziu nenhum dos efeitos enumerados no parágrafo 3.

3. Ocorrerá grave dano no sentido do parágrafo (c) do Artigo 5 sempre que ocorra um ou a combinação de vários dos seguintes efeitos:

(a) deslocar ou impedir a importação de produto similar produzido por outro Membro no mercado do Membro outorgante do subsídio;

(b) deslocar ou impedir a exportação de produto similar produzido por um Membro no mercado de terceiro país;

(c) provocar significativa redução do preço do produto subsidiado em relação ao preço do produto similar de outro Membro no mesmo mercado ou significativa contenção de aumento de preços, redução de preços ou perda de vendas no mesmo mercado;

(d) aumentar a participação no mercado mundial de determinado produto primário ou de base<sup>17</sup> subsidiado pelo Membro outorgante, quando se compara com a participação média que o Membro detinha no período de três anos anteriores e quando tal aumento se mantém como firme tendência durante algum tempo após a concessão dos subsídios.

[...]

7. Não ocorre deslocamento ou obstrução que resulte em grave dano, à luz do parágrafo 3, sempre que uma das seguintes circunstâncias exista<sup>18</sup> durante o período em questão:

(a) proibição ou restrição das exportações do produto similar por parte do Membro reclamante ou das importações por terceiro país a partir do Membro reclamante;

(b) decisão tomada por governo importador que opere monopólio comercial ou atividade comercial estatal do produto em causa no sentido de mudar, por razões não comerciais, a fonte de suas importações do Membro reclamante para outro país ou países;

(c) desastres naturais, greves, interrupções de transporte ou outros eventos de força maior que afetem substancialmente a produção, as qualidades, as quantidades ou os preços do produto disponível para exportação no Membro reclamante;

(d) existência de acordos para limitação das exportações do Membro reclamante;



O Artigo 6.7 enumera as situações que são consideradas exceções à aplicação do artigo 6.3.a), ou seja, quando se pode considerar que os subsídios visados têm por efeito deslocar ou obstruir as importações de forma a causar um dano grave.

[...] um Membro poderá requerer consultas com outro Membro sempre que tenha motivos para acreditar que um subsídio mencionado no Artigo 1, concedido ou mantido pelo outro Membro, esteja produzindo dano, anulação ou prejuízo ou grave dano à sua indústria nacional (Artigo 7.1, ASMC).

Da leitura do retromencionado artigo conclui-se que para os subsídios de categoria amarela, a análise é feita em função dos efeitos do subsídio, e não da existência em si mesma dele. O Anexo V do acordo fornece uma série de informações que permitem ajudar a determinar se o dano grave existe.

### 1.2.3 SUBSÍDIOS IRRECORRÍVEIS

A última categoria, a de subsídios irrecorríveis, são os chamados de “categoria verde”. Podem ser divididos em duas categorias: (1) não específicos ou (2) específicos, mas cuja finalidade é auxiliar o poder público na realização de serviços públicos (tais quais ajuda a determinadas regiões desfavorecidas, custos de atividades de pesquisa, adaptação a novos requerimentos ambientais) e estão especificados no Artigo 8, ASMC<sup>24</sup>.

“Todavia, estes subsídios estão atrelados ao cumprimento de condições específicas. Em caso destes subsídios estarem gerando efeitos adversos ao livre comércio, a solução é a utilização de consultas” (MIRANDA, 2002, p. 58), conforme preceitua o Artigo 9, ASMC<sup>25</sup>.

---

(e) redução voluntária, no Membro reclamante, da disponibilidade do produto para exportação (o que inclui, *inter alia*, a situação em que empresas localizadas no Membro reclamante tenham independentemente realocado exportações do produto para novos mercados);

(f) incapacidade de satisfazer padrões e outros requisitos técnicos do país importador.

<sup>24</sup> Art. 8. 1. Serão considerados irrecorríveis os seguintes subsídios <sup>23</sup>:

(a) os que não são específicos, no sentido do Artigo 2;

(b) os que são específicos no sentido do Artigo 2, mas que preenchem todas as condições enumeradas nos parágrafos 2(a), 2(b) e 2(c) abaixo.

[...]

<sup>25</sup> Art. 9. 1. Se no curso da implementação de um programa a que se refere o parágrafo 2 do Artigo 8 e, não obstante o fato de que o programa é compatível com os critérios estabelecidos naquele parágrafo, um Membro tem motivos para crer que o dito programa provocou sérios efeitos danosos sobre sua indústria nacional, de difícil reparação, poderá O Membro requerer consultas com o Membro que concede ou mantém o subsídio.

2. Ao ser-lhe formulado pedido de consultas ao abrigo do parágrafo 1, o Membro que concede ou mantém o programa de subsídios iniciará as consultas tão logo possível. A finalidade das consultas será esclarecer os fatos do caso e chegar a solução mutuamente satisfatória.

3. Se, no prazo de 60 dias a contar do pedido de consultas formulado ao abrigo do parágrafo 2, solução mutuamente satisfatória não tiver sido alcançada, o Membro reclamante poderá apresentar o assunto ao Comitê.

Atualmente, essa categoria não teria mais razão de ser, justamente por existir a possibilidade de investigação dos seus possíveis efeitos desfavoráveis ao interesse de um país membro.

O mecanismo a ser adotado no caso de suspeita de efeitos desfavoráveis é primeiramente o de consultas, para se chegar a uma solução mutuamente conveniente. No caso de insucesso, pode-se apresentar o assunto ao Comitê, que, caso conclua que os efeitos existem, sugerirá ao Membro que modifique seu programa. Caso o Membro não atenda, o reclamante pode ser autorizado a tomar contramedidas.

#### 1.2.4 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

O ASMC dá a cada Estado-Membro a autoridade para investigar a existência de subsídios em seu mercado, pois os direitos compensatórios somente serão aplicados quando provado o nexo causal entre o subsídio em questão e o prejuízo à indústria doméstica. É um processo administrativo regido pela norma interna do país importador e que visa eliminar os efeitos danosos do subsídio, mas que obedecerá às regras estabelecidas no ASMC, nos Artigos 10 a 23.

Segundo a nota de rodapé número 36 do ASMC, direito compensatório deve ser compreendido “como o direito especial percebido com a finalidade de contrabalançar qualquer subsídio concedido direta ou indiretamente ao fabrico, à produção ou à exportação de qualquer mercadoria, tal como previsto no parágrafo 3 do Artigo VI do GATT 1994”, ou seja, não se elimina o subsídio atacado, somente se busca uma compensação pela sua utilização.

A imposição dos direitos compensatórios é voluntária, e consiste normalmente, segundo Fiatkoski (2009, p. 5):

Na criação ou elevação de barreiras comerciais sobre os produtos originários do país acusado de subsídios, a critério daquele que as aplica, incidindo sobre o mesmo segmento ou segmentos distintos da economia. Em geral, o país importador prejudicado impõe um acréscimo sobre o tributo aduaneiro (Imposto de Importação) incidente, correspondente à margem de subsídio apurada. A margem do subsídio é calculada levando-se em conta o valor do subsídio outorgado proporcionalmente ao produto em questão.

---

4. Sempre que um assunto for apresentado ao Comitê, este deverá imediatamente examinar os fatos em tela e as provas dos efeitos a que se refere o parágrafo 1. Se o Comitê concluir que tais efeitos existem, ele poderá recomendar ao Membro outorgante do subsídio que modifique o programa de tal forma que os efeitos sejam eliminados. O Comitê apresentará suas conclusões no prazo de 120 dias a contar da data em que o assunto lhe tiver sido apresentado ao abrigo do parágrafo 3. Na hipótese de a recomendação não ser seguida dentro de 6 meses, o Comitê autorizará o Membro reclamante a tomar as contramedidas apropriadas, na proporção adequada à natureza e ao grau dos efeitos verificados.

Conforme disposto no Acordo, em linhas gerais, os procedimentos para a definição de direitos compensatórios são: início da reclamação feita por escrito ao órgão competente de cada país, apoiado por pelo menos 50% das indústrias nacionais do setor em questão, demonstrando o subsídio, o dano e a relação causal entre esses dois. Excepcionalmente as autoridades podem decidir iniciar o processo sem uma demanda escrita se elas têm em sua posse elementos de prova suficientes da existência de um subsídio, do dano e da ligação de causalidade.

Uma vez a demanda apresentada, as autoridades examinarão a exatidão e adequação dos elementos de prova a fim de determinar se a abertura das consultas é justificada. Se os elementos aportados não são comprobatórios ou o dano é negligenciável, o procedimento é encerrado. Quando a demanda é admitida, os membros cujos produtos são o objeto da discussão são convidados estabelecer consultas, com vistas a chegar a uma solução. Todas as informações não secretas devem ser divulgadas para que as partes interessadas possam ser ouvidas.

É lícito estabelecerem-se medidas provisórias para prevenir danos durante o curso do processo investigatório. Além disso, as partes podem realizar um compromisso (*undertaking*) no qual o Estado exportador concorda em retirar o subsídio, ou a empresa exportadora, em rever os preços por ela praticados.

Ao término do processo investigatório, ter-se-á uma decisão administrativa quanto à aplicação de direitos compensatórios, por período não superior à cinco anos, podendo inclusive agir de forma retroativa. Se não forem respeitadas essas diretrizes, os direitos compensatórios podem ser objeto de reclamação ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

No Brasil, é atribuição da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, apurar o montante ou a margem dos subsídios, a ameaça ou existência de dano, a relação de causalidade e a gravidade. É competência dos Ministros da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fixar os direitos compensatórios, bem como suspendê-los por portaria interministerial.

### 1.3 ENTENDIMENTO RELATIVO ÀS NORMAS E PROCEDIMENTOS SOBRE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS – ESC

#### 1.3.1 NATUREZA E OBJETIVOS

Segundo Octaviano Martins (2006, p. 4), o ESC “enquadra-se como um sistema intergovernamental de Direito Internacional Público Econômico, que visa codificar e desenvolver as práticas do GATT”, ou seja, “tem por objeto alegações de descumprimento de normas e princípios inscritos nos acordos constitutivos da OMC e anexos [...] e cujo objetivo é estabelecer regras e procedimentos para soluções de contenciosos comerciais” (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 213). Promove a estabilidade, previsibilidade e segurança nas relações comerciais dos membros, como dito no Artigo 3, ESC<sup>26</sup>, utilizando-se também da Convenção de Viena quanto às regras de interpretação do Direito Internacional Público – DIP.

Tem-se a primazia do multilateralismo sobre o unilateralismo uma vez que os Estados renunciam à adoção de medidas unilaterais às possíveis violações das regras do comércio internacional. Ademais, as três características básicas do mecanismo são: (1) abrangência (todos os acordos no âmbito da OMC estão cobertos e não há mecanismos paralelos, esse é o único aplicável), (2) automaticidade (adoção do consenso negativo, onde somente com a recusa de todos os membros em adotar-se a medida decidida é que isso ocorrerá), (3) exequibilidade (possibilidade de retaliação por parte do Membro vencedor, ou seja, a retirada de vantagens comerciais que o demandado possuía) (MATOS, 2013, p. 10).

Por sua vez, a meta do ESC é o incentivo ao cumprimento dos acordos da OMC mais que a punição pela adoção de políticas não condizentes com esses. Dado que cada um desses acordos possui procedimentos especiais, as regras gerais estabelecidas no ESC estão sujeitas aos acordos específicos da OMC, entre eles o ASMC (conforme disposto no Artigo 1 e nos Apêndices 1 e 2 do ESC<sup>27</sup>). Quer-se uma solução positiva para os problemas, uma solução

---

<sup>26</sup> Art. 3. [...] 2. O sistema de solução de controvérsia da OMC é elemento essencial para trazer segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio. Os Membros reconhecem que esse sistema é útil para preservar direitos e obrigações dos Membros dentro dos parâmetros dos acordos abrangidos e para esclarecer as disposições vigentes dos referidos acordos em conformidade com as normas correntes de interpretação do direito internacional público. As recomendações e decisões do OSC não poderão promover o aumento ou a diminuição dos direitos e obrigações definidos nos acordos abrangidos.  
[...]

<sup>27</sup> Art. 1. 1. As regras e procedimentos do presente Entendimento se aplicam às controvérsias pleiteadas conforme as disposições sobre consultas e solução de controvérsias dos acordos enumerados no Apêndice 1 do presente Entendimento (denominados no presente Entendimento "acordos abrangidos").  
[...]  
2. As regras e procedimentos do presente Entendimento se aplicam sem prejuízo das regras e procedimentos especiais ou adicionais sobre solução de controvérsias contidos nos acordos abrangidos, conforme identificadas

mutuamente conveniente para as partes e em conformidade com os acordos. Caso isso não seja possível, se optará pela retirada da medida em questão. O uso de compensações ocorrerá a título temporário até que a medida seja retirada. Em último caso, há a possibilidade de suspensão de concessões ou outras obrigações, se autorizado pelo OSC, conforme prevê o Artigo 3.7, ESC<sup>28</sup>.

O ESC pode ser considerado como um sistema *sui generis*, pois não é nem completamente político nem completamente jurídico, ele instaura um mecanismo que está na metade do caminho entre a negociação diplomática e a resolução jurídica. Essa definição da natureza do Entendimento se dá em função das três etapas nas quais o procedimento se realiza. Primeiramente, a fase de consultas é considerada como política, uma vez que as negociações entre as partes é uma luta de forças onde é difícil fazer prevalecer o direito sobre a política, normalmente, quanto mais forte política e economicamente é o Estado, maior é sua massa de manobra para fazer a consulta pender a seu favor. Na segunda fase, o Grupo Especial é chamado para aplicar o direito, mas ainda assim se encontram elementos de política por conta da informalidade existente e da apreciação dos fatos. Quanto à terceira fase, nela o Órgão de Apelação analisa os elementos de direito, temos então uma fase jurídica/jurisdicional e não mais política.

---

no Apêndice 2 do presente Entendimento. Havendo discrepância entre as regras e procedimentos do presente Entendimento e as regras e procedimentos especiais ou adicionais constantes do Apêndice 2, prevalecerão as regras e procedimentos especiais ou adicionais constantes do Apêndice 2.  
[...]

<sup>28</sup> Art. 3. 7. Antes de apresentar uma reclamação, os Membros avaliarão a utilidade de atuar com base nos presentes procedimentos. O objetivo do mecanismo de solução de controvérsias é garantir uma solução positiva para as controvérsias. Deverá ser sempre dada preferência à solução mutuamente aceitável para as partes em controvérsia e que esteja em conformidade com os acordos abrangidos. Na impossibilidade de uma solução mutuamente acordada, o primeiro objetivo do mecanismo de solução de controvérsias será geralmente o de conseguir a supressão das medidas de que se trata, caso se verifique que estas são incompatíveis com as disposições de qualquer dos acordos abrangidos. Não se deverá recorrer à compensação a não ser nos casos em que não seja factível a supressão imediata das medidas incompatíveis com o acordo abrangido e como solução provisória até a supressão dessas medidas. O último recurso previsto no presente Entendimento para o Membro que invoque os procedimentos de solução de controvérsias é a possibilidade de suspender, de maneira discriminatória contra o outro Membro, a aplicação de concessões ou o cumprimento de outras obrigações no âmbito dos acordos abrangidos, caso o OSC autorize a adoção de tais medidas.

### 1.3.2 CAMPO DE APLICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

O campo de aplicação do Entendimento é entendido como onde o ESC é aplicado. Como definido no Artigo 1<sup>29</sup>, o Entendimento é aplicado em todos os acordos que compõe a OMC (GATT, acordos multilaterais e plurilaterais) e em todos os que instituíram a Organização (Ata final e acordo constitutivo). Ou seja, todos os litígios que decorrem da aplicação desses acordos estão cobertos pelo ESC.

Existem três situações que podem ser invocadas perante o OSC. A primeira, nos termos do Artigo 3.8<sup>30</sup>, é a chamada “Reclamação em situação de violação”. Nesse caso, se tem a violação de uma disposição de algum acordo da OMC, isso implica em uma violação de alguma regra da OMC que confere uma vantagem ou que compromete a realização de uma por um Membro. Presume-se que há anulação ou restrição da vantagem e, portanto, é responsabilidade do membro defensor trazer as provas em contrário.

A segunda é a “Reclamação em situação de não violação”, prevista no Artigo 26 do Entendimento<sup>31</sup>. É uma situação raramente invocada, e significa que não houve uma violação propriamente dita, mas a aplicação que o Estado-Membro fez de uma disposição pode causar uma anulação. É suficiente que o outro Estado considere que a medida tomada pelo outro Membro anula, compromete ou entrava a realização de vantagens resultantes dos acordos da OMC. Neste caso, a parte que entrou com a ação é quem deve trazer os elementos probantes.

---

<sup>29</sup> Art. 1. 1. As regras e procedimentos do presente Entendimento se aplicam às controvérsias pleiteadas conforme as disposições sobre consultas e solução de controvérsias dos acordos enumerados no Apêndice 1 do presente Entendimento (denominados no presente Entendimento "acordos abrangidos"). As regras e procedimentos deste Entendimento se aplicam igualmente às consultas e solução de controvérsias entre Membros relativas a seus direitos ou obrigações ao amparo do Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio (denominada no presente Entendimento "Acordo Constitutivo da OMC") e do presente Entendimento, considerados isoladamente ou em conjunto com quaisquer dos outros acordos abrangidos.

<sup>30</sup> Art. 3. 8. Nos casos de não-cumprimento de obrigações contraídas em virtude de um acordo abrangido, presume-se que a medida constitua um caso de anulação ou de restrição. Isso significa que normalmente existe a presunção de que toda transgressão das normas produz efeitos desfavoráveis para outros Membros que sejam partes do acordo abrangido, e em tais casos a prova em contrário caberá ao Membro contra o qual foi apresentada a reclamação.

<sup>31</sup> Art. 26. 1. Reclamações de Não Violação do Tipo Descrito no Parágrafo 1 (b) do Artigo 23 do GATT 1994 Quando as disposições do parágrafo 1 (b) do Artigo 23 do GATT 1994 forem aplicáveis a um acordo abrangido, os grupos especiais ou o órgão de Apelação somente poderão decidir ou fazer recomendações se uma das partes em controvérsia considera que um benefício resultante direta ou indiretamente do acordo abrangido pertinente está sendo anulado ou prejudicado ou que o cumprimento de um dos objetivos do Acordo está sendo dificultado em consequência da aplicação de alguma medida por um Membro, ocorrendo ou não conflito com as disposições daquele Acordo. Quando e na medida em que tal parte considere, e um grupo especial ou órgão de Apelação determine, que um caso trate de medida que não seja contraditória com as disposições de um acordo abrangido ao qual as disposições do parágrafo 1.b do Artigo 23 do GATT 1994 sejam aplicáveis, deverão ser aplicados os procedimentos previstos no presente Entendimento, observando-se o seguinte:  
[...]

Se for constatado que a medida realmente causa a situação alegada, não se terá um pedido de retirada (uma vez que a medida não é uma violação), mas sim se terá uma recomendação de ajustamento para que a situação seja mutuamente satisfatória para as partes.

O terceiro caso, considerado como “supletivo”, refere, na realidade, a todos os outros casos não contidos nos dois anteriores, mas que possam gerar para os Membros uma anulação, redução ou entravar a realização dos objetivos dos acordos da OMC.

Quanto à administração do ESC, o Artigo 2<sup>32</sup>, disciplina que tal é feito pelo OSC em colaboração com os comitês e conselhos competentes. O OSC tem por missão assegurar a aplicação das regras da OMC relativamente às consultas e ao ESC. Também tem o poder de estabelecer Grupos Especiais, adotar os relatórios e recomendações e autorizar a suspensão de concessões e outras obrigações resultantes dos acordos visados. Se o acordo em questão for plurilateral, somente os membros que fazem parte do acordo podem ser partes no processo.

Em relação aos comitês e conselhos, tais auxiliam o OSC na administração dos acordos, sendo encarregados de facilitar e supervisionar as consultas entre os Membros da OMC, na ocasião dos litígios que são de competência do ESC.

### 1.3.3 CONSULTAS

As consultas estão explicitadas no Artigo 4, ESC<sup>33</sup>. É fase diplomática que se desenvolve entre as partes na qual elas procuram encontrar soluções amigáveis para a questão.

---

<sup>32</sup> Art. 2. 1. Pelo presente Entendimento estabelece-se o Órgão de Solução de Controvérsias para aplicar as presentes normas e procedimentos e as disposições em matéria de consultas e solução de controvérsias dos acordos abrangidos, salvo disposição em contrário de um desses acordos. Conseqüentemente, o OSC tem competência para estabelecer grupos especiais, acatar relatórios dos grupos especiais e do órgão de Apelação, supervisionar a aplicação das decisões e recomendações e autorizar a suspensão de concessões e de outras obrigações determinadas pelos acordos abrangidos. Com relação às controvérsias que surjam no âmbito de um acordo dentre os Acordos Comerciais Plurilaterais, entender-se-á que o termo "Membro" utilizado no presente Entendimento se refere apenas aos Membros integrantes do Acordo Comercial Plurilateral em questão. Quando o OSC aplicar as disposições sobre solução de controvérsias de um Acordo Comercial Plurilateral, somente poderão participar das decisões ou medidas adotadas pelo OSC aqueles Membros que sejam partes do Acordo em questão.

2. O OSC deverá informar os pertinentes Conselhos e Comitês da OMC do andamento das controvérsias relacionadas com disposições de seus respectivos acordos.

[...]

<sup>33</sup> Art. 4. 2. Cada Membro se compromete a examinar com compreensão a argumentação apresentada por outro Membro e a conceder oportunidade adequada para consulta com relação a medidas adotadas dentro de seu território que afetem o funcionamento de qualquer acordo abrangido.

3. Quando a solicitação de consultas for formulada com base em um acordo abrangido, o Membro ao qual a solicitação for dirigida deverá respondê-la, salvo se mutuamente acordado de outro modo, dentro de um prazo de 10 dias contados a partir da data de recebimento da solicitação, e deverá de boa-fé proceder a consultas dentro de um prazo não superior a 30 dias contados a partir da data de recebimento da solicitação, com o objetivo de chegar

Devem acontecer durante um período máximo de 60 dias e são confidenciais. Todas as demandas devem ser notificadas ao OSC, da mesma forma que ao conselho ou comitê competente. O pedido de consulta deve ser feito de forma escrita, motivada e com base em fundamentos jurídicos. Se as consultas não atingem os resultados esperados, o recurso deve ser feito perante o Grupo Especial.

Salienta-se que a qualquer momento as partes poderão recorrer à mediação, bons ofícios e conciliação, conforme previsto no Artigo 5<sup>34</sup>.

#### 1.3.4 GRUPO ESPECIAL

Se, após 60 dias as consultas não resultam em solução, pode-se estabelecer um Grupo Especial que é feito com uma demanda escrita da parte reclamante cujo conteúdo está discriminado no Artigo 6.2, ESC<sup>35</sup>. O Grupo Especial vai examinar a questão levantada ao

---

a uma solução mutuamente satisfatória. Se o Membro não responder dentro do prazo de 10 dias contados a partir da data de recebimento da solicitação, ou não proceder às consultas dentro de prazo não superior a 30 dias, ou dentro de outro prazo mutuamente acordado contado a partir da data de recebimento da solicitação, o Membro que houver solicitado as consultas poderá proceder diretamente a solicitação de estabelecimento de um grupo especial.

4. Todas as solicitações de consultas deverão ser notificadas ao OSC e aos Conselhos e Comitês pertinentes pelo Membro que as solicite. Todas as solicitações de consultas deverão ser apresentadas por escrito e deverão conter as razões que as fundamentam, incluindo indicação das medidas controversas e do embasamento legal em que se fundamenta a reclamação.

5. Durante as consultas realizadas em conformidade com as disposições de um acordo abrangido, os Membros procurarão obter uma solução satisfatória da questão antes de recorrer a outras medidas previstas no presente Entendimento.

6. As consultas deverão ser confidenciais e sem prejuízo dos direitos de qualquer Membro em quaisquer procedimentos posteriores.

7. Se as consultas não produzirem a solução de uma controvérsia no prazo de 60 dias contados a partir da data de recebimento da solicitação, a parte reclamante poderá requerer o estabelecimento de um grupo especial. A parte reclamante poderá requerer o estabelecimento de um grupo especial dentro do referido prazo de 60 dias se as partes envolvidas na consulta considerarem conjuntamente que as consultas não produziram solução da controvérsia.

[...]

<sup>34</sup> Art. 5. 1. Bons ofícios, conciliação e mediação são procedimentos adotados voluntariamente se as partes na controvérsia assim acordarem.

2. As diligências relativas aos bons ofícios, à conciliação e à mediação, e em especial as posições adotadas durante as mesmas pelas partes envolvidas nas controvérsias, deverão ser confidenciais e sem prejuízo dos direitos de quaisquer das partes em diligências posteriores baseadas nestes procedimentos.

3. Bons ofícios, conciliação ou mediação poderão ser solicitados a qualquer tempo por qualquer das partes envolvidas na controvérsia. Poderão iniciar-se ou encerrar-se a qualquer tempo. Uma vez terminados os procedimentos de bons ofícios, conciliação ou mediação, a parte reclamante poderá requerer o estabelecimento de um grupo especial.

[...]

<sup>35</sup> Art. 6. 2. Os pedidos de estabelecimento de grupo especial deverão ser formulados por escrito. Deverão indicar se foram realizadas consultas, identificar as medidas em controvérsia e fornecer uma breve exposição do embasamento legal da reclamação, suficiente para apresentar o problema com clareza. Caso a parte reclamante



OSC e fará suas constatações, qualificando juridicamente os fatos apresentados por cada uma das partes. Essas constatações visam à formulação de recomendações a respeito da questão, com análise dos fatos e do direito buscando uma solução mutuamente conveniente para todas as partes, conforme Artigo 11 do Entendimento<sup>36</sup>.

Os critérios de escolha dos membros do Grupo Especial estão contidos no Artigo 8, ESC<sup>37</sup>. Os membros do Grupo serão em número de três, designados pelo OSC, ou em casos específicos pelo Diretor-Geral da OMC quando demandado por alguma das partes e com a concordância do presidente do OSC, e do comitê/conselho competente. Não poderão integrar o Grupo membros dos países envolvidos na questão. Havendo pluralidade de partes, um só Grupo Especial poderá ser estabelecido para analisar a questão, conforme Artigo 9 do ESC<sup>38</sup>.

---

solicite o estabelecimento do grupo especial com termos de referência diferentes dos termos padrão, o pedido escrito deverá incluir sugestão de texto para os termos de referência especiais.

<sup>36</sup> Art. 11. A função de um grupo especial é auxiliar o OSC a desempenhar as obrigações que lhe são atribuídas por este Entendimento e pelos acordos abrangidos. Conseqüentemente, um grupo especial deverá fazer uma avaliação objetiva do assunto que lhe seja submetido, incluindo uma avaliação objetiva dos fatos, da aplicabilidade e concordância com os acordos abrangidos pertinentes, e formular conclusões que auxiliem o OSC a fazer recomendações ou emitir decisões previstas nos acordos abrangidos. Os grupos especiais deverão regularmente realizar consultas com as partes envolvidas na controvérsia e propiciar-lhes oportunidade para encontrar solução mutuamente satisfatória.

<sup>37</sup> Art. 8. 1. Os grupos especiais serão compostos por pessoas qualificadas, funcionários governamentais ou não, incluindo aquelas que tenham integrado um grupo especial ou a ele apresentado uma argumentação, que tenham atuado como representantes de um Membro ou de uma parte contratante do GATT 1947 ou como representante no Conselho ou Comitê de qualquer acordo abrangido ou do respectivo acordo precedente, ou que tenha atuado no Secretariado, exercido atividade docente ou publicado trabalhos sobre direito ou política comercial internacional, ou que tenha sido alto funcionário na área de política comercial de um dos Membros.

2. Os Membros dos grupos especiais deverão ser escolhidos de modo a assegurar a independência dos Membros, suficiente diversidade de formações e largo espectro de experiências.

3. Os nacionais de Membros cujos governos sejam parte na controvérsia ou terceiras partes, conforme definido no parágrafo 2 do Artigo 10, não atuarão no grupo especial que trate dessa controvérsia, a menos que as partes acordem diferentemente.

[...]

5. Os grupos especiais serão compostos por três integrantes a menos que, dentro do prazo de 10 dias a partir de seu estabelecimento, as partes em controvérsia concordem em compor um grupo especial com cinco integrantes. Os Membros deverão ser prontamente informados da composição do grupo especial.

[...]

7. Se não houver acordo quanto aos integrantes do grupo especial dentro de 20 dias após seu estabelecimento, o Diretor-Geral, a pedido de qualquer das partes, em consulta com o Presidente do OSC e o Presidente do Conselho ou Comitê pertinente, determinará a composição do grupo especial, e nomeará os integrantes mais apropriados segundo as normas e procedimentos especiais ou adicionais do acordo abrangido ou dos acordos abrangidos de que trate a controvérsia, após consulta com as partes em controvérsia.

[...]

<sup>38</sup> Art. 9. 1. Quando mais de um Membro solicitar o estabelecimento de um grupo especial com relação a uma mesma questão, um único grupo especial deverá ser estabelecido para examinar as reclamações, levando em conta os direitos de todos os Membros interessados. Sempre que possível, um único grupo especial deverá ser estabelecido para examinar tais reclamações.

[...]

Quanto aos terceiros, segundo o Artigo 10.2 do Entendimento<sup>39</sup> todo membro que tiver um interesse substancial na questão terá a possibilidade de ser ouvido pelo Grupo e de apresentar comunicações escritas.

Os procedimentos do Grupo Especial estão descritos nos Artigos 12 a 16 do Entendimento. Seguindo um calendário rígido estabelecido, as partes deverão apresentar seus argumentos de forma escrita ao Secretariado para transmissão ao Grupo e a outra parte. O Grupo poderá solicitar assessoramento técnico na busca das informações para chegar as suas conclusões. As deliberações serão secretas e o relatório será redigido sem a presença das partes. Existe a possibilidade de um exame intermediário, na qual as partes podem se manifestar a respeito dos fatos descritos no relatório provisório para que se tenha certeza que se tem os fatos corretos e que a decisão estará conforme.

Com o término dos procedimentos, o Grupo Especial, então, apresentará suas conclusões em um relatório ao OSC. Concluindo que a medida em questão é incompatível com o Acordo visado, ele recomendará ao membro que adapte a medida ao acordo, sugerindo, igualmente, como fazê-lo (Artigo 19.1, ESC<sup>40</sup>). A parte sucumbente poderá interpor recurso perante o Órgão de Apelação.

Salienta-se que as recomendações do Grupo Especial não são dotadas da autoridade da coisa julgada, pois não possuem caráter obrigatório. Somente passarão a tê-lo após a adoção pelo OSC, por meio do consenso negativo. A decisão adotada pelo OSC é então publicada, mas o relatório do Grupo não o será. Além disso, segundo Pereira (2003, p.37) apesar das decisões fornecidas pelos Grupos Especiais ou pelo Órgão de Apelação não serem vinculante ou de não constituírem jurisprudência servem como precedente para auxiliar na decisão de um novo caso, sendo, portanto, importante fonte para decisões futuras.

---

<sup>39</sup> Art. 10. 2. Todo Membro que tenha interesse concreto em um assunto submetido a um grupo especial e que tenha notificado esse interesse ao OSC (denominado no presente Entendimento "terceiro") terá oportunidade de ser ouvido pelo grupo especial e de apresentar-lhe comunicações escritas. Estas comunicações serão também fornecidas às partes em controvérsia e constarão do relatório do grupo especial.

<sup>40</sup> Art. 19. 1. Quando um grupo especial ou o órgão de Apelação concluir que uma medida é incompatível com um acordo abrangido, deverá recomendar que o Membro interessado 9 torne a medida compatível com o acordo 10. Além de suas recomendações, o grupo especial ou o órgão de Apelação poderá sugerir a maneira pela qual o Membro interessado poderá implementar as recomendações.

### 1.3.5 ÓRGÃO DE APELAÇÃO

Tal qual especificado no Artigo 17<sup>41</sup> do acordo em questão, o Órgão de Apelação é um órgão permanente, composto de sete pessoas, das quais três atuarão em cada caso, seguindo um sistema de alternância. Apenas as partes podem recorrer ao Órgão, os terceiros interessados devem manifestar-se por meio de comunicações escritas. O Órgão se limita a conhecer das questões de direito e das interpretações jurídicas dadas pelo Grupo Especial, não se voltando aos fatos.

O trabalho desenvolvido pelo Órgão é confidencial e os relatórios serão redigidos sem a presença das partes. Pode-se confirmar, modificar ou revogar as conclusões e decisões jurídicas do Grupo Especial. O relatório final do Órgão de Apelação é adotado pelo OSC (adoção automática por meio do consenso negativo) e deve ser aceito sem restrições pelas partes. A adoção das recomendações dos relatórios do Órgão de Apelação segue, também, o descrito no Artigo 19.1, ESC.

A supervisão da aplicação das decisões e a consequência da sua não realização estão dispostas nos artigos 21 e 22, do Entendimento. O Estado sucumbente deve aplicar a decisão de forma imediata, porém, restando comprovado que tal não é realizável, determinar-se-á um prazo razoável, não superior a 45 dias. Se o Estado não cumprir o determinado poderá sofrer duas consequências: (1) direitos compensatórios ou (2) suspensão de concessão ou vantagens que ele se beneficia normalmente. O primeiro é uma medida unilateral para reparar os danos sofridos pelo Estado vencedor. Já o segundo, é um procedimento multilateral, onde o OSC

---

<sup>41</sup> Art. 17. 1. O OSC constituirá um órgão Permanente de Apelação, que receberá as apelações das decisões dos grupos especiais. Será composto por sete pessoas, três das quais atuarão em cada caso. Os integrantes do órgão de Apelação atuarão em alternância. Tal alternância deverá ser determinada pelos procedimentos do órgão de Apelação.

[...]

4. Apenas as partes em controvérsia, excluindo-se terceiros interessados, poderão recorrer do relatório do grupo especial. Terceiros interessados que tenham notificado o OSC sobre interesse substancial consoante o parágrafo 2 do Artigo 10 poderão apresentar comunicações escritas ao órgão de Apelação e poderão ser por ele ouvidos.

[...]

6. A apelação deverá limitar-se às questões de direito tratadas pelo relatório do grupo especial e às interpretações jurídicas por ele formuladas.

[...]

10. Os trabalhos do órgão de Apelação serão confidenciais. Os relatórios do órgão de Apelação serão redigidos sem a presença das partes em controvérsia e à luz das informações recebidas e das declarações apresentadas.

[...]

13. O órgão de Apelação poderá confirmar, modificar ou revogar as conclusões e decisões jurídicas do grupo especial.

14. Os relatórios do órgão de Apelação serão adotados pelo OSC e aceitos sem restrições pelas partes em controvérsia a menos que o OSC decida por consenso não adotar o relatório do órgão de Apelação dentro do prazo de 30 dias contados a partir da sua distribuição aos Membros 8. Este procedimento de adoção não prejudicará o direito dos Membros de expor suas opiniões sobre o relatório do órgão de Apelação.

autoriza a suspensão de concessões ou outras obrigações a título do acordo visado, preferencialmente no mesmo setor.

### 1.3.6 ARBITRAGEM RÁPIDA

É procedimento alternativo previsto no Artigo 25, do ESC<sup>42</sup>. As partes devem ter por objeto questões claramente definidas, um acordo mútuo quanto ao procedimento que deverá ser seguido e, se autorizado, outros Membros poderão tomar parte no procedimento. Todos deverão se submeter ao laudo arbitral, que será comunicado ao OSC e ao conselho/comitê correspondente.

---

<sup>42</sup> Art.25. 1. Um procedimento rápido de arbitragem na OMC como meio alternativo de solução de controvérsias pode facilitar a resolução de algumas controvérsias que tenham por objeto questões claramente definidas por ambas as partes.

2. Salvo disposição em contrário deste Entendimento, o recurso à arbitragem estará sujeito a acordo mútuo entre as partes, que acordarão quanto ao procedimento a ser seguido. Os acordos de recurso a arbitragem deverão ser notificados a todos os Membros com suficiente antecedência ao efetivo início do processo de arbitragem.

3. Outros Membros poderão ser parte no procedimento de arbitragem somente com o consentimento das partes que tenham convencionado recorrer à arbitragem. As partes acordarão submeter-se ao laudo arbitral. Os laudos arbitrais serão comunicados ao OSC e ao Conselho ou Comitê dos acordos pertinentes, onde qualquer Membro poderá questionar qualquer assunto a eles relacionados.

4. Os Artigos 21 e 22 do presente Entendimento serão aplicados *mutatis mutandis* aos laudos arbitrais.

## **2 SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR E DEFESA COMERCIAL**

A atuação do Estado brasileiro na área econômica está definida na Constituição da República Federativa do Brasil/1988 e em leis infraconstitucionais que são adaptadas segundo os acordos e tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Portanto, seguindo a linha de raciocínio de Gonçalves (2001, p. 108-109) a adaptação dessa estrutura administrativa e legal varia segundo o conjunto político bem como as circunstâncias internacionais do momento, visando uma melhor integração do Brasil ao mundo dos negócios internacionais e a sua característica de dinamicidade.

### **2.1 HISTÓRICO**

#### **2.1.1 1808 A 1822: COLÔNIA E REINO UNIDO**

Conforme informações retiradas do sítio na internet do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o ano de 1808 é considerado com o “ano zero” do comércio exterior brasileiro, pois é quando D. João, Príncipe Regente de Portugal, assina a Carta de Abertura dos Portos às nações amigas, quebrando o monopólio comercial, rompendo o pacto colonial e inaugurando a autonomia comercial e econômica brasileira. Atendia sobre tudo aos interesses ingleses, ao apelo dos comerciantes coloniais e a necessidade do governo em arcar com os custos dos gastos oficiais.

Em 1º de abril de 1808, revoga-se o alvará de 1785 que proibia a criação de manufaturas no Brasil, o que permitiu a fundação da indústria no país. No mesmo ano, em 23 de agosto, foi criada a Junta Real do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação para regulamentar, fiscalizar e apoiar o desenvolvimento dessas atividades, inclusive com o incentivo à diversificação e desenvolvimento de novas culturas e importação de frutas.

No ano seguinte, produtos vindos das cidades de Lisboa e Porto foram isentos do pagamento de direitos às importações, bem como as matérias-primas necessárias à manufatura nacional. Em 1810, os produtos ingleses são agraciados com a menor tarifa alfandegária praticada no Brasil, (15%), inferior aos demais países (24%) e a Portugal (16%).

Em 16 de dezembro de 1815, é criado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que, em termos jurídicos, fez com que o Brasil deixasse de ser colônia. O dia 9 de janeiro de 1822 ficou conhecido como o “Dia do Fico” em que Dom Pedro, Príncipe Regente do Brasil,

se recusa a deixar o Brasil, mesmo com as ordens expressas das Cortes de Lisboa. Em 6 de agosto, manifesta-se dizendo que Portugal atenta contra os direitos do Brasil e convida todas as nações pacíficas e amigas a manterem relações diplomáticas com o Brasil, prontificando-se a abrir os portos brasileiros. Pouco mais de um mês depois, em 7 de setembro, Dom Pedro declara a independência do Brasil.

Salienta-se que durante todo o período, o saldo da balança comercial foi negativo, ou seja, o Brasil mais importava que exportava.

### 2.1.2 1822 A 1889: IMPÉRIO

Mesmo com a proclamação da independência em 1822, o comércio exterior brasileiro continuava atrelado e subordinado à metrópole portuguesa, uma vez que Portugal, por meio de grandes monopólios, impedia que o Brasil, e outras de suas ex-colônias, instalassem indústrias. Portanto, o comércio brasileiro se fundava na exportação do café e outros produtos agrícolas (GABRIEL, 1999, p. 267).

Em 1923, pela primeira vez o Brasil passa a ter saldo positivo em sua balança comercial. No ano seguinte, é instituída a primeira Constituição Brasileira e Dom Pedro I realiza o primeiro empréstimo, que levaria ao endividamento externo do Brasil.

Em 1828, foi criada a Secretaria dos Negócios Estrangeiros bem como a promulgação da lei que reduzia as tarifas alfandegárias, de quaisquer produtos provenientes de quaisquer países, a 15%. Durante a primeira década do Império os principais produtos de exportação eram o açúcar (32,3%), algodão (20%), café (18,6%), peles e couros (13,8%) e outros (15,4%).

Em 7 de abril de 1831, Dom Pedro I abdica do trono em favor do seu filho Dom Pedro II, iniciando, até 1840, o período das regências. Em 1835 a Câmara dos Deputados institui política de recusa e contestação dos tratados internacionais, pois considera que esses acordos levam a dependência e prejuízo aos negócios do Brasil, uma vez que era proibido fixar as taxas alfandegárias. No mesmo ano, novamente, a balança comercial tem saldo positivo. Em 1836 se tem o início da Era Vitoriana, considerado o auge da Revolução Indústria, a qual o Brasil não aderiu.

Apesar do início do período de administração por D. Pedro II, em 1840, o repúdio aos tratados bilaterais de comércio de Cláusula de Nação Mais Favorecida continua, pois ainda

julgam que estão sendo danosos ao país, e o Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros confirma que “ordens já têm sido expedidas para notificar a cassação dos tratados que ainda existem, cujo termo está a aproximar-se”. Em um comparativo com 1820, a produção do café aumenta 206%, suprimindo a demanda mundial do produto e se tornando o principal produto da balança comercial brasileira (43,8% das exportações, contra a segunda colocação do açúcar, com 24%).

Ocorre, em 1841, o desmonte do sistema de tratados desiguais firmados durante o processo de reconhecimento da independência. Além disso, os principais parceiros econômicos do Brasil no período são os Estados Unidos, a Alemanha, a Bélgica, a Itália e a Holanda.

A criação da Tarifa Alves Branco, em 1844, introduz a proteção à indústria nacional, uma vez que o país eleva os direitos alfandegários a taxas entre 30 e 60% *ad valorem*, o que gera o primeiro surto industrial e um aumento de 61% no desempenho da alfândega brasileira.

Em 1850, tem-se a promulgação do Código Comercial Brasileiro pela Lei nº 556 (que permanece em vigor até 2002, quando é revogado parcialmente pelo Código Civil) visando unificar as leis sobre a matéria e aumentar a segurança dos empreendimentos para estimular o desenvolvimento da indústria e do comércio. Durante o período, o café segue sendo o principal produto exportado pelo Brasil (41,3%), seguido pelo açúcar (26,7%), e existem 72 manufaturas atuando no país.

Em 1853, os Estados Unidos se tornam o principal importador de produtos brasileiros, correspondendo a 32,4% das nossas exportações. Já no ano seguinte, são ultrapassados pela Grã-Bretanha, tendo em terceiro lugar a França. Os mesmos três países ocupam os postos de principais exportadores para o Brasil, sendo respectivamente, Inglaterra, França e Estados Unidos. Ao final da década, o café continua líder nos produtos de exportação (48,8%) seguindo de longe pelo açúcar (21,2%).

Nos idos da década de 1860, a queda nas exportações de café, devido a problemas climáticos, agrava a crise financeira já existente. O Brasil exporta o equivalente a uma média de 7,8 dólares *per capita*, contra o Reino Unido que lidera com o equivalente a 31 dólares *per capita*. Por sua vez o PIB *per capita* brasileiro é de 740 dólares, contra 3.263 da Grã-Bretanha. Nossas exportações correspondem a 11,8% do nosso PIB, sendo o café ainda o principal produto (45,3%).

Em 1872, os Estados Unidos eliminam a necessidade de pagamento de taxas para a importação de café, o que beneficia o Brasil, pois no ano seguinte se tem o início de um processo de depressão que provoca a queda do preço dos produtos exportados pelo Brasil. A Tarifa Rio Branco, de 1874, divide as mercadorias em 36 categorias para aplicar diferentes taxas e correções em um patamar de até 40%. Os insumos e máquinas para a agricultura são isentos, na tentativa de um incentivo agrícola.

Tem-se o início do “Ciclo da Borracha” em 1877, com a intensificação da exploração do seringal por meio da mão de obra nordestina. Em 1879, são ajustadas as tarifas anteriormente implantadas com propósito protecionista e são reduzidas aquelas nas fronteiras sul, como forma de tentar diminuir o contrabando na região. Apesar da disputa em âmbito internacional entre os países industrializados, onde alguns passam a adotar uma política mais liberal, isso pouco afeta o Brasil, já que suas exportações de produtos manufaturados são irrelevantes.

Em 1880, o Brasil é o maior produtor mundial de café, sendo responsável por quase metade da produção mundial. Além disso, com a crescente procura pela borracha no mercado externo, intensifica-se a exploração na Amazônia, e o produto ganha importância na balança exportadora brasileira (5,5%), mas o café ainda se destaca (56,4%).

Em 1882, existe a publicação do Manifesto da Associação Industrial em prol de uma maior industrialização do país, de uma política protecionista, de uma redução da vulnerabilidade econômica decorrente da orientação exclusivamente agrária. Cinco anos mais tarde, é instituída a Tarifa Belisário de Souza, para corrigir a diferença entre os preços reais e os oficiais das tabelas dos produtos, criar certo grau de proteção aos produtos nacionais similares a importados e reduzir as taxas sobre as matérias-primas necessárias às indústrias nacionais. Em 1888, a Tarifa João Alfredo, acompanha a variação cambial e aumenta a taxa sobre manufaturados estrangeiros e suprime taxas em produtos químicos para a indústria agrícola. É considerada protecionista e com grande incentivo ao setor têxtil.

No ano da proclamação da república, o Brasil atinge a marca de 600 indústrias, grande parte por conta do incentivo financeiro proporcionado pela economia cafeeira. Em 15 de novembro, o marechal Deodoro da Fonseca proclama a República, com a demissão do Ministro Visconde de Ouro Preto e a expulsão de Dom Pedro II do Brasil.

Foi um período de assinatura de vários tratados de comércio entre o Brasil e outros países (tais quais, Áustria, Prússia, Inglaterra, as cidades livres de Hamburgo, Bremen e



Lübeck, Dinamarca, Estados Unidos, Bélgica, cidades Hanseáticas, Peru, Uruguai, Argentina, Império Otomano) onde a exportação era considerada o setor mais dinâmico da economia, sendo o café responsável por 61,7% dessa.

### 2.1.3 1889 A 1930: REPÚBLICA VELHA

Durante o primeiro ano da República, busca-se dar continuidade ao surto industrial por meio de medidas protetivas e de incentivo à produção nacional. Tem-se a criação da primeira lei proibindo concessão de isenções de direitos de importação a produtos que tenham similares nacionais.

No ano seguinte, Brasil e Estados Unidos celebram acordo em que ambos os países reduzem ou isentam produtos do outro país de imposto e tarifas alfandegárias, sem permitir tal benefício a terceiros. No mesmo ano, tem-se a promulgação da primeira Constituição da República que confere aos estados ampla autonomia econômica e administrativa; a impulsão cada vez mais forte na extração e comercialização de borracha, uma vez que o Brasil é o único produtor; a criação do primeiro plano econômico brasileiro em uma tentativa de estímulo a industrialização e aumento da capitalização dos cafeicultores. Ocorre que por uma emissão desenfreada de papel-moeda, inicia-se uma grave crise inflacionária (conhecida como Crise do Encilhamento).

Em 1894, os produtores cafeeiros aumentam a produção, impulsionados por seguidas desvalorizações. Dois anos depois, a Tarifa Rodrigues Alves, considerada altamente protecionista, eleva os impostos de importação e cria duas pautas que são utilizadas de acordo com as conveniências da política comercial. Em 1896, visando um aumento na receita geral de alfândega, é instituída a Tarifa Bernardino de Campos, que estabelece mudanças nas pautas. Em março, reduzem-se as taxas de importação de alguns itens, aumentando a de outros. Já em dezembro, são retirados da pauta de taxa reduzida vários itens.

Alavancada pelo aumento da produção de café brasileira (que representa 70% da produção mundial), a produção cafeeira mundial aumenta à razão de 9% ao ano. No entanto, o consumo mundial do produto cresce apenas 1,5% ao ano, o que leva a uma superprodução e derrubada do preço. Ainda assim, o café segue sendo o principal item na balança exportadora brasileira (63,8%), seguido pela borracha (15,8%).

A primeira década do Século XX representa real expansão para o comércio exterior brasileiro. Em 1903 o Brasil atinge o auge do ciclo da borracha, sendo o país responsável por

97% da produção mundial. Três anos depois, é assinado o Convênio de Taubaté, no qual o financiamento da produção excedente, visando à estabilidade do preço do café, é feita por investidores estrangeiros. Estabelece-se também um câmbio desvalorizado, com uma taxa inferior a do mercado, uma reivindicação dos produtores cafeeiros e da indústria. Devido a uma crise na bolsa de valores de Nova York, o Brasil não mais consegue financiar o excedente de café por meio do crédito internacional, passando o governo a assumir o encargo. O café perde força na balança exportadora do Brasil (51,5%) ao passo que a borracha ganha maior desempenho (27,9%).

Em 1912, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos instaura um processo judicial sobre a valorização do café brasileiro, usando como pretexto a política antitruste do governo, bem como a crítica realizada pelo seu Congresso, porém já ano seguinte retiram o processo. Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial e o prejuízo do imposto de importação decorrente dessa, o governo brasileiro decide aumentar as alíquotas e o número de produtos tributáveis. Dois anos depois, os Estados Unidos se tornam o maior parceiro comercial do Brasil, declarando no ano seguinte o café como produto supérfluo, proibindo assim sua importação e atingindo em cheio a economia brasileira.

Com a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919, os cafeicultores paulistanos são beneficiados, pois passam a integrar a lista de credores dos alemães, no entanto, o café é incluso na lista de produtos a serem sobretaxados, como forma da Alemanha obter recursos para realizar seus pagamentos. Além disso, em 1920, tem-se uma nova crise no setor do café devido à previsão de uma super safra e redução dos negócios com os Estados Unidos. No entanto, o café segue sendo o principal produto de exportação pátrio (52,4%).

De 1924 a 1929, o preço internacional do café é o mais alto da história, e os recursos obtidos com sua renda são destinados ao pagamento dos compromissos da dívida externa e à estabilidade monetária, tudo apesar da campanha estadunidense contra a política brasileira de valorização do café. Em 1929, instala-se a maior crise econômica do século XX, conhecida como Grande Depressão, com início na bolsa de valores de Nova York, mas com repercussões em todos os setores, inclusive sociais. No Brasil, a superprodução do café de um lado contra a diminuição da procura e contração do comércio internacional do outro, geram a recessão. Ainda assim, durante a década, o café representou (69,9%) das exportações pátrias.

#### 2.1.4 1930 A 1945: ERA VARGAS

Em 3 de novembro de 1930 Getúlio Vargas assume o governo provisório, após a deposição de Washington Luís, que havia sido eleito em março. As compras externas são reduzidas devido à retração das exportações causada pela crise econômica internacional e pela implementação do controle cambial. Quatro anos depois, Getúlio viria a ser eleito presidente indiretamente pelo Congresso, mesmo ano em que foi criado o Conselho Federal de Comércio Exterior, voltado à política industrial e suas correlações com o comércio exterior.

Em 1935 o Brasil assina acordo comercial com os Estados Unidos, prevendo concessões tarifárias recíprocas (livre comércio e tratamento cambial equitativo) além de denunciar todos os tratados comerciais (cerca de 30) assinados sob a cláusula da Nação Mais Favorecida (uma vez que a maioria dos países introduziu medidas protecionistas devido a Grande Depressão).

Em 1937, sob o pretexto da ameaça comunista, Getúlio Vargas faz um comunicado em que “o Brasil deixa de lado a democracia dos partidos” e de que há uma nova Constituição, tem-se, portanto, o início do Estado Novo, da ditadura Vargas. A política externa brasileira desenvolve uma linha de alinhamento aos Estados Unidos.

Nos anos 30, o algodão se torna o segundo item na pauta de exportação brasileira (representando 14,3% das exportações, perdendo somente para o café, que representa 50%), devido às importações alemãs, pois o produto era estratégico no contexto da corrida armamentista.

Em 1941, é criado e ratificado por Brasil e Argentina o Tratado sobre Livre Intercâmbio de Comércio, visando uma futura união aduaneira. Mas, enquanto há uma diminuição das importações, uma vez que as produções nacionais se voltam para a guerra, havendo menos produtos no mercado externo, o Brasil aumenta suas exportações, já que abastece as economias em guerra. No ano seguinte, o país corta relações diplomáticas, o que inclui as relações de comércio, com todos os países do Eixo, fazendo dos EUA o principal cliente brasileiro.

No ano seguinte, se tem um novo surto na exploração da borracha na região amazônica, bem como incentivos governamentais para desenvolver a indústria nacional, por meio da política de substituição de importações e cujo objetivo é diminuir a dependência dos produtos importados.

De 1º a 22 de julho de 1944, foi realizada a Conferência de Bretton Woods, com o esboço do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), criado em 1945, e do Fundo Monetário Internacional (FMI), criado em 1946.

Em 25 e 26 de julho é aprovada e firmada por 50 países a Carta de São Francisco, instrumento constitutivo da ONU, como uma tentativa de constitucionalização do direito internacional. No final do mês de outubro, Getúlio Vargas é derrubado do poder.

#### 2.1.5 1946 A 1964: REPÚBLICA NOVA

O novo presidente adota uma política econômica liberal para combater a inflação, promulga a nova Constituição, de caráter liberal e democrático, institui, com o Decreto-Lei nº 9.025, uma liberdade total ao mercado de câmbio e às operações de comércio exterior, libera as importações (principalmente de bens supérfluos e de bens de capital, para o desenvolvimento da produção nacional), libera também o câmbio (para aumentar a saída de capital com finalidade de desenvolvimento e entrada de capital externo). Tudo isso, acarreta em aumento em mais de 50% das exportações se comparado ao ano anterior.

Em 1948, entra em vigor o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que visa à liberalização do comércio internacional e a disciplina comercial entre os países. No âmbito interno, a adesão do Brasil se deu em 30 de julho, com a aprovação da lista tarifária (Lei 313). Também, cria-se a necessidade de se obter uma licença prévia para a importação, segundo a Carteira de Exportação e Importação – Cexim do Banco do Brasil e as exigências governamentais (Lei 262), bem como as “Operações Vinculadas”, que ao final da década, alcançam 25% das operações de comércio exterior nacionais (as exportação de cacau e madeira geraram divisas para a importação de automóveis e geladeiras, principalmente).

Devido à crise nas indústrias têxteis, em 1952, há a paralisação das vendas do algodão (que era o segundo principal produto exportado pelo Brasil). Por conta disso, o café registra mais de 70% da nossa pauta.

Em 1953, é criada a Lei do Mercado Livre (Lei nº 1.807) que dá ampla liberdade de movimento ao capital estrangeiro no país, fixa uma taxa oficial de câmbio para as exportações que o governo visa estimular (café, cacau e algodão) e para outras são aplicadas taxas flutuantes. Busca-se uma política cambial preocupada com o desenvolvimento econômico ao invés de com o desequilíbrio na balança de pagamentos.

Porém, no ano seguinte são realizadas mudanças na política cambial brasileira, onde o preço da divisa varia segundo o produto a ser importado e sua essencialidade. No mesmo ano, extingue-se a Cexim e cria-se a Carteira de Comércio Exterior – Cacex, cujas atribuições são a emissão de licenças de importação, a promoção de exportações e o estabelecimento de sobretaxas de câmbio.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek para Presidente da República cria-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano de Metas), com uma campanha de aumento dos investimentos nacionais aliados ao capital externo, várias empresas multinacionais entram no país. No ano posterior, tem-se a criação da Lei de Tarifas Aduaneiras (Lei nº 3.244) que introduz a tarifa *ad valorem*, com uma elevação das tarifas para proteção das empresas nacionais que estavam emergindo. Já no final da década, é criada a Comissão de Coordenação da Execução da Política Econômica Exterior, no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e o Ministério da Indústria e do Comércio (Lei nº 3.782).

Em 1961, o governo suspende o subsídio à importação de trigo, petróleo e papel de imprensa; reformula o regime cambial nacional; organiza o Ministério da Indústria e do Comércio (Lei nº 4.048) cujos objetivos são “fomentar, orientar, proteger, regulamentar e fiscalizar o desenvolvimento industrial, nacional e regional, a expansão do comércio interno e externo”; estabelece uma Política Externa que rompe com as barreiras ideológicas da Guerra Fria, resguardando ao Brasil o direito de negociar com todos os países que achar conveniente.

Na madrugada do dia 31 de março para 1º de abril, um Golpe militar depõe o Presidente, dando início ao período da Ditadura Militar.

#### 2.1.6 1964 A 1985: REGIME MILITAR

Inicia-se uma Política Econômica Exterior aliada ao Ocidente, revogando medidas tomadas pelos governos anteriores, criando o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG (diminuem-se as importações, aumentam-se as exportações, abre-se ao capital externo). O capital internacional, em especial o estadunidense, e o setor agroexportador são a nova base do governo. No ano seguinte, a Lei nº 4.669 estabelece as competências do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1965, por meio da Lei nº 5.025, é criado o Conselho Nacional do Comércio Exterior – Concex, cujas atribuições são a formulação de políticas de comércio exterior e procedimentos referentes à exportação e importação, e são reorganizadas as funções da

Cacex, que passam a ser a emissão de licenças de importação e exportação, financiamento de produtos industrializados, aplicação do regime de *draw-back*.

Em 1967, é promulgada a nova Constituição, que é alterada pelo Decreto-Lei 200. A Resolução nº 71 do Conselho Monetário Nacional institui a preferência para financiamento de produtos destinados à exportação. No ano seguinte, inicia-se o período conhecido como “Milagre Econômico” no qual as taxas de crescimento verificavam-se acima de 11% ao ano. Tem-se o incentivo a exportação de manufaturados por meio do abatimento de impostos federais. Além disso, o Decreto nº 770 cria a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer.

No primeiro ano da década seguinte se tem a regulamentação do Sistema Geral de Preferências – SGP, que concede preferência a produtos manufaturados provenientes de países em relativo desenvolvimento econômico, sem reciprocidade de concessões. Dois anos depois, é criada a Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais (BEFIEEX), por meio do Decreto-Lei nº 1.219, cujo objetivo é “conceder isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados na importação, a empresas que tivessem seus programas de exportação aprovados pelo Ministério da Fazenda”.

Em 1973, tem-se a expansão do comércio exterior nacional por meio de incentivos à exportação de produtos industriais. No contexto agrícola, o café perde espaço para a soja, que ao longo da década de 70, consolida o país como o segundo maior produtor mundial desse. No mesmo ano, o milagre econômico chega ao fim.

Apesar da crise econômica decorrente da crise do petróleo, é criado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979), visando finalizar o processo de substituição de importações nos setores de bens de capital e insumos básicos. Também são elevados os impostos de exportações em produtos básicos com tentativa de fomentar a exportação de produtos com maior valor agregado.

Em 14 de dezembro, a Assembleia Geral da ONU adota a Carta de Direitos Econômicos dos Estados, concretizando a Nova Ordem Econômica Internacional com princípios tais quais a não agressão, não intervenção e solução pacífica de controvérsias.

No último ano da década de 1970, o Brasil assina o Código de Subsídios do GATT por pressão dos Estados Unidos, o que tem como consequência o começo da interrupção dos programas de estímulos às exportações.

No início da década de 1980, o país enfrenta o maior movimento popular em prol da democratização que culmina com a eleição indireta de Tancredo Neves e o fim da Ditadura Militar.

#### 2.1.7 1985 A ATUALIDADE: NOVA REPÚBLICA

Em 1988 se tem a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil. Com a eleição de Collor, no ano seguinte, se tem uma abertura econômica e liberalização comercial. Nos últimos dez anos, os principais produtos de exportação pátrios foram: metalúrgicos (13,7%), soja (10,4%), máquinas e equipamentos (9,2%) e, aquele que durante décadas foi o principal produto brasileiro está somente em quarto lugar, o café (7,9%).

Em 1991, é assinado o Tratado de Assunção por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, criando o Mercado Comum do Sul, MERCOSUL. No mesmo ano, ainda se tem a criação do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, para dar condições de competitividade às exportações brasileiras de bens de capital no mercado mundial, e do Departamento de Comércio Exterior – DECEX, no âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT. No ano seguinte, vinculada ao mesmo Ministério, é criada a Secretaria de Comércio Exterior – SECEX.

Em 1993, é criado o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, com o objetivo de integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior de forma informatizada. Em 1994, é criada a OMC pela Ata de Marrakesh, com entrada em vigor no ano seguinte. Ainda em 1994, por conta da sobrevalorização do Real, o poder de compra dos importadores brasileiros aumenta, ao passo que as exportações têm um baixo crescimento, o que gera desequilíbrio na balança comercial.

Com a assunção de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, implementou-se política de comércio externo voltada à inserção do Brasil no cenário internacional, com aumento das atividades no MERCOSUL e dos fluxos econômicos em geral, privatizam-se empresas nacionais para a entrada de capital estrangeiro e de multinacionais. Cria-se também o Departamento de Defesa Comercial – DECOM no âmbito da SECEX, cujo objetivo é investigar os possíveis casos de *dumping*, subsídios, medidas compensatórias e salvaguardas com base nos respectivos acordos da OMC.

Em 1999, implanta-se o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, que dois anos depois, lança o Portal do Exportador, uma fonte de informações sobre comércio exterior e diversos assuntos relacionados, de fácil consulta. Nesse período, o número de empresas exportadoras cresce em 6,2%, segundo o MDIC.

Em 21 de agosto de 2000, o Canadá recebe da OMC o direito de retaliar o Brasil em US\$ 1,3 bilhão até 2005, por conta de subsídios que o Brasil teria fornecido a Embraer na venda de aviões. Em 2002, é a vez de o Brasil ser autorizado pela OMC em retaliar o Canadá, por conta de subsídios à empresa Bombardier, porém o país não faz uso da autorização. No mesmo ano, o Brasil, juntamente com a Tailândia e a Austrália, denuncia os produtores de açúcar da União Europeia, e a OMC da razão aos denunciantes. O País também denunciou os Estados Unidos por conta de impostos cobrados na Flórida sobre o suco de laranja, porém foi realizado acordo; e a queixa, retirada.

As representações brasileiras na OMC continuam nos anos seguintes. Em 2003, o País entrou, e ganhou a ação contestando as ajudas e créditos concedidos pelos Estados Unidos aos produtores de algodão. Em 2004, o Brasil ganhou contra a União Europeia questão contra subsídios à exportação de açúcar. Pouco antes no mesmo ano, o Brasil havia se destacado no cenário internacional como liderança entre os países em desenvolvimento na questão do Acordo sobre a Agricultura. Ao final do ano, o recorde de exportações é batido, alcançando a cifra de US\$ 100 bilhões, aproximadamente, e um levantamento do BNDE aponta que 24,8% da produção nacional foram destinadas à exportação.

## **2.2 LEGISLAÇÃO PÁTRIA**

Conforme se apreende do histórico brasileiro no comércio exterior,

O Brasil, inserido em um inquietante e complexo contexto mundial; no que concerne às suas relações comerciais exteriores, intentou, mormente, a partir dos anos noventa, abertura comercial que expôs a economia interna à competitividade das empresas estrangeiras. Se é salutar que o mercado interno seja reforçado pela ação de novos empreendedores estrangeiros [...] também, é verdade que existem problemas inerentes a práticas desleais de comércio que fazem necessárias medidas protetoras do mercado interno com relação aos ataques do comércio voraz (GONÇALVES, 2001, p. 108).

Segundo o mesmo autor, o comércio é regulamentado pelo direito interno assim como pelo direito internacional, no qual há flexibilização do primeiro em relação ao segundo e, portanto, é necessário que os sistemas de comércio exterior e de defesa comercial sejam adaptados e modernizados face ao mercado externo. Ou seja, a partir da década de noventa, o



Sistema de Comércio Brasileiro foi reorganizado de forma a melhor se inserir nas normas internacionais, em especial, para a implementação das determinações da OMC (2001, p. 108).

A regulamentação do comércio exterior brasileiro é bastante complexa, devido à diversidade de normas que regulam suas operações, as alterações constantes e a falta de centralização. Segundo Sá Porto (2013, p. 67), existem mais de 1.200 leis vigentes no setor (entre as quais resoluções da CAMEX, portarias do MDIC e da SECEX, portarias interministeriais, normas cambiais e instruções normativas da Receita Federal Brasileira) e 17 órgãos intervenientes governamentais.

### 2.2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1988

Conforme leciona Grau (2010, p. 26-29) o capitalismo, que no decorrer do Século XX, buscava no mercado o interesse de cada Estado, passou a procurar por uma “ordenação internacional”, uma ordem econômica internacional, pois, os mercados são instituições jurídicas, regulados e limitados e conforme as normas estabelecidas. Quer-se dar regularidade e previsibilidade às condutas dos agentes integrantes do mercado e às trocas lá realizadas.

No Brasil, a CFRB/88 estabelece mudança de paradigma ao adotar caráter não mais estatutário, mas sim diretivo. Passa-se a ter um Estado intervencionista na economia, de forma indireta, com regulamentação não só no campo socioeconômico, mas também jurídico. Para Silva (2010, p. 786) “a atuação do Estado, assim, não é nada menos do que uma tentativa de pôr ordem na vida econômica e social” e pode ser feita de duas formas, pela participação e pela intervenção. Ambas buscam atuar, ordenar e coordenar as atividades do Estado na observância dos princípios da ordem econômica.

O artigo 174 da CFRB/88<sup>43</sup> traz as bases para a atuação do Estado brasileiro na área econômica, cujo planejamento é determinante para o setor público e indicativo para o privado, além de declará-lo agente normativo e regulador na forma da lei. No entanto, conforme posto por Silva (2010, p. 808-809) não há a necessidade de se criar uma lei para cada caso específico.

---

<sup>43</sup> Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º - A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

[...]

### 2.2.1.1 Soberania

A Carta Magna traz em lugar de destaque a soberania<sup>44</sup>, considerada como princípio fundamental do Estado Democrático de Direito e da República Federativa do Brasil (SILVA, 2010, p. 792). Cabe, então, breve digressão histórica quanto ao conceito de soberania, dividido em soberania interna e externa, que ao longo dos séculos passou por diversas modificações.

Na origem jus naturalista do conceito, segundo Hobbes (2008, p. 123-126), visando fugir do estado de natureza no qual todos são iguais, em que se poderia ter uma guerra de todos contra todos, as pessoas, por meio de um pacto, organizam-se e cedem o uso da força para um soberano que detém o monopólio da força e da legislação. Ou seja,

A essência do Estado, consistente nisso e pode ser assim definida: *Uma Pessoa instituída, pelos atos de uma grande Multidão, mediante Pactos recíprocos uns com os outros, como Autora, de modo a poder usar a força e os meios de todos, da maneira que achar conveniente, para assegurar a Paz e a Defesa Comum*. O titular dessa pessoa chama-se SOBERANO, e se diz que possui Poder Soberano. Todos os restantes são SÚDITOS (HOBBS, 2008, p. 126) (grifos no original).

Portanto, o soberano é uma desigualdade construída, artificial, não estando sujeito à lei. Na visão de Ferrajoli (2007, p. 20):

Se o Estado é soberano internamente, ele o é por necessidade, não existindo fontes normativas a ele superiores, também externamente. Mas a sua soberania externa, juntando-se à soberania paritária externa dos outros Estados, equivale a uma liberdade selvagem que reproduz, na comunidade internacional, o estado de natural desregramento, que internamente a sua própria instituição havia negado e superado.

Assim, na visão de Ferrajoli (2007, p. 27), a partir da Revolução Francesa, passa-se a se ter uma progressiva limitação interna da soberania, no plano do direito estatal, e uma progressiva absolutização externa da soberania, no plano do direito internacional.

Assim, o Estado e sua soberania passam a ser limitados, internamente, pelos direitos fundamentais. Tem-se a subordinação de todos os poderes, e inclusive da soberania, à lei constitucional e a esses direitos nela contidos, completando-se o modelo de Estado constitucional de direito. Já no âmbito externo, é nos Séculos XIX e XX que a soberania externa alcança sua forma mais ilimitada, em uma manifestação internacional do estado de natureza hobbesiano, não mais formado por pessoas naturais, mas sim por pessoas artificiais,

---

<sup>44</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:  
I - a soberania;  
[...]

os Estados. Enquanto no âmbito interno, os Estados criando leis que limitam os poderes do soberano, no âmbito externo é justamente o contrário que ocorre (p. 32-35).

Com a assinatura da Carta da ONU, em 1945, e da Declaração universal dos direitos do homem, em 1948, leva-se o ambiente internacional do estado de natureza ao estado civil, como já havia ocorrido no ambiente interno. Assim, como coloca Ferrajoli (2007, p. 39-40) “a soberania, inclusive externa, do Estado – ao menos em princípio – deixa de ser, com eles, uma liberdade absoluta e selvagem e se subordina, juridicamente, a duas normas fundamentais: o imperativo da paz e a tutela dos direitos humanos”.

Ou seja, embora a soberania seja uma qualidade do Estado, no seu sentido externo, seu conteúdo é fixado pelo Direito Internacional Público – DIP, estando consagrado nos mais importantes textos internacionais, como, por exemplo, na já mencionada Carta da ONU<sup>45</sup>. Além disso, “a tendência atual é a da soberania existir como um conceito meramente formal, isto é, estado soberano é aquele que se encontra direta e imediatamente subordinado ao DIP. O seu conteúdo é cada vez menor, tendo em vista a internacionalização da vida econômica, social e cultural” (MELLO, 2000, p. 130-131).

Destaca o autor, como exemplo, o fato de que os Estados, apesar de consagrarem a primazia das suas Constituições como manifestação da sua soberania, não podem alegar disposições de direito interno como desculpa para o não cumprimento de tratados por ele ratificados, conforme disposto no Artigo 46 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados<sup>46</sup>.

### 2.2.1.2 Relações internacionais

As relações internacionais brasileiras são regidas por princípios ditos princípios político-constitucionais, uma vez que “constituem-se daquelas decisões políticas fundamentais concretizadas em normas conformadoras do sistema constitucional positivo”, ou

<sup>45</sup> Artigo 2. [...] 7. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervierem em assunto que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; esse princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII.

<sup>46</sup> Artigo 46. Disposições do Direito Interno sobre Competência para Concluir Tratados

1. Um Estado não pode invocar o fato de que seu consentimento em obrigar-se por um tratado foi expresso em violação de uma disposição de seu direito interno sobre competência para concluir tratados, a não ser que essa violação fosse manifesta e dissesse respeito a uma norma de seu direito interno de importância fundamental.
2. Uma violação é manifesta se for objetivamente evidente para qualquer Estado que proceda, na matéria, de conformidade com a prática normal e de boa fé.

seja, são princípios fundamentais positivados na forma de normas-princípio (SILVA, 2009, p. 93). Tais princípios encontram-se dispostos no Artigo 4º da Carta Magna<sup>47</sup>.

Conforma leciona Brant (2013, p. 384-386), o Brasil sempre se destacou por seguir o princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais e da defesa da paz, tanto que ambos estão positivados no retro mencionado Artigo em seus incisos VII e VI, respectivamente. Além disso, cada um dos outros incisos faz referência aos dois anteriores.

Nesse sentido, podemos analisar, por exemplo, que a “independência nacional” (I) delimita a ideia de que os Estados somente devem acatar as regras que aceitaram voluntariamente.

Prosseguindo a análise, observa-se a defesa pela “autodeterminação dos povos” (III), na qual cada nação tem o direito de escolher seus governantes e estabelecer sua política, economia e cultura sem ser influenciado por outros Estados. Bem como, a “igualdade entre Estados” (V), na qual todos os Estados devem ser aceitos na medida em que reconhecida a paz e os mesmos direitos a todos os membros da comunidade internacional.

Nesse sentido, uma convivência pacífica e harmônica entre todos Estados deve buscar como fim primordial o término dos conflitos e a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (IX).

O que se pode perceber, portanto, é que a atuação brasileira em suas relações internacionais é guiada por princípios de forma a tornar suas ações coerentes e ordenadas, fornecendo ao país credibilidade no meio internacional.

---

<sup>47</sup> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;  
 II - prevalência dos direitos humanos;  
 III - autodeterminação dos povos;  
 IV - não-intervenção;  
 V - igualdade entre os Estados;  
 VI - defesa da paz;  
 VII - solução pacífica dos conflitos;  
 VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;  
 IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;  
 X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

### 2.2.1.3 Política Externa

A CRFB/88 fornece as diretrizes para a política externa brasileira, sem engessar as políticas públicas necessárias a serem feitas, uma vez que essa não se trata de uma Constituição estatutária, ou seja, como diz Arbix (2008, p. 657-658) “as previsões constitucionais sobre política externa não condicionam substancialmente as decisões concretas de governo”. Cabe principalmente ao Poder Executivo as competências das decisões internacionais (dentre as quais a alteração unilateral de tarifas, negociação e assinatura de acordos) por meio de atos infralegais, tendo o Poder Legislativo a função precípua de ratificação, conforme disposto nos Artigos 49<sup>48</sup> e 22<sup>49</sup> da CRFB Federal.

Assim, as escolhas relevantes ao comércio exterior brasileiro são tomadas em sua maioria pelo Executivo, sem necessidade de aval ou manifestação do Congresso Nacional, ou mesmo da sociedade civil, mas devem respeitar a normatividade constitucional. Essa concentração exacerbada no Executivo acaba por levar a uma burocratização da política externa, redução da transparência na tomada de decisões e favorecimento a determinados grupos políticos (ARBIX, 2008, p. 658-659).

Em relação às negociações comerciais, a situação fica ainda mais acentuada. Presume-se que o Executivo é capaz de antever as preferências do Congresso e suplantar possíveis incertezas eleitorais. Assim, em muitos casos, não há sequer a necessidade de ratificação dos atos do Executivo, dependendo as negociações internacionais da transparência institucional e da participação da sociedade civil (p. 659).

Ademais, percebe-se que quanto à participação em contenciosos comerciais, essas decisões seguem dispositivos constitucionais vagos, sem regulamentar de como será feita a escolha das demandas. Sendo assim, normamente dois fatores são levados em consideração, o primeiro interno (recursos humanos e materiais) e o segundo externo (possibilidade de vitória e consequências nas relações entre os agentes envolvidos).

---

<sup>48</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

[...]

<sup>49</sup> Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

[...]

VIII - comércio exterior e interestadual;

[...]

## 2.2.2 LEIS INFRACONSTITUCIONAIS

As bases da Defesa Comercial brasileira são compostas pelo Decreto nº 30, de 15 de dezembro de 1994, Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 modificada pela Medida Provisória nº 2.113 de 2001 e Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995.

### 2.2.2.1 Decreto legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994

A Ata Final da Rodada Uruguai de Negociação Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o Acordo Plurilateral sobre carne bovina foram aprovados na legislação pátria, primeiramente pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto nº 30 de 15 de dezembro de 1994<sup>50</sup>.

### 2.2.2.2 Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994

Após a aprovação do Congresso Nacional, o resultado da Rodada Uruguai, destacando o Tratado de criação da OMC, foi internalizado na legislação brasileira por meio da aprovação no Senado Federal do Decreto nº 1.355 de 30 de dezembro de 1994. Salienta-se que não foi possível emendar o texto constitutivo da OMC por força de acordo realizado pelos Estados-membros<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Decreto Legislativo nº 30, de 1994

Aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São aprovadas a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina.

*Parágrafo único.* São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que resultem em revisão dos acordos mencionados no *caput* deste artigo, ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal.

Art. 2º. Caberá às Comissões Técnicas Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o acompanhamento e fiscalização da execução dos acordos previstos neste decreto legislativo para, oportunamente, apresentar sugestões e propostas ao Congresso Nacional.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, 15 de dezembro de 1994.

<sup>51</sup> Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.

Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais do GATT.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, a Ata Final que Incorpora aos Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, assinada em Maraqueche, em 12 de abril de 1994;

### 2.2.2.3 Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995

A Lei nº 9.019, de março de 1995, posteriormente modificada pela Medida Provisória nº 2.113 de 2001, dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo *Antidumping* e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios. Cabe fazer algumas anotações quanto à referida Lei.

Seu Artigo 1º<sup>52</sup> define que para a imposição de direitos compensatórios é necessário que tenha havido dano ou ameaça de dano à indústria nacional, e que, portanto, o valor a ser aplicado, definido após procedimento administrativo, será suficiente para sanar a questão. Além disso, o parágrafo primeiro retira a natureza tributária dos direitos compensatórios, que por conta da Resolução CPA nº 1.227, de 1987 eram considerados como um adicional ao Imposto de Importação.

Conforme os Artigos 2º, *caput*<sup>53</sup> e 3º<sup>54</sup>, poderão ser arbitrados direitos provisórios (que poderão ser suspensos sendo oferecida caução) a fim de garantir possíveis danos durante o curso do processo investigatório. Serão exigíveis a partir da publicação do ato que os

---

Considerando que o Instrumento de Ratificação da referida Ata Final pela República Federativa do Brasil foi depositado em Genebra, junto ao Diretor do GATT, em 21 de dezembro de 1994;

Considerando que a referida Ata Final entra em vigor para a República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 1995,

Decreta:

Art. 1º A Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, apensa por cópia ao presente decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nele contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

<sup>52</sup> Art. 1º Os direitos antidumping e os direitos compensatórios, provisórios ou definitivos, de que tratam o Acordo Antidumping e o Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, [...], serão aplicados mediante a cobrança de importância, em moeda corrente do País, que corresponderá a percentual da margem de dumping ou do montante de subsídios, apurados em processo administrativo, nos termos dos mencionados Acordos, das decisões PC/13, PC/14, PC/15 e PC/16 do Comitê Preparatório e das partes contratantes do Gatt, datadas de 13 de dezembro de 1994, e desta lei, suficientes para sanar dano ou ameaça de dano à indústria doméstica.

Parágrafo único. Os direitos antidumping e os direitos compensatórios serão cobrados independentemente de quaisquer obrigações de natureza tributária relativas à importação dos produtos afetados.

<sup>53</sup> Art. 2º Poderão ser aplicados direitos provisórios durante a investigação, quando da análise preliminar verificar-se a existência de indícios da prática de dumping ou de concessão de subsídios, e que tais práticas causam dano, ou ameaça de dano, à indústria doméstica, e se julgue necessário impedi-las no curso da investigação.

<sup>54</sup> Art. 3º A exigibilidade dos direitos provisórios poderá ficar suspensa, até decisão final do processo, a critério da CAMEX, desde que o importador ofereça garantia equivalente ao valor integral da obrigação e dos demais encargos legais, que consistirá em:

[...]

estabelecer, exceto nos casos em que o ASMC permitir a retroatividade<sup>55</sup> e sempre por prazo determinado<sup>56</sup>.

Os termos “dano” e “indústria doméstica” seguem as definições realizadas nos Tratados da OMC, conforme dispõe o parágrafo único do Artigo 2º<sup>57</sup>. Assim como já definido no Artigo 18 do ASMC, a Lei prevê a possibilidade dos países realizarem compromissos e assim entre as partes envolvidas visando à retirada do subsídio que cause efeitos prejudiciais<sup>58</sup>.

#### 2.2.2.4 Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995

O Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995 regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas compensatórias.

Sendo assim, a abertura do processo investigatório se dá por meio de uma petição à SECEX contendo os elementos definidos na Circular SECEX nº 20, os quais são: (1) qualificação do peticionário; (2) indicação do volume e do valor da produção do bem em questão; (3) estimativa do volume e valor da produção nacional total de produto similar; (4) lista dos conhecidos produtores domésticos de produto similar que não estejam na petição (com indicação, se possível, de sua produção) e seu posicionamento quanto à petição; (5) descrição do produto subsidiado, nome do país de origem e exportador, qualificação do exportador ou produtor estrangeiro e dos importadores do produto em questão; (6) descrição do produto doméstico; (7) elementos de prova da existência, montante e natureza do subsídio; (8) elementos de prova da evolução das importações, efeitos e impactos na indústria doméstica.

---

<sup>55</sup> Art. 8º Os direitos antidumping ou compensatórios, provisórios ou definitivos, somente serão aplicados sobre bens despachados para consumo a partir da data da publicação do ato que os estabelecer, excetuando-se os casos de retroatividade previstos nos Acordos Antidumping e nos Acordos de Subsídios e Direitos Compensatórios, mencionados no art. 1º. [...]

<sup>56</sup> Art. 9º Os direitos terão vigência temporária, a ser definida no ato de seu estabelecimento, observado que: [...]

<sup>57</sup> Art. 2º. Parágrafo único. Os termos "dano" e "indústria doméstica" deverão ser entendidos conforme o disposto nos Acordos *Antidumping* e nos Acordos de Subsídios e Direitos Compensatórios, mencionados no art. 1º, abrangendo as empresas produtoras de bens agrícolas, minerais ou industriais. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

<sup>58</sup> Art. 4º Poderá ser celebrado com o exportador ou o governo do país exportador compromisso que elimine os efeitos prejudiciais decorrentes da prática de dumping ou de subsídios.[...]



A partir da abertura, os procedimentos a serem adotados são os explicados ao longo do Decreto, que em muito se assemelham aos aplicados pelo Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, já descritos no presente trabalho. Salienta-se que serve aquele para explicar detalhadamente como esse será aplicado no âmbito nacional, podendo, inclusive, algumas disposições do Acordo serem invocadas conjuntamente às do Decreto, conforme determinado no Artigo 80 do último<sup>59</sup>.

## **2.3 COMÉRCIO EXTERIOR E DEFESA COMERCIAL**

### **2.3.1 COMÉRCIO EXTERIOR E ÓRGÃOS**

O Sistema Brasileiro de Comércio Exterior trabalha com quatro vertentes básicas: operações de comércio exterior, negócios internacionais, planejamento e desenvolvimento do comércio exterior, e defesa comercial. As relações de comércio internacional brasileiro são função do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, estruturadas nos seguintes órgãos.

#### **2.3.1.1 Secretaria de Comércio Exterior – SECEX**

Criada pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992<sup>60</sup> (que revogou a Lei nº 8.028/90) e posteriormente reestruturada em 1995, é o principal órgão a atuar no comércio exterior brasileiro e compete sendo responsável pela defesa comercial, negociações internacionais e planejamento e desenvolvimento (GONÇALVES, 2001, p. 109), apurando a margem de subsídios, existência de dano ou sua ameaça, a relação entre a causalidade e a gravidade (FIATKOSKI, 2009, p. 6).

<sup>59</sup> Art. 80 As disposições do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias relativas a Subsídios Proibidos e Subsídios Acionáveis, contidas nas Partes II e III respectivamente, poderão ser invocadas simultaneamente com as disposições relativas a direitos compensatórios de que trata este Decreto.

Parágrafo único. No tocante aos efeitos de um subsídio sobre o mercado doméstico, apenas uma forma de compensação poderá ser aplicada, ou uma medida compensatória, se forem preenchidos os requisitos necessários, ou uma contramedida ao abrigo dos Artigos 4 e 7 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

<sup>60</sup> Lei nº 8.429, de 19 de novembro de 1992

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

[...]

Art. 19. São órgãos específicos dos ministérios civis:

[...]

X - no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo:

[...]

e) Secretaria de Comércio Exterior;

### 2.3.1.2 Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX

Regula as operações de comércio exterior brasileiro, buscando expandir as vendas externas a um patamar coerente com o potencial pátrio por meio de ações simplificadoras e adequadas a um ambiente de negociação cada vez mais competitivo e a uma política de desenvolvimento econômico sustentável e racional.

#### Compete ao DECEX:

Desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior e estabelecer normas e procedimentos necessários à sua implementação; implementar diretrizes setoriais de comércio exterior e decisões provenientes de acordos internacionais e de legislação nacional referentes à comercialização de produtos; acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais que envolvam comercialização de produtos ou setores específicos referentes à área de atuação do departamento; coordenar, no âmbito do ministério, ações sobre acordos de procedimentos de licenciamento das importações junto a blocos econômicos e à Organização Mundial do Comércio (OMC) [...] opinar sobre normas de para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) [...] (FIGUEIREDO, 2009, p. 3-4).

### 2.3.1.3 Departamento de Negociações Internacionais – DEINT

Regula as negociações internacionais das quais o Brasil faz parte, visando proteger os interesses da República, desenvolve atividades de comércio exterior, participa de acordos internacionais, coordena, a nível interno, a participação brasileira em negociações tarifárias em acordos internacionais, opina sobre a extensão e retirada de concessões, entre outras tarefas (FIGUEIREDO, 2009, p. 4).

### 2.3.1.4 Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior – DEPLA

Executa o planejamento e desenvolvimento do comércio exterior brasileiro, por meio do acompanhamento das políticas e programas de comércio exterior, desenvolve estudos de mercados e de produtos estratégicos para aumentar as exportações pátrias, coordena diversos tipos de atividades relacionados a fornecer informações a respeito do comércio exterior (programas de capacitação para pequenas e médias empresas, editoração de material técnico

para orientação à exportação, realização de estatísticas de comércio exterior, participação em fóruns e comitês de discussão à respeito do comércio exterior) (FIGUEIREDO, 2009, p. 4-5).

### 2.3.2 DEFESA COMERCIAL E INSTRUMENTOS

A Defesa Comercial pode ser entendida como

Todo processo de acompanhamento e interferência no volume de bens, produtos, mercadorias e serviços importados, com o fim de se garantir a consecução das relações de comércio exterior, sem que haja danos ou prejuízos para a produção e a indústria doméstica (FIGUEIREDO, 2009, p. 5).

Ou seja, as condutas que violarem regras, práticas e costumes do comércio internacional devem ser combatidas por meio da aplicação dos instrumentos de defesa comercial, que são as medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguarda.

A base jurídica da Defesa Comercial é composta pela Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, modificada pelo Artigo 53 da Medida Compensatória nº 2.113 de 2001, sobre a aplicação do Acordo *Antidumping* e do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

#### 2.3.2.1 Câmara de Comércio Exterior – CAMEX

Regulada pelo Decreto nº 4.732/2003<sup>61</sup>, são de alçada da CAMEX “a aplicação de medidas provisórias, homologação de compromissos de preços, encerramento da investigação com aplicação de medidas definitivas, suspensão, alteração ou prorrogação de medidas definitivas, encerramento de revisão dos direitos definitivos ou compromissos de preços” (FIGUEIREDO, 2009, p. 7), entre os quais os direitos compensatórios, sejam eles definitivos ou provisórios. Deve ser consultada antes da tomada de decisão de matérias relevantes para o comércio exterior (mesmo quando são de competência de outros órgãos federais), principalmente, propostas de projeto de lei de iniciativa do Executivo, decretos ou portarias ministeriais.

---

<sup>61</sup> Decreto nº 4.732, de 10 de junho 2003.

Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, do Conselho de Governo

[...]

Art. 1º A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, adoção, implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

O órgão deliberativo máximo é o Conselho de Ministros que atua por meio de Resoluções. É composto pelos Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (presidente); das Relações Exteriores; da Fazenda; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Chefe da Casa Civil. Poderão participar das reuniões, titulares de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal sempre que a pauta incluir assuntos das áreas de competência desses (FIGUEIREDO, 2009, p. 8).

Sua atuação deverá observar os acordos internacionais, atos normativos, princípios gerais e políticas públicas, em especial, os compromissos internacionais ratificados pelo Brasil no âmbito da OMC.

### 2.3.2.2 Departamento de Defesa Comercial – DECOM

É órgão vinculado à SECEX, integrante do MDIC. Atuando em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, tem por atribuições:

Examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações de *dumping*, de subsídios e de salvaguardas, com vistas à defesa da produção doméstica; propor a abertura e conduzir investigações para aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguarda; recomendar a aplicação das medidas de defesa comercial previstas nos correspondentes acordos da Organização Mundial de Comércio – OMC; acompanhar as discussões relativas às normas e à aplicação dos acordos de defesa comercial junto à OMC; participar em negociações internacionais relativas à defesa comercial; e acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por terceiros países contra exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com outros órgãos governamentais e com o setor privado [...]; [elaboração] de posições técnicas para a delegação brasileira presente nas negociações nos foros internacionais. (FIGUEIREDO, 2009, p. 10).

Segundo explica o mesmo autor (2009, p. 11-13), as atribuições do Departamento estão distribuídas em três vertentes básicas, a saber: (1) investigação sobre práticas desleais de comércio internacional; (2) apoio ao exportador; (3) negociações internacionais.

Quanto às investigações, para a aplicação de medidas de defesa comercial é necessário antes um processo administrativo onde todas as partes devem ser ouvidas, informações coletadas e confrontadas, e comprovada a existência de subsídios acionáveis ou *dumping*, de dano à produção doméstica e o nexo causal. As investigações seguem o rito estabelecido nos respectivos acordos da OMC, bem como na legislação interna pertinente, buscando garantir a ampla defesa a todas as partes e a transparência do processo.

Com relação ao apoio ao exportador, isso ocorre em duas frentes: (1) com o exportador brasileiro em sua defesa em processos de investigação, esclarecendo os

procedimentos e salientando a importância das respostas aos questionários; e (2) com as autoridades do país importador, colaborando nas investigações, verificando se todos os procedimentos estão sendo seguidos corretamente e caso alguma violação seja constatada, levando essa à OMC. Nas investigações específicas sobre subsídios, participa no curso das consultas que ocorrem antes das investigações e das durante essas, podendo integrar a delegação brasileira.

Por sua vez, no caso do auxílio às negociações internacionais volta-se, principalmente, à elaboração de pareceres técnicos para a delegação brasileira que negocia nos foros internacionais. Sua participação ocorre em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e quando não há conflito de competência com o Departamento de Negociações Internacionais. Atualmente concentra sua atuação nas medidas de salvaguardas, *dumping* e subsídios; No MERCOSUL, na elaboração de regulamentos; Na ALCA, na formulação do posicionamento brasileiro nos grupos de negociação; Na OMC, participando dos Comitês de prática.

#### 2.3.2.3 Instrumentos

Os instrumentos de defesa comercial podem ser entendidos como

O conjunto de atos e medidas, adotados pelo Estado brasileiro para resguardar os interesses de seus exportadores, proteger seu mercado interno do avanço predatório de agentes econômicos estrangeiros, bem como evitar prejuízos ou recompor os danos experimentados por agentes econômicos nacionais, participantes do comércio exterior brasileiro, mormente no que tange à produção e à indústria doméstica (FIGUEIREDO, 2009, p. 20).

As vertentes fundamentais de aplicação desses instrumentos são coibir condutas anticoncorrenciais de caráter internacional e permitir a adoção de medidas transparentes de proteção à indústria doméstica e a sua produção.

Salienta-se que o cumprimento das obrigações que resultam da aplicação dessas medidas, sejam elas compensatórias ou *antidumping*, é condição *sine qua non* para que o produto em questão possa compor o mercado brasileiro. A cobrança, quando em dinheiro, é realizada pela Secretaria de Receita Federal (SRF) do Ministério da Fazenda. Se verificado que houve o descumprimento do pagamento, é encaminhada a documentação pertinente à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que se encarregará da inscrição do débito em Dívida Ativa da União e da cobrança (FIGUEIREDO, 2009, p. 22-23).

Sendo assim, no caso da legislação brasileira, a base dos instrumentos de defesa comercial é a Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, que regulamenta o trâmite administrativo perante o DECOM e a SECEX. Sempre serão observados os princípios do contraditório, da ampla defesa, da transparência, do devido processo legal, buscando a participação efetiva de todas as partes envolvidas. Caso não sejam observadas as regras estabelecidas na lei ou nos procedimentos da OMC, o procedimento poderá ser contestado perante Autoridade Comercial Internacional.

### 3 ESTUDO DE CASO: EMBRAER X BOMBARDIER PERANTE A OMC

Todos os elementos que constituem a base da defesa comercial brasileira são feitos de forma compatível com as obrigações assumidas pelo Brasil na OMC e refletem a experiência acumulada nas controvérsias ao longo dos anos. Dentre essas controvérsias, a mais importante é o caso Embraer (Brasil) X Bombardier (Canadá) que propiciou ao governo brasileiro subsídios para aprender a lidar com os contenciosos comerciais no âmbito internacional, contribuindo para desenvolver uma estrutura negociadora crítica, abrangente e eficaz (PINTO, 2013, p. 48).

#### 3.1 HISTÓRICO DA DISPUTA

##### 3.1.1 BRASIL E EMBRAER

Apreende-se da seção anterior que o modelo agroexportador ao qual o Brasil se filiou durante muitos anos tornava-o vulnerável às crises econômicas internacionais, fazendo com que fosse necessária a ruptura do processo histórico de ciclos adotado pela economia pátria.

Conforme leciona Pinto (2013, p. 51) os quatro pilares da década de 30, quais eram industrialização, educação, centralização e rearmamento, estariam, anos depois, na origem da criação da Embraer.

Sob a orientação do Tenente-coronel Casimiro Montenegro Filho e do Professor estadunidense Richard Harbert Smith, titular do Departamento Aeronáutico do *Massachusetts Institute of Technology* – MIT, foi criado o Centro Tecnológico da Aeronáutica – CTA dividido entre o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA e o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD). Segundo o professor Smith, era necessário primeiro a criação de escolas no campo da engenharia aeronáutica com alto padrão científico para, então, o País entrar no ramo da produção de aeronaves (p. 52-54).

Em 19 de agosto de 1969, é criada a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, empresa de capital misto, em que o Estado investiu US\$ 10 milhões e controlava 51% das ações. O renome mundial da empresa se fez baseado na aeronave Bandeirante, aeronave comercial de passageiros de médio porte da qual, ao longo de 18 anos, foram produzidas mais de 500 unidades, adquirida tanto pelas transportadoras regionais brasileiras, como, exportada para uma dezena de países em suas mais diversas versões (tanto civis quanto militares) (p. 56-57).

No final dos anos 80, a empresa começou a desenvolver jatos regionais, porém devido à crise na economia brasileira e no setor aeronáutico internacional, foi levada a diversas dificuldades financeiras. Em dezembro de 1994, após um leilão em que ficou proibida a presença de empresas estrangeiras, foi consumada a privatização da empresa, onde o consórcio liderado pela Bozano passa a deter o controle acionário. O governo, no entanto, preservou uma *Golden Share*, ação especial com direito a veto. A reestruturação foi dolorosa, mas muito satisfatória, em três anos a produtividade por empregado passou de US\$ 40.000 para US\$ 185.000 (p. 57-59).

A privatização concedeu à empresa a agilidade necessária para participar em pé de igualdade no cenário mundial, principalmente no setor da aviação comercial, que passava a representar uma fatia crescente do mercado se comparada a militar. Além das consequências positivas para a balança comercial nacional, a Embraer se tornou símbolo para o País, pois “culminou numa empresa aeronáutica brasileira capaz de competir no mercado internacional” (p. 59).

Percebe-se, no entanto, que o desenvolvimento e as conquistas da Embraer e de suas aeronaves acabaram por prejudicar, primordialmente, a companhia canadense Bombardier.

### 3.1.2 CANADÁ E BOMBARDIER

A região do Rio Lourenço, na atual província de Québec, foi colonizada no Século XVII pelos franceses, porém, em 1763, após a Guerra dos Sete anos, passou a ser de domínio inglês. No entanto, para assegurar a lealdade dos colonos francófonos, foi publicado o *Québec Act* que dava a população o direito de falar francês e de praticar o catolicismo. Mas, o nacionalismo *québécois* se fortaleceu e na década de 70, foram criadas leis (tal qual a que tornava o francês a única língua oficial na província) que alienaram a população anglófona em direção à província de Ontário, principalmente para a cidade de Toronto (PINTO, 2013, p. 60-61).

Devido à extensão e à dificuldade de acesso a certos recursos naturais, o Canadá logo percebeu a importância que a aviação teria na exploração dessas matérias-primas. O início da história aeronáutica canadense se deu em 1923, com a contratação da Canadian Vickers para construir oito hidraviões para a Força Aérea canadense. Em 1944, a empresa foi adquirida pela Canadair, que em 1976 foi adquirida pelo governo federal. Dez anos depois, em um quadro de privatizações, a Canadair foi comprada pelo grupo Bombardier (p. 60-61).



A Bombardier, criada em 1941 e radicada em Montreal, era especialista no setor ferroviário e de transporte sobre a neve, mas a aquisição de diversas empresas do setor aeroespacial fez com que o setor se tornasse responsável por mais de metade do faturamento, sendo a 22ª empresa em faturamento no Canadá, conforme informações do *The globe and mail*.

A importância dada pelo governo canadense à empresa *québécoise* se deve a dois fatores. O primeiro, o fato de a Bombardier ser o símbolo maior de modernidade e tecnológica da província de Québec, revestindo de orgulho a população francófona. Nesse sentido, é importante para o governo federal demonstrar interesse e pronta disposição em defender a empresa provincial, ainda mais em um contexto de notada preferência histórica pelas províncias anglófonas. Além disso, qualquer mero relapso nessa defesa representaria uma brecha para os separatistas<sup>62</sup> (p. 62).

O segundo fator, relativamente menos importante que o primeiro, é o desejo do Canadá de estar entre os maiores produtores mundiais de aeronaves. Mas a situação não seria a mesma se a empresa estivesse fora de Québec, uma vez que o país apresenta inúmeras outras empresas de maior porte, também com tecnologia de ponta, mas com representação mais significativa na balança comercial canadense (p. 62-63).

Portanto, o que se percebe é que fatores históricos e econômicos eram os principais indicativos do porquê do governo canadense empreender tamanho esforço para que sua companhia saísse vitoriosa dos conflitos.

### 3.1.3 Programa de Financiamento às Exportações – PROEX

O PROEX foi criado pela Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991, posteriormente revogada pela Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para ser o principal mecanismo de financiamento público de bens e serviços nacionais destinados à exportação.

O Banco do Brasil é o agente financeiro da União, responsável por gerir com exclusividade o Programa. Nas operações até US\$ 5 milhões, o Banco possui autonomia de decisão, as que ultrapassam esse valor devem ser aprovadas pelo Comitê de Crédito às Exportações do Ministério da Fazenda. O programa possui duas modalidades operacionais: financiamento e equalização (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 231).

---

<sup>62</sup> Segundo Pinto (2013, p. 62) “no referendo de 1995, apenas um ano antes do pedido de consultas ao Brasil, apenas 50,58% da população *québécoise* havia rejeitado a independência plena”.

Conforme informações retiradas do sítio da internet do Banco do Brasil, na primeira, o financiamento é concedido direto ao exportador brasileiro ou ao importador, cuja empresa tenha faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões, sendo os recursos provenientes do Tesouro Nacional. O prazo é de 60 dias a dez anos, variando dependendo da complexidade do serviço prestado ou do valor da mercadoria. Para aqueles com prazo até dois anos, o financiamento pode chegar a 100% do valor; por sua vez, os que têm prazo superior, têm financiamento de até 85% do valor da exportação. As taxas de juros são as mesmas práticas do mercado internacional e o pagamento é feito por meio de parcelas semestrais, iguais e consecutivas. Como garantia ao empréstimo são aceitos aval, fiança, carta de crédito de instituição financeira de primeira linha ou seguro de crédito à exportação.

A segunda modalidade consiste no financiamento por meio de instituições financeiras brasileiras ou estrangeiras em que o PROEX arca com parte dos encargos financeiros, fazendo com que as taxas de juros sejam reduzidas a um patamar equivalente ao praticado no mercado internacional. As características do financiamento são livremente compactuadas entre as partes e podem divergir das condições da equalização (prazo, percentual financiável, juros, garantias). O prazo para a equalização deve ser entre 60 dias e dez anos, dependendo da complexidade dos serviços prestados ou do valor agregado da mercadoria. O percentual equalizável máximo é de 85% do valor da exportação sendo a beneficiária a instituição financiadora da exportação e o pagamento realizado por meio de Notas do Tesouro Nacional, da Série I (NTN-I).

A Embraer utilizava o programa de equalização, cujo procedimento para a tomada do empréstimo era iniciado quando o fabricante solicita uma carta de aprovação ao Comitê na qual havia o compromisso de garantir a subvenção, na condição de que venha a ser celebrado um contrato entre o importador e o exportador, nos termos e condições ajustados e previamente aprovados pelo Comitê. Os pagamentos realizados pelo PROEX eram feitos quando a aeronave era exportada e à instituição financeira que realizou o empréstimo. Era uma forma para que o importador pudesse pagar juros mais baixos à instituição financeira, ou seja, o banco recebia o pagamento de suas taxas nominais de duas fontes, do governo brasileiro (que pagava 3,8% dos juros cobrados pelo financiador) e do comprador. Assim, o PROEX era capaz de reduzir os custos de financiamento para o comprador e, por consequência, os custos totais das aeronaves. Quando a operação era confirmada, o Banco do Brasil solicitava ao Tesouro Nacional a emissão das NTN-I e as transferia ao financiador que podia resgatá-los ou negociá-los no mercado (CANÇADO TRINDADE, 2003, p.231-232).

Dessa forma, o que ocorria era que as aeronaves da Embraer eram vendidas a um preço mais baixo para os compradores estrangeiros. Considera-se que, graças ao Programa, a empresa se tornou um *player* forte no mercado internacional de jatos regionais, em detrimento da concorrente, a Bombardier<sup>63</sup>, que, no entanto, também dispunha de facilidades fornecidas pelo governo do Canadá e pela província de Québec.

### 3.2 ESTUDO DE CASO

Em 1996, a Embraer venceu uma concorrência internacional, cujo valor era de aproximadamente US\$ 4 bilhões, para realizar a venda de aeronaves para companhias aéreas estadunidenses. No caso, a grande derrotada foi a canadense Bombardier, que à época detinha mais da metade do mercado internacional de aeronaves de médio porte (CELLI JR., 2007).

Inconformada com a situação, a Bombardier pressionou o governo canadense que abriu consultas<sup>64</sup> com o do Brasil para apurar se era verdadeira a alegação que a empresa brasileira havia recebido subsídios do tipo “apoio à exportação”.

As consultas perduraram por cerca de dois anos, incluindo a tentativa de negociação de um tratado bilateral. Durante esse período, o governo brasileiro, que também pediu consultas ao governo canadense<sup>65</sup>, conseguiu levantar informações para comprovar que o governo canadense também incentivava de forma proibida a sua empresa<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Em 1998, a Embraer já contabilizava a venda (vendas efetivas e opções) de 400 jatos, contra 560 da Bombardier, que havia lançado o produto no mercado 4 anos antes. (PINTO, 2013, p. 60).

<sup>64</sup> Brésil – Programme de financement des exportations pour les aéronefs : Demande de consultations présentée par le Canada (21/06/1996)

Le gouvernement canadien demande l'ouverture de consultations avec le gouvernement brésilien conformément à l'article 4 de l'Accord sur les subventions et les mesures compensatoires et à l'article 4 du Mémoire d'accord sur les règles et procédures régissant le règlement des différends, au sujet de certaines subventions à l'exportation accordées dans le cadre du Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) du Brésil aux acheteurs étrangers d'aéronefs d'Embraer (Brésil).

<sup>65</sup> Canada – Mesures visant l'exportation des aéronefs civils : Demande de consultations présentée par le Brésil (14/03/1997)

Le gouvernement brésilien demande l'ouverture de consultations avec le gouvernement canadien conformément à l'article 4 de l'Accord sur les subventions et les mesures compensatoires ("l'Accord") au sujet de certaines subventions accordées par le gouvernement canadien ou ses provinces, qui soutiennent l'exportation d'aéronefs civils du Canada. L'article 3 de l'Accord prohibe les subventions subordonnées, en droit ou en fait, aux résultats à l'exportation. Les renseignements dont dispose le gouvernement brésilien font apparaître que les programmes ci-après peuvent être incompatibles avec les prescriptions de l'article 3

<sup>66</sup> Foram questionados diferentes programas: (1) contribuição financeira por meio da *Expert Development Corporation* - EDC; (2) contribuição financeira por meio do programa *Canada Account*; (3) aportes de capital

Explica Serrador Neto (2013, p. 287-288) que a maior dificuldade enfrentada foi a insistência, por parte do Canadá, de que todos os seus programas estavam de acordo com a OMC. O Brasil, por sua vez, concordava em realizar modificações no PROEX, mas somente as faria se o governo canadense também o fizesse, o que esse recusava ferrenhamente. Além disso, é importante observar que o Brasil sempre comunicou à OMC a existência do PROEX e que o governo canadense nunca apresentou qualquer notificação de existência acerca dos programas questionados pelo Brasil.

Então, quando em 10 de julho de 1998, o Canadá, segundo o ESC, solicitou o estabelecimento de um painel para julgar o Brasil, em especial o PROEX, o Brasil fez o mesmo com o Canadá, dando origem a três contenciosos: Brasil – Programa de Financiamento à Exportação de Aeronaves (DS46), Canadá – Medidas Relativas à Exportação de Aeronaves (DS70) e Canadá – Créditos à Exportação para Aeronaves Regionais (DS222)<sup>67</sup>.

### 3.2.1 DS46: BRASIL – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO DE AERONAVES

#### 3.2.1.1 Grupo Especial

Conforme consta no relatório do Grupo Especial (*Rapport du Groupe Spécial – WT/DS46/R*), a base da argumentação canadense era que o PROEX violava o Artigo 3 do ASMC (subsídios associados ao desempenho exportador). Além disso, alegava que o parágrafo 1º do Item K do Anexo I do ASMC<sup>68</sup> não seria uma forma de exceção ao Artigo,

---

para o investimento na área industrial pelo governo federal e pela província de Québec; (4) contribuição financeira por meio da *Société de Développement Industriel Du Québec – SDI*; (5) contribuição financeira para o desenvolvimento de novos programas por meio do *Technology Partnership Canada – TPC*, *Defense Industry Productivity Program – DIPP*, entre outros (SERRADOR NETO, 2013, p. 286).

<sup>67</sup> Houve também o contencioso Canadá – Medidas Relativas à Exportação de Aeronaves (DS71), no entanto, esse não passou da fase de consultas e, portanto, não será item de análise.

<sup>68</sup> Anexo I. Lista Ilustrativa de Subsídios à Exportação. (k) A concessão pelo governo (ou por instituições especiais controladas pelas autoridades do governo e/ou agindo sob seu comando) de créditos à exportação a taxas inferiores àquelas pelas quais o governo obtém os recursos utilizados para estabelecer tais créditos (ou que teriam de pagar se tomassem emprestado nos mercados financeiros internacionais recursos com a mesma maturação, nas mesmas condições creditícias e na mesma moeda do crédito à exportação) ou o pagamento pelo governo da totalidade ou de parte dos custos em que incorrem exportadores ou instituições financeiras quando obtêm créditos, na medida em que sejam utilizados para garantir vantagem de monta nas condições dos créditos à exportação.

Não obstante, se um Membro é parte de compromisso internacional em matéria de créditos oficiais à exportação do qual sejam partes pelo menos 12 Membros originais do presente Acordo em 1º de janeiro de 1979 (ou de

pois: (1) a natureza das operações do PROEX não servia para auxiliar nos custos do exportador, uma vez que o financiamento ia para o banco estrangeiro; (2) mesmo se fosse considerado como exceção, ainda assim o PROEX era proibido, pois concedia uma vantagem material.

Ademais, o Canadá alegava que o Brasil não se encaixava no Artigo 27.2 do ASMC<sup>69</sup>, uma vez o país não satisfazia as condições ali estabelecidas. E que o argumento de que o PROEX apenas equalizava a taxa de juros em decorrência do “risco Brasil” era falso, pois o programa diminuía as taxas de juros a serem pagas pelo importador, sem guardar relação com os juros internos, fazendo com que na verdade, os produtos fossem negociados a taxas de juros menores que as existentes no mercado internacional.

A contra-argumentação brasileira tentou, primeiramente, impedir o andamento do Grupo Especial, dizendo que algumas operações do PROEX foram tomadas depois do período de consultas, e, portanto, não deveriam ali estar incluídas. Continuou argumentando que o PROEX era de fato um incentivo ligado à exportação, mas que entendia o Item K como uma exceção ao Artigo 3 e que o Artigo 27 isentava o PROEX das restrições da OMC, já que os países em relativo desenvolvimento econômico se beneficiariam de um período de oito anos para a concessão de subsídios (a partir da entrada em vigor do ASMC, em 1º de janeiro de 1995).

---

compromisso que tenha substituído o primeiro e que tenha sido aceito por esses Membros originais), ou se na prática um Membro aplica as disposições relativas ao tipo de juros do compromisso correspondente, uma prática adotada em matéria de crédito à exportação que esteja em conformidade com essas disposições não será considerada como subsídio à exportação proibido pelo presente Acordo.

<sup>69</sup> Art. 27. 2. A proibição do parágrafo 1 (a) do Artigo 3 não se aplicará:

(a) aos países em desenvolvimento Membros arrolados no Anexo VII;

(b) a outros países em desenvolvimento Membros pelo período de 8 anos a partir da data de entrada em vigor do Acordo Constitutivo da OMC, desde que obedecidas as disposições do parágrafo 4.  
[...]

4. Os países em desenvolvimento Membros a que se refere o parágrafo 2 (b) eliminarão seus subsídios à exportação no período de 8 anos, preferivelmente de maneira progressiva. Os países em desenvolvimento Membros não elevarão, porém, o nível de subsídios à exportação <sup>55</sup> e, sempre que a concessão de subsídios à exportação seja incompatível com suas necessidades de desenvolvimento, eliminá-los-ão em prazo inferior àquele previsto neste parágrafo. Caso estime necessário conceder tais subsídios além do prazo de 8 anos, um país em desenvolvimento Membro, até no máximo um ano antes do final desse prazo, iniciará consultas com o Comitê, que determinará se a prorrogação desse período se justifica, após exame de todas as necessidades econômicas financeiras e de desenvolvimento pertinentes do país em desenvolvimento Membro em causa. Se o Comitê determinar que a prorrogação se justifica, o país em desenvolvimento Membro manterá consultas anuais com o Comitê para determinar a necessidade de manutenção dos subsídios. Se o comitê não chega a tal conclusão, o país em desenvolvimento Membro eliminará os subsídios à exportação remanescentes no prazo de 2 anos a contar do fim do último período autorizado.

Especificamente sobre o Item K, argumentava o Brasil que a expressão “instituição financeira” não definia a nacionalidade dessa, não havendo, então, problema em direcionar os recursos para instituições financeiras estrangeiras. Ademais, não haveria “vantagem material” uma vez que o PROEX servia para igualar os subsídios concedidos pelo Canadá à Bombardier e diminuía o “risco Brasil” (pois a empresa brasileira teria esses custos inerentes a ela, sendo, por conseguinte, mais custosa a obtenção de créditos no exterior).

O Grupo Especial desconsiderou a tentativa brasileira de impedir sua realização já que a natureza dos assuntos analisados sempre foi a mesma (créditos à exportação). Quanto à argumentação sobre o Item K, o Brasil não conseguiu fazer prova de que não havia vantagem material<sup>70</sup>. Além disso, considerou perigosa a tentativa de comparar financiamentos alheios já que seria impossível verificar como cada país no mundo fornece subsídio a sua empresa nacional antes de estabelecer os internos, e caso o país considerasse que outro estaria fazendo uso de uma técnica proibida, segundo a OMC, deveria levar a questão aos órgãos competentes e não justificar sua atuação com base na de outrem.

Ademais, o Brasil não se enquadrava no Artigo 27, já que vinha aumentando suas taxas de subsídios (em que pesasse os valores alocados no orçamento para o PROEX diminuíssem, os valores efetivamente desembolsados não o fizeram, o que era contra o Artigo) e os subsídios concedidos eram em valores muito superiores ao limite normalmente aceitado (o que não pode ser feito segundo as condições impostas pelo Artigo).

A conclusão final do Grupo Especial foi, portanto, no sentido de que o PROEX era incompatível com o Artigo 3 do ASMC e de que os subsídios deveriam ser retirados “sans-retard”, o que seria interpretado como dentro de 90 dias.

### 3.2.1.2 Órgão de Apelação

Conforme explicitado no relatório do Órgão de Apelação (*Rapport de l'Organe d'appel* – WT/DS46/AB/R), o Brasil então recorreu ao Órgão de Apelação da OMC questionando os seguintes pontos: (1) o fato de terem sido levados em consideração assuntos não debatidos bilateralmente durante as consultas; (2) a avaliação do tamanho do subsídio baseado somente no desembolso efetivado e não na alocação orçamentária, uma vez que o Artigo 27 não aponta uma base para o cálculo do subsídio; (3) o momento da concessão do

<sup>70</sup> Salienta-se que a definição de vantagem material no campo de subsídios de créditos à exportação gerou jurisprudência no âmbito da OMC (ver nota de rodapé nº 12).

subsídio ser quando a aeronave é exportada, quando na verdade deveria ser quando há a aprovação entre a Embraer e o Comitê de Crédito; (4) o fato de o PROEX conceder vantagem material em termo de crédito à exportação, sendo que ele na realidade somente diminuiria o “risco Brasil”; (5) ter-se apenas 90 dias para a retirada dos subsídios, quando deveriam ser 7 meses e meio (Artigo 4.12 do ASMC e Artigo 21.3.c) do ESC).

Após a manifestação do Canadá, o Órgão de Apelação deu razão a esse em tudo, mas o fez de uma forma diferente da do Grupo Especial e mais favorável ao Brasil: (1) a natureza do assunto era o mesmo e em nada foi alterado pelas consultas tardias; (2) a análise dos subsídios teve como ponto de referência o volume de recursos de fato canalizados; (3) o subsídio passava a existir com a emissão das NTN-I, já que antes não haveria ainda um contrato de venda da aeronave; (4) o Órgão de Apelação discordou do Grupo Especial e estabeleceu o CIRR/OCDE como referência; (5) manteve os 90 dias como prazo para cumprimento da obrigação.

No fundo, o Órgão de Apelação concluiu que o PROEX não era estruturalmente ilegal, mas sim que deveria sofrer modificações para se adequar ao padrão de referência do mercado.

### 3.2.1.3 Descumprimento das recomendações

Segundo consta no relatório do Grupo Especial (*Rapport du Groupe Spécial – WT/DS46/RW*), em 6 de setembro de 1999, o OSC notificou que adotava as recomendações do Grupo Especial e do Órgão de Apelação. Dez dias depois, o Brasil anunciou que seguiria as recomendações, que foram adotadas por meio da Medida Provisória 1892-32, de 11 de outubro de 1999<sup>71</sup>.

O Canadá, no entanto, pediu o restabelecimento do Grupo Especial (segundo o Artigo 21.5 do ESC), alegando que o Brasil não havia adotado medidas para conformar-se plenamente às recomendações, em especial ao fato de que o país não estaria disposto a retirar os subsídios de aeronaves que seriam entregues após 19 de novembro de 1999, mas com contratos assinados anteriormente a essa data.

Segundo o Canadá, (1) o Brasil não poderia emitir NTN-I dos aviões ainda não entregues e (2) mesmo com as alterações feitas no PROEX, ainda haveria a concessão de

---

<sup>71</sup> Art. 1º Nas operações de financiamento com recursos da Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito, vinculadas à exportação de bens ou serviços nacionais, o Tesouro Nacional poderá pactuar encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

vantagem material à Embraer. Para o Brasil, (1) o subsídio do PROEX existia com o comprometimento do governo em fornecer o benefício e que estaria legalmente obrigado a cumprir as cartas de aprovação, uma vez que se não as cumprisse poderia sofrer acusações de quebra de contrato; (2) com a adoção da Medida Provisória e da Resolução 2667, de 19 de novembro de 1999<sup>72</sup> todas as determinações estavam cumpridas. Além disso, o Brasil trouxe à roda a discussão a respeito da dicotomia “países mais economicamente desenvolvidos X países em relativo desenvolvimento econômico”, alegando que esses últimos não conseguiriam cobrar as taxas definidas no CIRR por conta do mais elevado custo de captação de recursos, possuindo, então, uma desvantagem estrutural e permanente.

O Grupo Especial, mais uma vez, deu ganho de causa ao Canadá, (1) mantendo a decisão de que o subsídio só passava a existir quando da emissão da NTN-I, da transferência de fato do recurso e não somente de sua promessa; além disso, disse que a quebra de contrato não era argumento válido, pois poderia tornar as decisões da OMC inócuas, já que os países poderiam assumir compromissos enormes para o futuro (no próprio caso da Embraer, 300 aeronaves já estavam negociadas). Com relação à segunda questão, o Grupo Especial disse que o Brasil se recusou a fornecer informações precisas sobre as taxas de juros pagas pelos clientes da Embraer e que não havia, então, como compará-las com a CIRR, e que ela deveria ser sim adotada para todos os países, independente de seu grau de desenvolvimento econômico.

O Brasil recorreu ao Órgão de Apelação, que manteve as decisões do Grupo Especial, conforme disposto no relatório do Órgão de Apelação (*Rapport de l'Organe d'appel – WT/DS46/AB/RW*).

No entanto, a escolha do governo brasileiro em honrar os compromissos assumidos no financiamento das aeronaves, uma vez que a Embraer, as entidades privadas, os clientes e as instituições financeiras agiram de boa-fé, fez com que a reputação brasileira no cenário internacional fosse preservada (SERRADOR NETO, 2013, p. 300).

---

<sup>72</sup> Art. 1º, Parágrafo 1º Nos financiamentos às exportações de aeronaves para aviação regional, a equalização será estabelecida operação por operação, em níveis que poderão ser diferenciados, tendo como referência, preferencialmente, o "Treasury Bond" dos Estados Unidos para 10 anos, acrescido do spread de 0,2% a.a., a ser revisto periodicamente em função das práticas de mercado;



#### 3.2.1.4 Retaliações canadenses

Após a publicação das conclusões finais do Grupo Especial, o Canadá anunciou que entraria com um pedido de autorização para retaliar o Brasil em cerca de Can\$ 700 milhões por ano<sup>73</sup>. Com base no Artigo 22.6 do ESC, o Brasil entrou com um pedido de arbitragem para que fosse julgada a proporcionalidade das medidas de retaliações que o Canadá queria levar a cabo.

Na decisão dos árbitros (*Décision des arbitres* – WT/DS46/ARB), esses chegaram então à cifra de Can\$ 344,2 milhões por ano, bem abaixo do proposto pelo Canadá, mas acima do que o Brasil pretendia. Salientou que as retaliações deveriam ser temporárias. No entanto, o Canadá nunca fez uso da autorização.

#### 3.2.1.5 Novo recurso por conta do descumprimento das recomendações

Embora o Canadá tivesse ganhado o direito de retaliar, resolveu novamente, com fulcro no Artigo 21.5, pedir que o Grupo Especial analisasse as alterações do PROEX (agora chamado de PROEX III), pois considerava que o programa ainda não estava de acordo com a OMC.

Conforme resumido no relatório do Grupo Especial (*Rapport du Groupe Spécial* – WT/DS46/RW/2), os argumentos canadenses diziam que (1) o PROEX III ainda era um subsídio ligado à exportação, e, portanto, proibido segundo o Artigo 3, ASMC; (2) não estava em conformidade com as regras da OCDE; (3) e assim não poderia usufruir do parágrafo segundo do Item K. O Brasil alegou que o PROEX III cumpria todas as determinações, principalmente por conta da Resolução do Banco Central 2799, de 6 de dezembro de 200<sup>74</sup>, então (1) não era um subsídio ligado à exportação já que usava taxas de juros de mercado,

---

<sup>73</sup> As retaliações se dariam na (1) suspensão de obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Têxteis; (2) suspensão de obrigações no “*Agreement on Import Licensing Procedures*” relativas a “*licensing requirements*” de importações brasileiras; (3) suspensão de obrigações tarifárias previstas no GATT de 1994 por meio de uma sobretaxa de 100% em certos produtos brasileiros; (4) suspensão do Brasil da lista de países elegíveis para o “*General Preferential Tariff Treatment*” canadense (CANÇADO TRINDADE, 2013, p. 246).

<sup>74</sup> Art. 1º, Parágrafo 1º Nos financiamentos às exportações de aeronaves para aviação regional, a equalização das taxas de juros será estabelecida operação por operação, em níveis que poderão ser diferenciados de acordo com as características de cada operação, respeitada a Commercial Interest Reference Rate - CIRR, divulgada mensalmente pela OCDE, relativa à moeda e ao prazo do financiamento da operação. Ou seja, o apoio não poderia ser fornecido de forma a que a taxa líquida de juros para o tomador ficasse abaixo da CIRR.

portanto, o segundo parágrafo do Item K o isentaria da proibição; (2) também, por não conferir uma vantagem material, o primeiro parágrafo o isentaria<sup>75</sup>.

O Grupo Especial concluiu que o PROEX III não conferia benefício ao exportador uma vez que se limitava a oferecer as condições existentes no mercado. Alternativamente, concluiu que o PROEX III poderia ser utilizado nas condições de “Porto Seguro” (*safe haven*) da OCDE. Por fim, em 30 de agosto de 2001, a OMC adotou o relatório final e confirmou o PROEX III como estando 100% em conformidade as normas da OMC.

### 3.2.2 DS70: CANADÁ – MEDIDAS RELATIVAS À EXPORTAÇÃO DE AERONAVES

Em março de 1997, o Brasil solicitou ao Canadá a abertura de consultas para investigar certos subsídios<sup>76</sup> que o governo federal e provincial estariam dando para sustentar a exportação de aeronaves.

A demanda foi apresentada com base no Artigo 4 do ASMC, uma vez que o Brasil estimava serem as medidas em questão incompatíveis com o Artigo 3 do mesmo acordo.

#### 3.2.2.1 Grupo Especial

O Grupo Especial, estabelecido em paralelo com o do contencioso DS46, constatou em seu relatório (*Rapport du Groupe Spécial – WT/DS70/R*) que os programas *Technology Partnerships Canada* e *Canada Account* eram contrários aos princípios estabelecidos pelo ASMC. Por outro lado, as operações da *Export Development Corporation* não foram

---

<sup>75</sup> Como a CIRR é uma taxa baseada no mercado, o programa PROEX com o piso de CIRR, não apresentava benefício segundo a definição do ASMC. É importante lembrar que, conforme a decisão do Órgão de Apelação no caso original contra o PROEX, o mercado privativo era a melhor forma de testar a existência de um componente de subsídio no instrumento de apoio financeiro. Portanto, na avaliação brasileira, o PROEX baseado na CIRR nem chega a ser um subsídio, conforme o ASMC. Assim, o PROEX III não conferia uma vantagem de monta, de acordo com o primeiro parágrafo do item (k) do Acordo.

Além disso, o segundo parágrafo do item (k) menciona uma excepcionalidade especial, o chamado ‘Porto Seguro’ da OCDE. O parágrafo excetua da lista de subsídios proibidos uma situação específica em que o país aplica as “disposições relativas ao tipo de juros” de um ‘compromisso internacional em matéria de créditos oficiais à exportação do qual sejam partes pelo menos 12 Membros originais do presente Acordo em 1º de janeiro de 1979”.

Analisando esse parágrafo, pode-se concluir que o ‘compromisso internacional’ a que ele se refere é o acordo da OCDE intitulado *Acordo Referente às Diretrizes para os Créditos às Exportações com Apoio Oficial* e que as ‘disposições de juros’ a que faz menção é justamente a taxa CIRR, o novo piso do PROEX III (SERRADOR NETO, 2013, p. 301-302) (grifo no original).

<sup>76</sup> Consultar nota de rodapé nº 66.

consideradas como subsídios proibidos (embora todo o levantamento realizado, as provas não foram contundentes para convencer o Grupo, mas o Canadá optou por desativar o programa).

Com relação ao funcionamento do *Technology Partnership Canada*, o governo do Canadá assumia o risco da produção já que o pagamento dos empréstimos era condicionado ao sucesso da venda das aeronaves, ou seja, foi considerado um subsídio *de facto* à exportação<sup>77</sup>. Por sua vez, o *Canada Account* era um fundo de reserva usado pelo Primeiro-ministro canadense para subsidiar de forma discreta determinadas exportações que ele considerasse serem casos especiais. Esses subsídios não apareciam no orçamento federal e não eram divulgados. Durante o contencioso ficou provado que quando utilizado, servia para elevar a competitividade dos financiamentos oferecidos pelo governo.

Já o *Expert Development Corporation* era uma complexa estrutura acionária entre o governo canadense, a Bombardier e a Exinvest (subsidiária da EDC) onde somente parte do financiamento era pago pela empresa aeronáutica. O principal ponto, no entanto, era a transparência da estrutura que, apesar de ser governamental, sempre agiu como um banco privado, sendo as suas transações tratadas como confidenciais, inclusive para o Parlamento Canadense. E, embora os questionamentos do governo brasileiro, o Grupo Especial aceitou o argumento de confidencialidade do governo canadense sobre as informações da EDC.

### 3.2.2.2 Órgão de Apelação

O Canadá inconformado com as decisões do Grupo Especial resolveu recorrer ao Órgão de Apelação a respeito do TPC. No entanto, de nada serviu, pois o Órgão no relatório apresentado (*Rapport de l'Organe d'appel* – WT/DS70/AB/R) confirmou o que havia sido decidido pelo Grupo, sendo o programa considerado um subsídio proibido por ser vinculado ao desempenho exportador.

Já o Brasil resolveu recorrer acerca da transparência do EDC, mas o Órgão, não podendo reabrir a discussão, pois se tratava de questão factual, sugeriu ao país que rerepresentasse a queixa contra o Canadá.

Em especial, destaca-se o entendimento firmado de que é obrigação das partes de colaborarem com o Grupo Especial, fornecendo a documentação por ele pedida. Caso isso não

---

<sup>77</sup> No contencioso Boeing-Airbus a OMC considerou esse tipo de prática como subsídio, uma vez que possibilitava aos fabricantes melhores condições de financiamento que as disponíveis no mercado (SERRADOR NETO, 2013, p. 292-293).

seja feito, o Grupo, com fulcro no Artigo 13 do ESC, tem a possibilidade de fazer deduções com bases nos fatos apresentados. Portanto, segundo o Órgão, o Grupo Especial não cometeu nenhum tipo de erro ao realizar deduções desfavoráveis ao Canadá frente a sua recusa em cooperar com o contencioso.

### 3.2.2.3 Descumprimento das obrigações

O OSC anunciou, então, que adotava as recomendações do Órgão de Apelação, bem como o relatório do Grupo Especial modificado pelo do Órgão de Apelação. Em 19 de novembro de 1999, o Canadá anunciou que colocou em prática as recomendações. Porém, o Brasil não considerou como suficientes as medidas adotadas e pediu o estabelecimento novamente do Grupo Especial, com base no Artigo 21.5 do ESC.

Com relação ao TPC, o Canadá fez mudanças nos formulários e informações que eram requisitadas aos exportadores, e argumentou que, portanto, o programa havia sido reformulado. O Brasil argumentou que a questão não era se haviam sido realizadas mudanças administrativas, mas sim, se as mudanças feitas tornavam o programa compatível com as normas da OMC.

O Grupo Especial decide, segundo relatório emitido (*Rapport du Groupe Spécial – WT/DS70/RW*), que o Canadá cumpriu o estabelecido em relação ao programa *Technology Partnerships Canada* no setor de aeronaves de transporte regional. No entanto, não havia cumprido com o determinado de retirar a ajuda conferida pelo *Canada Account*, pois considerou que as modificações aportadas ao programa não garantiam efetivamente que novas operações no setor de aeronaves regionais estariam conforme as disposições em matéria de juros segundo a OCDE e não seriam suficientes para preencher as condições necessárias da exceção ofertada no Item K. Ou seja, segundo o Grupo Especial, as medidas tomadas pelo Canadá não garantiam que as operações do *Canada Account* não seriam subsídios à exportação.

O Brasil recorreu ao Órgão de Apelação que manteve em seu relatório as decisões do Grupo Especial (*Rapport de l'Organe d'appel WT/DS70/AB/RW*). Constatou, no entanto, que o Grupo não analisou o argumento do Brasil segundo o qual o programa *Technology Partnerships Canada* era incompatível com o Artigo 3.1.a) do ASMC, mas decidiu que o Brasil não conseguiu demonstrar efetivamente que o programa era incompatível e, por consequência, que o Canadá não havia implementado as recomendações do OSC.

O OSC adotou o relatório do Órgão de Apelação e do Grupo Especial, modificado pelo Órgão.

### 3.2.3 DS222: CANADÁ – CRÉDITOS À EXPORTAÇÃO PARA AERONAVES REGIONAIS

Em janeiro de 2001, com a abertura de uma concorrência internacional pela empresa estadunidense Air Wisconsin, o ministro da Indústria do Canadá anunciou em uma coletiva de imprensa que o país iria subsidiar a Bombardier com o objetivo de equiparar os preços da empresa aos supostos preços também subsidiados da Embraer.

O Brasil pediu, então, consultas a respeito das operações da *Export Development Corporation*, em seus programas *EDC Canada Account* e *EDC Corporate Account*, e do programa *Investissement Québec*<sup>78</sup>. Com o fracasso das consultas, foi estabelecido um Grupo Especial para cuidar do caso.

#### 3.2.3.1 Grupo Especial

O relatório do Grupo (*Rapport du Groupe Spécial – WT/DS222/R*) concluiu que havia subsídios incompatíveis com as normas da OMC nas operações: (1) financiamento à Air Wisconsin (EUA) por meio do programa *EDC Canada Account* para aquisição de 150 aviões; (2) financiamento pelo mesmo programa à Air Nostrum (Espanha) para a aquisição de 10 aviões; (3) financiamento à Comair (EUA) pelo programa *EDC Corporate Account* para aquisição de 44 aviões. Em relação ao programa *Investissement Québec*, o Grupo concluiu que o Brasil não conseguiu provar que os subsídios eram de direito ou de fato subsídios à exportação no sentido do Artigo 3.1.a) do ASMC, e, portanto, não os considerou como incompatíveis com o regimento da Organização.

---

<sup>78</sup> Canada – Crédits à l'exportation et garanti des prêts accordés pour les aéronefs régionaux : Demande de consultations présentée par le Brésil (25/01/2001)

Le gouvernement brésilien m'a chargé de demander l'ouverture de consultations avec le Canada, conformément à l'article XXIII:1 de l'Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce de 1994, à l'article 4 du Mémoire d'accord sur les règles et procédures régissant le règlement des différends (Mémoire d'accord sur le règlement des différends) et à l'article 4 de l'Accord sur les subventions et les mesures compensatoires (Accord sur les subventions).

Foi recomendado ao Canadá que retirasse os subsídios em no máximo 90 dias. O governo canadense anunciou, então, que não retiraria, motivo pelo qual o Brasil solicitou a autorização para retaliar o país.

### 3.2.3.2 Retaliação brasileira

Com fulcro no Artigo 22.2 e 22.6 do ESC, o Brasil solicitou a submissão da questão à arbitragem, visando que fossem analisadas suas propostas de contramedidas: (1) suspensão das obrigações concedidas ao Canadá segundo o Artigo VI, parágrafo 6, do GATT; (2) suspensão das obrigações concedidas ao Canadá segundo o Acordo sobre Procedimentos para o Licenciamento de Importações; (3) suspensão de concessões tarifárias concedidas ao Canadá a título do GATT de 1994. Ao todo, o montante que o governo brasileiro visava retaliar atingia a cifra de US\$ 3.36 bilhões.

A decisão dos árbitros (*Décision des arbitres – WT/DS222/ARB*) foi no sentido de que uma retaliação no montante total de US\$ 248 milhões seria uma contramedida apropriada, no sentido do Artigo 4.10 do ASMC e de que o Brasil estava autorizado a realizá-la. No entanto, o Brasil, assim como o Canadá, optou por não fazer uso da autorização.

### 3.2.4 NEGOCIAÇÕES

Em paralelo ao contencioso DS222, os dois países passaram a realizar negociações buscando soluções mutuamente convenientes para as disputas para ambos os lados. Diversas reuniões para a realização de negociações bilaterais foram realizadas (novembro de 2001 [São Paulo], fevereiro de 2002 [Nova York], abril de 2002 [Rio de Janeiro], maio de 2003).

O principal ponto de divergência era a preferência canadense para que o acordo se restringisse ao financiamento direto sem abranger as ações subfederais, o que significava que as políticas de apoio à exportação da província de Québec não estariam abrangidas pelo acordo. O Brasil, no entanto, queria que o acordo abrangesse todos os setores, incluindo além do financiamento qualquer garantia ou instrumento ligado à exportação, em especial aqueles vindos da província *québécoise* (PINTO, 2013, p. 76).

A partir de 2004, as negociações deixaram de ser bilaterais e passaram a correr no âmbito da OCDE. O que se percebeu nas negociações bilaterais foi a disposição dos negociadores em manter um ambiente de respeito mútuo e boa-fé, em uma clara percepção de

que ambos os lados queriam agir de forma construtiva, diferentemente do ambiente de tensão que os contenciosos anteriores haviam gerado (PINTO, 2013, p. 76).

Com a instauração das negociações na OCDE, as divergências entre as partes foram suavizadas, inclusive com o apoio canadense para que o Brasil fosse parte integrante das negociações da revisão do Entendimento Setorial sobre Créditos à Exportação para Aeronaves Civis, onde acabou sendo reconhecido como negociador pleno. Em reconhecimento ao papel fundamental desenvolvido pelo Brasil nas negociações, um verdadeiro *rule-maker* em um ambiente antes dominado por poucos países mais economicamente desenvolvidos, a cerimônia de assinatura do acordo, em 2007, foi realizada no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e foi considerada pelo Brasil como um passo positivo na evolução das práticas de crédito à exportação de aeronaves (PINTO, 2013, 76-77).

Percebe-se, portanto, que o acordo atingia metas há muito defendidas pelo Brasil, tais quais reduzir os custos para os Tesouros Nacionais, proporcionar condições igualitárias de concorrência, evitar situações de distorção de mercado, assegurar previsibilidade e transparência nos processos de concessão de apoio as exportações.

O Entendimento foi novamente revisto em 2011, e contou outra vez com a participação brasileira.

### **3.3 CONSEQUÊNCIAS**

#### **3.3.1 CONTENCIOSO**

Quando se iniciou o primeiro contencioso Embraer X Bombardier no âmbito da OMC, a Organização e seus tratados multilaterais tinham menos de três anos de existência e pouco, ou melhor, quase nada se conhecia a respeito do funcionamento do ASMC. A ampla discussão entre os dois países permitiu uma melhor compreensão do Acordo pelos governos, comunidade jurídica e setor empresarial.

A criação da Embraer veio em um contexto em que o país precisava superar a antiga “economia de sobremesa” e o ciclo de exportação de produtos primários. Assim, a Embraer progrediu no mercado internacional, e vem se mantendo entre as quatro maiores fabricantes de aeronaves, tendo destaque a tecnologia de ponta empregada nos aviões (PINTO, 2013, p. 84).

A empresa trouxe, além das divisas geradas pela exportação de itens de alto valor agregado e complexidade tecnológica, também o fortalecimento da imagem brasileira como produtora de qualidade, sofisticação e precisão, beneficiando outros setores industriais. Durante todos os anos de contencioso, mais do que o destino da empresa aeronáutica, o que estava em jogo era a inserção bem sucedida do país no comércio internacional, provando que o Brasil poderia ser mais que um exportador de commodities. (PINTO, 2013, p. 80).

Outrossim, no contencioso Embraer X Bombardier, em que pese a aparência de possível conflito político, a controvérsia se tratava de disputa comercial, com interesses concretos e bem específicos em um contexto complexo de fatores interligados. Por isso, ao ser tratado no âmbito da OMC, o caso foi analisado em diversas dimensões, gerando várias demandas de consultas, ao Grupo Especial e ao Órgão de Apelação, fazendo uma ampla utilização dos mais diversos aspectos do ESC.

Os desdobramentos do caso tiveram influência em foro externo à OMC, como, por exemplo, na participação do Brasil no Entendimento Setorial da OCDE sobre Créditos à Exportação para Aeronaves Cíveis e em sua imagem internacional, já que essa participação exitosa no Sistema não é algo óbvio para um país em desenvolvimento.

Com menor disponibilidade de recursos materiais e humanos qualificados, o Brasil precisou se esforçar para retirar o melhor proveito do que tinha, já que sua experiência no campo negociador internacional era consideravelmente menor quando comparada à canadense. No entanto, a experiência serviu também para aperfeiçoar os mecanismos e estratégias brasileiras em contenciosos internacionais (PINTO, 2013, p. 82).

Todas as posteriores vitórias brasileiras no âmbito da OMC vieram com base em uma política de reestruturação do Itamaraty, por meio de capacitação de profissionais para atuarem nos contenciosos, bem como, no recurso ao auxílio externo oferecido pelos setores afetados. Mais que isso, o Brasil passou a empenhar-se em ajudar outros países em relativo desenvolvimento econômico com assistência técnica nas áreas disciplinadas pela OMC (COZENDEY, 2013, p. 387). Além disso, a eleição do Embaixador Roberto Azêvedo como Diretor-Geral da OMC em 2013 mostra o prestígio que o Brasil conseguiu obter.



### 3.3.2 ATUAÇÃO BRASILEIRA NO SSC

A atuação brasileira no Sistema de Solução de Controvérsias tem-se dado de forma intensa e, ao mesmo tempo, responsável. Quando aciona o Sistema é com base em problemas comerciais concretos vindos de queixas específicas trazidas por algum setor ao governo. Já quando atua na condição de terceiro, a preocupação central é a interpretação que pode ser dada para algum dispositivo central em algum Acordo, ou seja, as consequências que a discussão pode trazer para o sistema, e por isso, o país prefere participar. Ademais, quando da escolha em iniciar uma demanda perante a OMC, o País leva em consideração a dimensão dos prejuízos comerciais e a possível avaliação do caso sob a ótica das regras da OMC. (CONZENDEY, 2013, p. 383).

No entanto, não há temor por parte do Brasil de ser demandado como simples medida de repressão a sua posição pró-ativa como demandante. Pois, em que pese o sistema ser um ato de política diplomática, as características centrais de pragmatismo do sistema fazem com o que o principal interesse e motivação para dar início a um processo perante a OMC ainda seja o interesse comercial (COZENDEY, 2013, p. 385).

Assim, o que se vê é que a relevância que o Brasil tem apresentado no cenário comercial mundial, tanto no sentido de crescimento de exportações brasileiras quanto no sentido da influência dessa no PIB nacional, tem motivado o país a defender seus interesses perante a comunidade internacional.

Assim sendo, por meio de uma atuação consistente, o Brasil se tornou reconhecido e respeitado por sua capacidade de acionar o sistema e sair-se vencedor, participando, por tanto, na formação jurisprudencial do sistema multilateral de comércio. É capaz de articular seus interesses econômicos em formulações jurídicas, influenciando de forma inegável as regras da OMC e ressaltando sua independência frente a fortes parceiros comerciais, colocando-se, assim, como um *player* atuante no cenário internacional e defensor da integralidade dos acordos da OMC e de um sistema internacional pautado em regras pré-estabelecidas (COZENDEY, 2013, p. 388).

### 3.3.3 IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A natureza jurídica das decisões adotadas pelo OSC e sua caracterização como regra jurídica não é ponto pacífico entre os estudiosos, uma vez que o ESC não menciona nada a esse respeito. No acordo consta apenas no Artigo 3.4<sup>79</sup> que as decisões buscam encontrar uma solução satisfatória para o contencioso.

Alguns autores consideram que tendo em vista o perfil político da forma como os contenciosos se desenvolvem, a falta de determinação precisa sobre a necessidade de adequar a medida dita incompatível e a possibilidade de retaliação e de compensação quando não cumprida fariam com que não houvesse uma obrigação jurídica de dar cumprimento a decisão emanada pelo OSC.

Segundo Cozende (2013, p. 395)

Os regimes internacionais funcionam mais por aceitação mútua do que por imposição. Se, diante de uma perda de credibilidade da OMC, o sistema tiver que se amparar com maior frequência na aplicação de retaliações, o conjunto das regras multilaterais deixaria de funcionar com regularidade.

No entanto, a parte majoritária da doutrina entende que se poderia auferir a natureza jurídica das decisões pela leitura do próprio ESC, onde no Artigo 21<sup>80</sup> se estabelece que o cumprimento efetivo e pronto das recomendações é ponto crucial para efetivar a solução do litígio. Ademais, na visão deles, a retaliação e a compensação serviriam como medida de indução ao cumprimento, conforme o Artigo 3.7, ESC<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Art. 3. 4. As recomendações ou decisões formuladas pelo OSC terão por objetivo encontrar solução satisfatória para a matéria em questão, de acordo com os direitos e obrigações emanados pelo presente Entendimento e pelos acordos abrangidos.

<sup>80</sup> Art. 21. 1. O pronto cumprimento das recomendações e decisões do OSC é fundamental para assegurar a efetiva solução das controvérsias, em benefício de todos os Membros.  
[...]

<sup>81</sup> Art. 3. 7. Antes de apresentar uma reclamação, os Membros avaliarão a utilidade de atuar com base nos presentes procedimentos. O objetivo do mecanismo de solução de controvérsias é garantir uma solução positiva para as controvérsias. Deverá ser sempre dada preferência à solução mutuamente aceitável para as partes em controvérsia e que esteja em conformidade com os acordos abrangidos. Na impossibilidade de uma solução mutuamente acordada, o primeiro objetivo do mecanismo de solução de controvérsias será geralmente o de conseguir a supressão das medidas de que se trata, caso se verifique que estas são incompatíveis com as disposições de qualquer dos acordos abrangidos. Não se deverá recorrer à compensação a não ser nos casos em que não seja factível a supressão imediata das medidas incompatíveis com o acordo abrangido e como solução provisória até a supressão dessas medidas. O último recurso previsto no presente Entendimento para o Membro que invoque os procedimentos de solução de controvérsias é a possibilidade de suspender, de maneira discriminatória contra o outro Membro, a aplicação de concessões ou o cumprimento de outras obrigações no âmbito dos acordos abrangidos, caso o OSC autorize a adoção de tais medidas.

“Além disso, obrigatória ou não, o impacto das decisões da OMC *vis-à-vis* os ordenamentos jurídicos de seus membros é crescente”. Apesar de não existirem estatísticas efetivas acerca do cumprimento das recomendações, estima-se que em 90% dos casos, essas são efetivamente cumpridas. Quando não o são, os Membros alegam que é uma situação temporária ou por divergência quanto o alcance das medidas (BENJAMIN, 2013, p. 578).

Após a adoção dos relatórios pelo OSC, é competência dos países em desacordo com a norma da OMC alterarem sua legislação interna para se conformar com as normas internacionais vigentes. No entanto, na visão de Serrador Neto (2013, p. 295) esse processo nem sempre é simples ou transparente, e depende da lei interna de cada Estado-membro.

Acredita-se que quando os países resolvem cumprir as recomendações, “cerca de metade desses casos envolvem temas de implementação administrativa, boa parte relacionada a temas de defesa comercial, enquanto a outra metade envolve temas que requerem ação legislativa, algumas de interesse direto do Brasil” (COZENDEY, 2013, p. 390).

Ou seja, como a decisão será adotada internamente, em termos de prazo e de substância, depende de cada Estado. Normalmente o ESC determina que as recomendações devam ser acatadas com base no princípio do “pronto cumprimento das decisões”, mas em algumas circunstâncias, pode ser definido um “prazo razoável” estabelecido de comum acordo entre as partes ou por meio de arbitragem<sup>82</sup>.

Quanto à substância, em que pese o Artigo 19.1, ESC<sup>83</sup> dizer que existe a possibilidade dos órgãos sugerirem meios de implementação, na prática, limitam-se a dizer que as medidas nacionais devem ser adequadas à norma da OMC, sendo critério do Estado-membro escolher como isso será feito.

Os efeitos e alcance das decisões no ordenamento jurídico interno de cada país variam consideravelmente dependendo da sua estrutura constitucional e de seu ordenamento jurídico,

---

<sup>82</sup> Art. 21. Supervisão da Aplicação das Recomendações e Decisões

1. O pronto cumprimento das recomendações e decisões do OSC é fundamental para assegurar a efetiva solução das controvérsias, em benefício de todos os Membros.

[...]

3. Em reunião do OSC celebrada dentro de 30 dias 11 após a data de adoção do relatório do grupo especial ou do órgão de Apelação, o Membro interessado deverá informar ao OSC suas intenções com relação à implementação das decisões e recomendações do OSC. Se for impossível a aplicação imediata das recomendações e decisões, o Membro interessado deverá para tanto dispor de prazo razoável.

<sup>83</sup> 1. Quando um grupo especial ou o órgão de Apelação concluir que uma medida é incompatível com um acordo abrangido, deverá recomendar que o Membro interessado torne a medida compatível com o acordo. Além de suas recomendações, o grupo especial ou o órgão de Apelação poderá sugerir a maneira pela qual o Membro interessado poderá implementar as recomendações.

uma vez que cada país determina a hierarquia entre o direito interno e as recomendações e se essas podem ser arguidas nos tribunais nacionais. Ademais, não são todos os países que fornecem ao direito comercial e as decisões do OSC um caráter autoexecutável, ou seja, a capacidade de serem invocados pelos particulares na ordem jurídica interna sem a necessidade de um ato de transposição para o ordenamento jurídico nacional (BENJAMIN, 2013, p. 580-581).

No Brasil, a CRFB/88 não possui nenhum dispositivo explícito sobre a interação dos atos vindos das organizações internacionais e o ordenamento jurídico pátrio. No Artigo 4º, inciso IX<sup>84</sup>, consta que o Brasil deverá ter suas relações internacionais com fulcro na busca pela cooperação entre os povos, sendo competência da União manter as relações com outros Estados e em organizações internacionais, conforme Artigo 21, I<sup>85</sup>. Também não se encontram os atos das organizações internacionais no rol do Artigo 59<sup>86</sup> de instrumentos legislativos. Tampouco se tem instrumentos no direito pátrio que permitam afirmar com convicção como se daria a integração desses atos ao direito interno.

Como não existe previsão legal sobre como a incorporação das decisões de organizações internacionais deve ser feita, a melhor forma é visualizar na prática como tem ocorrido, em especial quanto às recomendações do OSC. No Brasil, não há divergência doutrinária quanto à obrigatoriedade das decisões e até o presente momento somente em duas situações foi necessária à adoção de medidas internas de implementação: nos casos Brasil – Programa de Financiamento à Exportação (DS 46) e Brasil – Medidas Afetando a Importação de Pneus Recauchutados (DS 332).

---

<sup>84</sup> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:  
[...]

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

<sup>85</sup> Art. 21. Compete à União:

I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

<sup>86</sup> Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos legislativos;

VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Especificamente no caso DS 46, por meio de diversas modificações das Resoluções do Banco Central e da Lei nº 8.187/91 que criou o PROEX, a legislação interna foi se adaptando de forma a se tornar compatível com as recomendações exaradas pelo OSC.

Afere-se, portanto, que o Brasil opta pela utilização de um sistema difuso, no qual a adequação da legislação questionada na OMC é adaptada por meio de atos internos inspirados nas decisões da OMC, mas não necessariamente baseados juridicamente nessas. Em ambos os casos não houve um ato formal de incorporação da decisão específica da OMC ao ordenamento jurídico interno.

O Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 que promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, conferiu aos Acordos da OMC hierarquia de lei interna e estabeleceu a obrigação de garantir que a legislação pátria (leis, regulamentos e procedimentos) esteja de acordo com a OMC, o que incluiria a obrigatoriedade de dar cumprimento às decisões do OSC.

Segundo Benjamin (2013, p. 593-594) a continuação da incorporação das decisões pelos membros da OMC depende de um esforço contínuo para se garantir a legitimidade e qualidade das decisões do OSC, a fluidez e celeridade dos procedimentos e a eficácia dos remédios nos casos de descumprimento das decisões.

No caso do Brasil,

A legislação brasileira guarda coerência com as regras multilaterais e o Acordo da OMC tem força de lei no ordenamento jurídico interno, o que reduz as vulnerabilidades no sistema de solução de controvérsias e se reflete no baixo número de controvérsias contra o Brasil que resultaram em necessidade de modificar de alguma forma a legislação [...]. Para manter esse quadro, é preciso que os formuladores de medidas com impacto na política comercial estejam conscientes das obrigações internacionais do Brasil (COZENDEY, 2013, p. 385-386).

Ou seja, a criação e modificação legislativa brasileira transcendem os limites da política interna para expandir-se em direção a uma política internacional. É necessária a consciência de que cada ato brasileiro tem influência em sua posição no cenário exterior e que caso descumpra os compromissos que assumiu com outros países-membros no âmbito da OMC poderá sofrer consequências internacionais, a nível econômico e político.

Parte-se, portanto, da máxima estabelecida na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de que um país não pode alegar disposição de direito interno para violar Tratado internacional de que faça parte. Toda a produção legislativa nacional deve estar de acordo com os compromissos assumidos perante a comunidade internacional para assim garantir e preservar a posição de respeito e prestígio estabelecida pelo Brasil ao longo dos últimos anos.

### 3.3.4 SOBERANIA

Historicamente falando, soberania e direito são conceitos antinômicos, incompatíveis e em luta entre si. No âmbito interno, esse conflito resolveu-se com a submissão do primeiro ao segundo com o nascimento do estado constitucional de direito. O direito regulariza tanto o conteúdo das leis em si quanto a sua forma e seu procedimento de validade. Assim, segundo Ferrajoli (2007, p. 44) “não existe nenhum soberano, a menos que não se entenda como ‘soberana’, com puro artifício retórico, a própria constituição, ou melhor, o sistema de limites e de vínculos jurídico por ela impostos aos poderes públicos já não mais soberanos”.

No âmbito externo, a questão ainda não foi totalmente resolvida, pelo menos no plano de fato. Em que pese a existência dos acordos internacionais que formam um ordenamento jurídico supra-estatal, muitas lacunas ainda existem, principalmente no plano da responsabilização dos Estados quanto a atos que violam a paz e os direitos fundamentais. Para Ferrajoli (2007, p. 45)

Falar em “Estado soberano”, se já não é aceito no plano da teoria do direito, também não o é no plano da teoria política. De fato, o que entrou irreversivelmente em crise, bem antes do atributo da soberania, é precisamente seu sujeito: o estado nacional unitário e independente, cuja identidade, colocação e função precisam ser repensadas à luz da atual mudança, de fato e de direito, das relações internacionais.

Segue essa mesma linha de raciocínio, Silva (2006) ao colocar que apesar de formalmente prevista no texto constitucional, o que se vivencia no momento atual é, justamente, a flexibilização do conceito de soberania para que se possibilite a convivência pacífica e harmônica dos Estados. Aceita-se conviver com uma soberania compartilhada, pois o mais importante passa a ser (sobre)viver em um ambiente cada vez mais competitivo e interconectado.

Assim sendo, para Silva (2010, p. 792):

O art. 1 dá a *soberania* como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e, pois, do Estado Democrático de Direito em que ela se constitui, enquanto o art. 4 põe a *independência nacional* como princípio de suas relações internacionais.

No mesmo sentido, tem-se julgado do Supremo Tribunal Federal – STF comprovando a estreita relação da soberania, contida no Artigo 1º, da CRFB/88, com o princípio da “independência nacional”, do Artigo 4º, I, CRFB/88:

O art. 1º da Constituição assenta como um dos fundamentos do Estado brasileiro a sua soberania – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional, no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos, nos termos do art. 4º, I, da Carta Magna. A soberania nacional no plano transnacional funda-se no princípio da independência nacional, efetivada pelo presidente da República, consoante suas atribuições previstas no art. 84, VII e VIII, da Lei Maior. A soberania, dicotomizada em interna e externa, tem

na primeira a exteriorização da vontade popular (art. 14 da CRFB) através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do presidente da República. (Rcl 11.243, Rel. p/ o ac. Min. Luiz Fux, julgamento em 8-6-2011, Plenário, DJE de 5-10-2011).

Além disso, quando a soberania passa a ser um dos princípios da ordem econômica pátria, cujas consequências terão aplicação específica nesse contexto, passamos a ter a chama soberania nacional econômica, prevista no Artigo 170 da Constituição de 1988<sup>87</sup>.

Conforme leciona Grau (2010, p. 230) “a afirmação da soberania nacional econômica não supõe o isolamento econômico, mas antes, pelo contrário, a modernização da economia – e da sociedade – e a ruptura de nossa situação de dependência em relação às sociedades desenvolvidas”. Deve ser usada como instrumento para definir políticas públicas voltadas a viabilizar a participação pátria, em condições de igualdade, no mercado internacional evitando um isolamento econômico (p. 232). Ou seja, busca-se, então, estreitar os laços de cooperação comerciais, políticos e jurídicos, por meio de inserções em organizações internacionais, tais quais a OMC.

Percebe-se, que o crescimento da atuação brasileira ocorrida nos últimos anos no cenário internacional, tomando com base o caso do contencioso Embraer X Bombardier perante a OMC, decorre do fato do Brasil desenvolver políticas comerciais e legislativas com o intuito de (re)afirmar seu poder externo, dentro de uma soberania econômica externa mitigada, limitada pelos tratados internacionais dos quais é signatário.

O País busca adequar suas relações internacionais de forma a manter-se como um *player* forte e atuante em um ambiente competitivo e regado pelo mercado e, também precipuamente, pelos Estados mais economicamente desenvolvidos dentro de uma ótica neoliberal. Mas, além de adequar suas relações externas, tem-se visto que as políticas legislativas de cunho interno ao mesmo tempo em que incentivam o desenvolvimento econômico interno são coerentes com as obrigações que o Brasil assume no campo externo.

O próprio STF preceitua que o cumprimento de determinações internacionais mostra a boa-fé dos países e sua vontade em coexistir de forma cooperativa e pacífica na comunidade internacional. A esse respeito:

---

<sup>87</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:  
I - soberania nacional;  
[...]

[...] Tais documentos, em que se incluem os tratados, as convenções e os acordos, pressupõem o cumprimento de boa-fé pelos Estados signatários. É o que expressa o velho brocardo *Pacta sunt servanda*. A observância dessa prescrição é o que permite a coexistência e a cooperação entre nações soberanas cujos interesses nem sempre são coincidentes. [...] (ADPF 172-MC-REF, Rel. Min. Marco Aurélio, voto da Min. Ellen Gracie, julgamento em 10-6-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009).

Ou seja, o que se pode perceber é que quando há a necessidade de adaptação das leis internas, pois foram questionadas no âmbito internacional, o País busca defender seus interesses, mas de forma a não prejudicar os parceiros comerciais que possui. Defende sua soberania e seu direito de se posicionar da forma mais benéfica possível para sua economia, sem prejuízo ao ordenamento internacional que regulamenta e mitiga o seu poder de atuação. Dá continuidade, portanto, a sua postura histórica de uma diplomacia voltada para solução pacífica dos conflitos internacionais e de uma ordem jurídica internacional válida e aplicável a todos.



## CONCLUSÃO

Um país quando assina o Acordo Constitutivo da OMC e, por consequência, seus acordos multilaterais, entre eles o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e o Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias, vincula-se aos conceitos e procedimentos lá estabelecidos. Além disso, as recomendações exaradas pelo Sistema de Solução de Controvérsias também influenciam a política legislativa interna do país ratificante. Tal situação é bem exemplificada quando se trata do tema dos subsídios.

A primeira sessão do trabalho tratou da nova ordem econômica mundial estabelecida com a criação do GATT, em 1947, e, posteriormente, da OMC. Concluiu-se que essa última, com base nos mais diversos princípios buscou trazer estabilidade, segurança e previsibilidade a essa nova ordem econômica que surgia incentivando a cooperação econômica e jurídica da comunidade internacional.

Através dessa cooperação, foi possível a assinatura de diversos acordos internacionais, dentre eles o ASMC. Esse acordo é de suma importância por conta da normatização dos regulamentos sobre incentivos concedidos pelos governos às empresas nacionais exportadoras e de todos os conceitos nele desenvolvidos, sendo considerado o mais importante no trato do assunto.

Dentre os conceitos trazidos, vale mencionar o de subsídio (Artigo 1: “contribuição financeira por um governo ou órgão público no interior do território de um Membro [...] e com isso se confira uma vantagem”). Os subsídios são, então, divididos em três categorias, a saber: proibidos (específicos, proibidos de ofício e devem ser eliminados), recorríveis (devem ser retirados quando causem efeitos desfavoráveis aos interesses de outro país membro) e irrecorríveis (específicos, mas permitidos, pois auxiliam o poder público em determinados serviços).

Por meio da via unilateral (medidas compensatórias) e multilateral (consultas) são os Estados legitimados a buscar as reparações necessárias advindas de subsídios. Na primeira, um processo administrativo busca relacionar o nexo causal do subsídio e o prejuízo, para, então, compensar sua utilização. As consultas, por sua vez, dão-se no âmbito do ESC.

Sendo o ASMC um dos 13 acordos multilaterais da OMC, as controvérsias surgidas de sua utilização podem ser resolvidas pelo ESC. O Entendimento busca estabelecer regras e

procedimentos válidos para todos os países membros na solução de contenciosos comerciais. Observa-se, portanto, que por meio da abrangência, automaticidade e exequibilidade, busca-se implementar um ambiente onde impera a segurança jurídica, a previsibilidade e a efetividade da aplicação das normas comerciais internacionais.

O desenrolar do procedimento se dá através das consultas (onde cada parte apresenta sua argumentação), Grupo Especial (que após a oitiva das partes, emite um relatório sobre o caso) e o Órgão de Apelação (responsável por julgar os recursos). Após a emissão das recomendações, o Órgão de Solução de Controvérsias adota-as e o Estado sucumbente deve pô-las em prática.

A segunda seção analisou em breve digressão histórica, desde os idos tempos de colônia até os dias atuais, como o Brasil desenvolveu seu comércio exterior e sua defesa comercial. Verificou-se que para deixar para trás uma economia baseada na exportação de *commodities* de baixo valor agregado, o país buscou fortalecer sua indústria e seu posicionamento no mercado internacional.

Com uma regulamentação do setor pautada na Carta Magna e em leis infraconstitucionais, percebe-se que uma das maiores dificuldades encontradas pelo País é justamente a unificação de toda essa legislação. Além disso, o fenômeno de mitigação da soberania dos países, frente a fenômenos como o da globalização e da expansão do comércio internacional, é facilmente percebido no Brasil também.

Uma vez que o país é um dos mais atuantes no comércio internacional, com uma economia forte e que busca defender seus interesses, ele tem que se sujeitar às regras do Direito Internacional, o que o fez através da assinatura e ratificação de diversos acordos e tratados internacionais e da adoção das recomendações da OMC que são incorporados ao ordenamento jurídico pátrio.

Para defender seus interesses nesse ambiente competitivo e dinâmico, o país se vale de diversos órgãos de comércio exterior (classificado dentro de quatro vertentes básicas: operações de comércio exterior, negócios internacionais, planejamento e desenvolvimento comércio exterior e defesa comercial) e instrumentos de defesa comercial (que visam coibir condutas internacionais anti-concorrenciais e adotar medidas de proteção à indústria doméstica).

Por último, na terceira sessão, com o objetivo de observar na prática o que foi teoricamente estudado nas duas sessões anteriores, foi feito um estudo do caso Embraer X

Bombardier perante a OMC. Duas empresas de alta tecnologia que competem para conseguir angariar fatias cada vez maiores do mercado de comercialização de aeronaves regionais e que não estão contentes com os apoios que a outra recebe de seu respectivo governo e decidem demandar no âmbito da OMC uma solução para a dúvida: está a minha concorrente recebendo subsídios proibidos (no sentido estabelecido pelo ASMC) de seu governo?

A disputa perdurou entre 1996 e 2003, e ambos os países tiveram que reformular seus programas de incentivos para vê-los compatíveis aos acordos assumidos no âmbito internacional. No caso do Brasil, a legislação que criou o PROEX e as Resoluções do Banco Central que regiam o programa foram alteradas de forma a estarem em conformidade com as recomendações do OSC.

Sendo assim, pode-se concluir que, as decisões relativas à política externa brasileira em especial as de política legislativa regulamentadoras da defesa comercial, tomadas precipuamente pelo Poder Executivo, são feitas dentro da discricionariedade, *a priori*, fornecida pela Constituição de 1988 ao órgão. Porém, percebe-se que não se trata somente da discricionariedade da Constituição de 1988, depende também da discricionariedade fornecida pelos acordos internacionais de que o país é signatário. Esses, ao estabelecerem parâmetros de atuação para os governantes, fazem com que suas decisões tenham que estar vinculadas a limites mínimos por eles criados.

Quando tais limites não são respeitados, ocorrem as disputas, nas quais a OMC é acionada na busca por uma solução. Os países que não estão contentes com a atuação de outro membro podem demandá-lo no Sistema de Solução de Controvérsias e com a edição da recomendação, a legislação nacional deve, ou pelo menos deveria, ser modificada. Ou seja, a legislação nacional é limitada pelos acordos internacionais; caso isso não ocorra, os membros que se consideram lesados podem recorrer a sistemas internacionais para, então, limitar novamente a legislação interna por meio das decisões desses órgãos.

Sendo assim, o que se verifica na prática é que essa modificação vai depender do país sucumbente e da forma como seu ordenamento jurídico é constituído. A posição do Brasil é manter um ordenamento jurídico coerente aos padrões internacionais, seja por meio de uma primeira conformidade aos acordos, seja por meio de uma readaptação das normas internas às recomendações quando em conflitos internacionais, fato bem evidenciado quando estudado o caso Embraer X Bombardier.

Para tanto, o país se utiliza do sistema difuso no qual os atos internos inspirados nos acordos e recomendações modificam o ordenamento jurídico nacional para torná-lo conforme as obrigações assumidas.

Historicamente, essa posição de conformidade às regras internacionais é adotada pela maior parte dos países signatários do Sistema da OMC, cada um dentro de sua especificidade jurídica. Portanto, o que se verifica é que todos buscam uma convivência pacífica e harmoniosa, para uma melhor adaptação a nova realidade de interconexão e interdependência comercial existente no mundo globalizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Renata. Importação brasileira é segunda que mais cresce no mundo, segundo OMC. *Folha de São Paulo*, Brasília, 15 abril 2014. Caderno Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1440754-importacao-brasileira-e-segunda-que-mais-cresce-no-mundo-segundo-omc.shtml>>. Acesso em: 11 maio 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e o multilateralismo econômico. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. Manual do candidato: noções de direito e direito internacional. 4 ed. atual. Brasília: FUNAG, 2012.

ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares; NAIDIN, Leane Cornet. *Salvaguardas, dumping e subsídios: a perspectiva brasileira*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, 1988.

ARBIX, Daniel. Contenciosos brasileiros na Organização Mundial do Comércio (OMC): pauta comercial, política e instituições. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, Dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292008000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 junho 2014.

ASSECOM – Sistema FIRFAN. *Manual de Defesa Comercial*. Rio de Janeiro: Senai, 1997.

BANCO DO BRASIL. PROEX. *Comércio Exterior*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,107,2944,9,1,1,2.bb?codigoMenu=135>>. Acesso em: 19 junho 2014.

BENJAMIN, Daniela Arruda. A aplicação interna das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC na prática. In: BENJAMIN, Daniela Arruda (Org.). *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 573-594.

BRASIL. Circular SECEX nº 20, de 02 de abril de 1996. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1196966708.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1196966708.pdf)>. Acesso em: 07 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995. Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas

compensatórias. Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1751.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1751.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 18.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 30, de 15 de dezembro de 1994. Aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços e o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina. Brasília, Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-30-15-dezembro-1994-358328-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995. Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências. Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9019.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1.892-32, de 22 de outubro de 1999. Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências. Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1892-32.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1892-32.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2.576 do Banco Central do Brasil, de 17 de dezembro de 1998. Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX. Brasília, Disponível em:

<[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res\\_2576\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2576_v1_O.pdf)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2.667 do Banco Central do Brasil, de 19 de novembro de 1999. Altera a Resolução nº 2.576, de 17 de dezembro de 1998, que define os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações. Brasília, Disponível em:

<[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2667\\_v1\\_o.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2667_v1_o.pdf)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2.799 do Banco Central do Brasil, de 06 de dezembro de 2000. Redefine os critérios aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX. Brasília, Disponível em:

<[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res\\_2799\\_v1\\_o.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2000/pdf/res_2799_v1_o.pdf)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Reclamação 11.243. Reclamante República Italiana e Reclamado Presidente da República. Relator Min. Gilmar Mendes. Redator do Acórdão Min. Luiz Fux. 08 junho 2011. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1495257>>. Acesso em: 10 novembro 2014.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. Referendo em Med. Caut. em arguição de descumprimento de preceito fundamental 172-2. Arguente Partido Progressista e Arguido Juiz Federal da 16ª Vara Federal da seção judiciária do Rio de Janeiro (processo nº 2009.51.01.018422-0). Relator Min. Marco Aurélio. 10 de junho de 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=601123>>. Acesso em: 10 novembro 2014.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio. In: \_\_\_\_\_. *A nova dimensão do Direito Internacional Público*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2003. p. 209-264.

CAVALCANTI, Dinarte de Souza Bezerra. *Evolução teórica do comércio internacional e a sistemática brasileira do comércio exterior*. São Paulo: Aduaneiras. 1995.

CELLI JUNIOR, Humberto. Brasil (Embraer) x Canadá (Bombardier) na OMC. *Com ciência. Revista eletrônica de jornalismo científico*, n. 84, 10 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=21&id=223>>. Acesso em: 11 maio 2014.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 46, n. 2, Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Novembro 2014.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 61, Jun 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 set 2014

COZENDEY, Carlos Márcio. O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: para além dos contenciosos, a política externa. In: BENJAMIN, Daniela Arruda (Org.). *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 369-396.

FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FIATKOSKI, Ana Rachel Freitas da Silva. *A disputa entre Brasil e Canadá sobre subsídios à exportação de aeronaves*. Brasília: UniCeub, 2009.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Sistema brasileiro de comércio exterior e de defesa comercial: principais aspectos jurídicos. *Revista eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDEA)*. Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 19, 2009. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-19-AGOSTO-2009-LEONARDO-VIZEU.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2014.

GABRIEL, Amélia Regina Mussi. A disputa Embraer e Bombardier na Organização Mundial

do Comércio. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 38, n. 150, p. 231-258, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/693>>. Acesso em: 11 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Subsídios e medidas compensatórias na OMC e sua repercussão no Direito Brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, v. 36, n. 144, p. 261-279, out./dez. de 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/546>>. Acesso em: 11 maio 2014.

GATT. *Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio 1947 (GATT 47)*, de 1 de janeiro de 1948. Genebra, Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/gatt47port.pdf>>. Acesso em: 19 junho 2014.

GONÇALVES, Everton das Neves. *A tomada de Decisões Técnico-Legais para o Mercosul: Uma apreciação do Dumping sob o enfoque da Análise Econômica do Direito*. 2001. 285 f. Tese (Doutorado em Direito Público) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GRAU, Roberto Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)*. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2010.

GUEDES, Josefina Maria M.M., *Anti-dumping, subsídios e medidas compensatórias*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, A matéria e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Ícone, 2008.

MATOS, Daniela Ferreira. *Poder e capacidade legal no Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio*. 2013. 52 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito constitucional internacional: uma introdução: Constituição de 1988 revista em 1994*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Sevilha. *Manual de metodologia da pesquisa no Direito*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Princípios. *OMC - Organização Mundial do Comércio*. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=368>>. Acesso em: 19 junho 2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. 08. Fatos históricos. *200 anos de comércio exterior brasileiro*. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041&refr=608>>. Acesso em: 22 agosto 2014.

MIRANDA, Rita de Cássia dos Santos. *Antidumping, subsídios e medidas compensatórias a partir da OMC: um estudo acerca da sua utilização como meio imperfeito de defesa*



*comercial*. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MORAIS, Marielli de Melo. O direito internacional econômico face a controvérsia Embraer-Bombardier na Organização Mundial do Comércio. *Revista eletrônica de Direito Internacional*. Belo Horizonte, n. 4, p. 223-256, 2009.

OCTAVIANO MARTINS, Eliane M. *Da OMC e a sistemática de solução de controvérsias*. *Lex. Revista do Direito Brasileiro*, v. 1, p.1, 2006.

OMC. *Accord de Marrakech instituant l'Organisation Mondiale du Commerce*, de 15 de abril de 1994. Marrakesh, Disponível em: <[http://www.wto.org/french/docs\\_f/legal\\_f/04-wto\\_f.htm](http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/04-wto_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Accord Général sur les Tarifs Douaniers et le Commerce de 1994*, de 15 de abril de 1994. Marrakesh, Disponível em: <[http://www.wto.org/french/docs\\_f/legal\\_f/06-gatt\\_f.htm](http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/06-gatt_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Accord sur les Subventions Et Les Mesures Compensatoires*, de 15 de abril de 1994. Marrakesh, Disponível em: <[http://www.wto.org/french/docs\\_f/legal\\_f/24-scm\\_01\\_f.htm](http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/24-scm_01_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Acte Final reprenant les résultats des Négociations Commerciales Multilatérales du Cycle d'Uruguay*, de 15 de abril de 1994. Marrakesh, Disponível em: <[http://www.wto.org/french/docs\\_f/legal\\_f/03-fa\\_f.htm](http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/03-fa_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Brésil – Programm de financement des exportations pour les aéronefs*. Affaire DS46. Disponível em < [http://www.wto.org/french/tratop\\_f/dispu\\_f/cases\\_f/ds46\\_f.htm](http://www.wto.org/french/tratop_f/dispu_f/cases_f/ds46_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Canada – Crédits à l'exportation et garanties de prêts accordés pour les aéronefs régionaux*. Affaire DS222. Disponível em < [http://www.wto.org/french/tratop\\_f/dispu\\_f/cases\\_f/ds222\\_f.htm](http://www.wto.org/french/tratop_f/dispu_f/cases_f/ds222_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Canada – Mesure visant l'exportation des aéronefs civils*. Affaire DS70. Disponível em < [http://www.wto.org/french/tratop\\_f/dispu\\_f/cases\\_f/ds70\\_f.htm](http://www.wto.org/french/tratop_f/dispu_f/cases_f/ds70_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Déclaration de Marrakech du 15 avril 1994*, de 15 de abril de 1994. Marrakesh, Disponível em: <[http://www.wto.org/french/docs\\_f/legal\\_f/marrakesh\\_decl\\_f.htm](http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/marrakesh_decl_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Demande de consultations présentée par le Brésil. *Canada - Crédits à l'exportation et garanties de prêts accordés pour les aéronefs régionaux*. Documento 01-0386. WT/DS222/1. 25 de janeiro de 2001. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=8832&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=8832&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 23 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Demande de consultations présentée par le Brésil. *Canada - Mesures visant l'exportation des aéronefs civils*. Documento 97-1044. WT/DS70/1. 10 de março de 1997. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=22310&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=22310&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 22 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Demande de consultations présentée par le Brésil. *Canada - Mesures visant l'exportation des aéronefs civils*. Documento 97-1045. WT/DS71/1. 14 de março de 1997. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=37898&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=37898&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Demande de consultations présentée par le Canada. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 96-2365. WT/DS46/1. 21 de junho de 1996. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=27721&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=27721&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Deuxième recours du Canada à l'article 21:5 du Mémoire d'accord sur le règlement des différends. Rapport du Groupe spécial. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 01-3570. WT/DS46/RW/2. 26 de julho de 2001. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=46345&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=46345&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Les principes qui inspirent le système commercial. *Comprendre l'OMC : éléments essentiels*. Disponível em : <[http://www.wto.org/french/thewto\\_f/whatis\\_f/tif\\_f/fact2\\_f.htm](http://www.wto.org/french/thewto_f/whatis_f/tif_f/fact2_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. *Mémoire d'Accord sur les Règles et Procédures Régissant le Règlement des Différends*, de 15 de abril de 1994. Marrakesh, Disponível em: <[http://www.wto.org/french/docs\\_f/legal\\_f/28-dsu\\_f.htm](http://www.wto.org/french/docs_f/legal_f/28-dsu_f.htm)>. Acesso em: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Rapport de l'Organe d'appel. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 99-3216. WT/DS46/AB/R. 02 de agosto de 1999. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=26554&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=26554&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Rapport de l'Organe d'appel. *Canada – Certaines mesures affectant l'industrie automobile*. Documento 00-2170. WT/DS139/AB/R. 31 de março de 2000. Genebra. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-Html.aspx?Id=28293&BoxNumber=3&DocumentPartNumber=1&Language=F&Window=L&PreviewContext=DP&FullTextSearch=#KV\\_GENERATED\\_FILE\\_000080.htm](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-Html.aspx?Id=28293&BoxNumber=3&DocumentPartNumber=1&Language=F&Window=L&PreviewContext=DP&FullTextSearch=#KV_GENERATED_FILE_000080.htm)>. Acesso: 19 junho 2014.

\_\_\_\_\_. Rapport de l'Organe d'appel. *Canada - Mesures visant l'exportation des aéronefs civils*. Documento 99-3221. WT/DS70/AB/R. 2 de agosto de 1999. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=26554&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=26554&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>.

DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=21419&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>. Acesso em: 22 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Rapport du Groupe spécial. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 99-1402. WT/DS46/R. 14 de abril de 1999. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=34825&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=34825&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Rapport du Groupe spécial. *Canada - Crédits à l'exportation et garanties de prêts accordés pour les aéronefs régionaux*. Documento 02-0153. WT/DS222/R. 28 de janeiro de 2002. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=86966,32828&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=86966,32828&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 23 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Rapport du Groupe spécial. *Canada - Mesures visant l'exportation des aéronefs civils*. Documento 99-1398. WT/DS70/R. 14 de abril de 1999. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=34767&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=34767&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 22 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Recours du Brésil à l'arbitrage au titre de l'article 22:6 du Mémoire d'accord sur le règlement des différends et de l'article 4.11 de l'Accord SMC. Décision des arbitres. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 00-3387. WT/DS46/ARB. 28 de agosto de 2000. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=34702&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=34702&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Recours du Brésil à l'article 21:5 du Mémoire d'accord sur le règlement des différends. Rapport du Groupe spécial. *Canada - Mesures visant l'exportation des aéronefs civils*. Documento 00-1750. WT/DS70/RW. 9 de maio de 2000. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=13263&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=13263&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 22 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Recours du Brésil à l'article 21:5 du mémoire d'accord sur le règlement des différends. Rapport de l'Organe d'appel. *Canada - Mesures visant l'exportation des aéronefs civils*. Documento 00-2989. WT/DS70/AB/RW. 21 de julho de 2000. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=28932&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=28932&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 22 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Recours du Canada à l'arbitrage au titre de l'article 22:6 du Mémoire d'accord sur le règlement des différends et de l'article 4.11 de l'Accord SMC. Décision de l'arbitre. *Canada - Crédits à l'exportation et garanties de prêts accordés pour les aéronefs régionaux*. Documento 03-0931. WT/DS222/ARB. 17 de fevereiro de 2003. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=6650&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=6650&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 23 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Recours du Canada à l'article 21:5 du Mémorandum d'accord sur le règlement des différends. Rapport du Groupe spécial. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 00-1749. WT/DS46/RW. 09 de maio de 2000. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=13259&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=13259&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. Recours du Canada à l'article 21:5 du Mémorandum d'accord sur le règlement des différends. Rapport de l'Organe d'appel. *Brésil — Programme de financement des exportations pour les aéronefs*. Documento 00-2990. WT/DS46/AB/RW. 21 de julho de 2000. Disponível em: <[https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE\\_Search/FE\\_S\\_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=23033&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=F&CatalogueIdList=23033&CurrentCatalogueIdIndex=0&FullTextSearch=>)>. Acesso em: 21 setembro 2014.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. Solução de Controvérsias na OMC: Teoria e Prática. In: PEREIRA, Ana Cristina Paulo (Org.). *Direito Internacional do Comércio: Mecanismo de Solução de Controvérsias e Casos Concretos na OMC*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003. p. 01-62.

PEREIRA, Celso de Tarso et al. 100 casos na OMC: a experiência brasileira em solução de controvérsias. In: LAFER, Celso (Ed). *Política Externa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, vol. 20, nº 4, p. 121-134, mar/abr/maio 2012.

PEREIRA, Celso de Tarso. Retaliação na OMC: procedimento, prática e objetivos. In: BENJAMIN, Daniela Arruda (Org.). *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 595-628.

PETKANTCHI, Valentin; COIMBRA, Márcio C. *Embraer e Bombardier*. Montreal: Montreal Economic Institute, 2004. Disponível em: <<http://www.iedm.org/1510-embraer-e-bombardier>>. Acesso em: 11 maio 2014.

PINHEIRO, Silvia M. *Mecanismos de proteção contra importações a preços desleais e o Código anti-dumping e subsídios brasileiro*. Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior, 1998.

PINTO, Daniel Roberto. Muito mais que a Embraer: os contenciosos Brasil-Canadá e o país que queremos ser. In: BENJAMIN, Daniela Arruda (Org.). *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 45-84.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. A modernização da defesa comercial brasileira. *Assessoria de Comunicação Social do MDIC*, Brasília, 02 agosto 2013. Disponível em: <[www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=12567](http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=12567)>. Acesso em: 11 maio 2014.

PRINCE, Hervé Agbodjan. *Le droit de l'OMC et l'agriculture: analyse critique et prospective du système de régulation des subventions agricoles*. Montréal: Éditions Thémis, 2012.

RAMALHO, Marcus Vinícius. A resolução do contencioso Embraer-Bombardier: a revisão do

entendimento setorial aeronáutico da OCDE. In: BENJAMIN, Daniela Arruda (Org.). *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 649-668.

REGO, Elba Cristina Lima. Subsídios e Solução de Controvérsias na Organização Mundial de Comércio. *BNDES*, Brasília, dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Comercio\\_Exterior/199812\\_15.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Comercio_Exterior/199812_15.html)>. Acesso em: 19 junho 2014.

SÁ PORTO, Paulo Costacura de, et al. Facilitação comercial no Brasil: avanços e desafios. In: LAFER, Celso (Ed.). *Política Externa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, vol. 22, n.1, p. 61-80, jul/ago/set 2013.

SERRADOR NETO, José. O contencioso comercial Embraer-Bombardier. In: BENJAMIN, Daniela Arruda (Org.). *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 281-312.

SILVA, Alice Rocha da. *Direito internacional público e soberania na Constituição brasileira: aplicação de decisões do Órgão de Soluções de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/rev\\_80/artigos/Alice\\_rev80.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_80/artigos/Alice_rev80.htm)>. Acesso em: 21 julho 2014.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Editora Malheiros Ltda., 2010.

THE GLOBE AND MAIL. *Bombardier Inc*. Disponível em: <[www.theglobeandmail.com/globe-investor/markets/stocks/summary/?q=bbd.bt](http://www.theglobeandmail.com/globe-investor/markets/stocks/summary/?q=bbd.bt)> Acesso em: 15 setembro 2014.

VERMULST, E. 3.7 Subsídios e medidas compensatórias. In: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. *Solução de controvérsias*. Tradução de Adriana Dantas Quintiliano da Fonseca. Genebra: Nações Unidas, 2003.